



GESTÃO 2015-2016

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale Presidente

Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente

Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva Corregedor-Geral da Justiça

Ouvidoria do Poder Judiciário Escola Superior da Magistratura

Des. Francisco Gomes de Moura Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Juiz Coordenador da Esmec Juiz Auxiliar da Presidência

Marcelo Roseno de Oliveira Alexandre Santos Bezerra Sá

Juiz Auxiliar da Presidência Juiz Supervisor da Assessoria de Precatórios

Francisco Luciano Lima Rodrigues Francisco Eduardo Fontenele Batista

Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua Sec. Executivo do Fórum Clóvis Beviláqua

José Maria dos Santos Sales José Wilton Bessa Macêdo Sá

Assessoria de Precatórios Consultoria Jurídica

Paulo Pires de Carvalho Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

Assessoria de Cerimonial Assessoria de Comunicação Social

Sílvio de Paiva Ribeiro Edson Viana Gomes

Auditoria Administrativa de Controle Interno Assistência Militar

Leonel Gois Lima Oliveira Ten.-Cel. Rodrigo Wilson Melo de Souza

Secretaria-Geral Secretaria de Administração

Pedro Henrique Genova de Castro Martin Kair de Brito

Secretaria de Finanças Secretaria de Gestão de Pessoas

Alex Araújo Edilson Baltazar Barreira Júnior

Secretaria de Infraestrutura Secretaria Judiciária

Moisés Antônio Fernandes Monte Costa Antônio Valdir de Almeida Filho

Secretaria de Planejamento e Gestão Secretaria de Tecnologia da Informação

José Joaquim Neto Cisne Luciano Comin Nunes

APRESENTAÇÃO

Em consonância ao art. 20, inc. XVI, do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que prevê a apresentação de relatórios da administração e das atividades do Tribunal, e, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, apresenta-se o Relatório da Gestão 2015-2016.

Sob a Presidência da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Vice-Presidência do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes e tendo o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva a frente da Corregedoria-Geral da Justiça, foram priorizadas iniciativas que contribuíram para o efetivo aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos. Primouse, de igual forma, pelo diálogo e pela valorização dos servidores e magistrados que compõem este Poder.

O vertente relato documenta as principais ações, projetos e resultados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará referentes à Gestão 2015-2016.

SUMÁRIO

1.	GESTÃO DE PESSOAS	7
2.	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	21
3.	GESTÃO ESTRATÉGICA	29
4.	ESTATÍSTICA PROCESSUAL	43
5.	MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	81
6.	OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	97
7.	INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA	123
8.	CONTROLE INTERNO	143
9.	COMUNICAÇÃO	149
10.	OUTRAS AÇÕES E PROJETOS	155
11.	VICE-PRESIDÊNCIA	177
12.	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	185
13.	OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO	203
14.	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	207

1. GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito da gestão de pessoas, destacam-se as seguintes ações e projetos realizados no Poder Judiciário do Estado do Ceará no biênio 2015-2016:

1.1 Programa de Desenvolvimento de Gestores

- Objeto: Realização do Programa de Desenvolvimento de Gestores do Poder Judiciário cearense com o intuito de capacitar 600 gestores em competências específicas para o aprimoramento do exercício de suas atribuições nos cargos de gestão que ocupam;
- ii. Fundamentação legal: Constituição Federal, art. 37, *caput*, e art. 39, § 2°; Lei Estadual n° 12.342/95, art. 53, inciso XXIX; Lei Estadual n° 12.483/95, art. 5°, inciso IV; Lei 8.666/93, art. 13, item VI e art. 25, item II, Parágrafo 1°; Resolução n° 192 de 2014 do CNJ; Resolução n° 198 de 2014 do CNJ; e Lei Estadual n° 14.415/09, art. 1°, incisos I e IV;
- iii. Público-alvo: 600 vagas para os servidores, sendo 240 destinadas às Comarcas do Interior, 163 ao Tribunal de Justiça e 166 ao Fórum Clóvis Beviláqua, ocupantes de cargos efetivos e comissionados, que exerçam papel de gerência no Poder Judiciário cearense e 31 vagas ofertadas aos servidores com potencial para o desenvolvimento da liderança;
- iv. Resultados: Elevar a efetividade técnica e gerencial dos gestores do Poder Judiciário cearense a partir do aprimoramento das competências: Liderança de Pessoas, Orientação para Processos, Orientação para Resultados e, de acordo com as políticas e sistemas de gestão em vigor, sempre observando a cultura, a missão, a visão e os valores da Instituição. No período de 2015 e 2016, foram realizadas 20 turmas, totalizando 241 capacitados. As demais turmas se encontram em andamento;
- v. Período: Nos exercícios de 2015 (3 turmas) e 2016 (17 turmas);
- vi. Carga Horária: 48 horas-aula por turma;
- vii. Turmas: 20 turmas no total, sendo 6 turmas para o Tribunal de Justiça, 6 turmas para o Fórum Clóvis Beviláqua e 8 turmas para as Comarcas do Interior, das quais 2 serão realizadas em Fortaleza;

7



viii. Resultados: O Programa de Desenvolvimento de Gestores contou com 680 inscritos. No período de 2015 e 2016, 368 servidores concluíram a capacitação.

1.2 Pesquisa de Clima Organizacional

- Objeto: Mensurar a satisfação do colaborador em relação ao seu ambiente de trabalho e obter, pelo menos, 70% de avaliações positivas do clima organizacional;
- ii. Fundamentação: Plano Estratégico 2015-2020 que apresenta o Indicador nº 28
 Índice de Avaliação da Gestão de Pessoas, que busca medir a melhoria na Gestão de Pessoas;
- iii. Público-alvo: Todos os colaboradores do Poder Judiciário cearense (magistrados, servidores efetivos e comissionados, terceirizados e estagiários);
- iv. Período da Pesquisa de Clima 2015: Entre os dias 12 e 30 de outubro de 2015;
- v. Resultados da Pesquisa de Clima 2015: A pesquisa obteve 678 respostas válidas, o que representa a participação de 11% dos colaboradores do TJCE, do universo de 6.339 colaboradores e o resultado geral apresentou percentual médio de clima de 69%, que representa a média das respostas positivas;
- vi. Período da Pesquisa de Clima 2016: Realizamos a 4º edição da Pesquisa de Clima Organizacional no período de 10 a 21 de outubro de 2016. A pesquisa apresentou 68% de avaliações positivas.

1.3 Plano de Educação Corporativa

- Objeto: Oferecer soluções educacionais customizadas às principais necessidades de treinamento e desenvolvimento das unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário cearense, tomando como referencial o mapeamento de competências;
- ii. Fundamentação: Em conformidade com as diretrizes do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense para o período 2015-2020, com a Resolução nº 198 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, e com a Resolução nº 192 do CNJ, que dispõe

- sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;
- iii. Público-alvo: Servidores do Poder Judiciário cearense;
- Resultados do Plano de Educação Corporativa em 2015: Foram realizados 18 cursos internos, 86 cursos externos ou com parceiros externos, e capacitados 2.050 servidores (sem repetições).
- v. Resultados do Plano de Educação Corporativa em 2016: Durante o ano de 2016, foram realizados 31 cursos internos, 136 cursos externos ou com parceiros externos, e capacitados 1.507 servidores (sem repetições).

1.4 Concurso Público para Servidores Efetivos da Área Judiciária e Administrativa

Em janeiro de 2015, houve a nomeação de 238 concursados das Áreas Administrativas e Judiciárias, conforme Portaria nº 05/2015, DJE de 8 de janeiro de 2015. Em junho do mesmo ano, foram nomeados, por meio da Portaria nº 1481/2015, DJE de 30 de junho de 2015, 30 concursados da Área Judiciária, em decorrência da própria movimentação do concurso (pedidos de desistências temporárias e definitivas, perda de prazo para posse, exonerações). Em dezembro de 2015, houve a nomeação de 19 concursados das Áreas Administrativas e Judiciárias, conforme Portaria nº 2616/2015, DJE de 1º de dezembro de 2015, e Portaria nº 2682/2015, DJE de 10 de dezembro de 2015.

No ano de 2016, houve nomeações para vagas remanescentes, em decorrência da movimentação do concurso de 2014 (pedido de desistências temporárias e definitivas, e perda de prazo para posse), bem com em virtude de exonerações, aposentadoria, etc., a saber:

- Em abril, 4 servidores nos cargos efetivos na área judiciária, de acordo com Portaria nº 528/2016, DJE de 5 de abril de 2016;
- ii. Em julho, 23 servidores foram nomeados nos cargos efetivos na área judiciária, por meio da Portaria nº 1275/2016, DJE de 25 de julho de 2016;
- iii. Em agosto, 1 servidor do cargo efetivo de Analista Judiciário Área Judiciária,
 em decorrência da desistência de 1 servidor do cargo mencionado, conforme
 Portaria nº 1445/2016, DJE de 17 de agosto de 2016; e
- iv. Em setembro, 1 servidor do cargo efetivo de Analista Judiciário Área Judiciária, em decorrência da desistência de 1 servidor do cargo mencionado, de acordo com Portaria nº 1660/2016, DJE de 21 de setembro de 2016.

9



1.5 Ascensões Funcionais: Progressão e Promoção por Antiguidade, e Promoção Automática - Interstício 2013/2014

A Progressão e Promoção por Antiguidade, e Promoção Automática referente ao interstício 2013/2014 foi publicada pelo Edital nº 75/2015, DJE de 16 de junho de 2015. A lista final, onde 882 servidores foram contemplados, foi publicada pela Portaria nº 1518/2015, DJE de 6 de julho de 2015.

Já a realização da Progressão e Promoção por Desempenho referente ao interstício 2013/2014 foi divulgada pelo Edital de inscrição nº 104/2015, DJE de 10 de agosto de 2015. A lista final, onde 720 servidores foram contemplados, foi publicada pela Portaria nº 2334/2015, DJE de 7 de outubro de 2015.

1.6 Concursos de Remoção para Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Foram realizados dois Concursos de Remoção Simplificada dos Cejuscs. O primeiro ofertou 18 vagas para as Comarcas de Entrância Intermediária e Final, conforme Edital nº 161/2015, DJE de 11 de dezembro de 2015, tendo sido preenchidas 16 vagas, de acordo com o resultado final publicado pela Portaria nº 405/2016, DJE de 11 de março de 2016.

Ademais, o segundo Concurso de Remoção Simplificada para o Cejusc foi publicado por meio do Edital nº 78/2016, DJE de 11 de novembro de 2016, no qual foram ofertadas 25 vagas para as entrâncias intermediária e final. O período de inscrições já foi encerrado e o certame em tela encontra-se na fase de análise dos critérios estabelecidos no concurso, visando à divulgação da classificação provisória e sua finalização.

1.7 Concurso Público para Juízes Substitutos

Nomeação de 76 novos Juízes aprovados no concurso para Juízes Substitutos regido pelo Edital nº 01/2014, DJE de 21 de fevereiro de 2014, conforme Portarias disponibilizadas no DJE de 17 de fevereiro de 2016, tendo a posse coletiva sido realizada em 25 de fevereiro de 2016.

1.8 Concurso de Remoção Simplificado para os Cargos de Analista Judiciário – Execução de Mandados/Oficial de Justiça Avaliador

O Concurso de Remoção Simplificado para os cargos efetivos de Oficial de Justiça Avaliador/Analista Judiciário – Execução de Mandados ofertou 58 vagas nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária, por meio do Edital nº 61/2016, DJE de 22 de agosto de 2016. A classificação provisória deste certame foi publicada pelo Edital nº 65/2016, DJE de 19 de setembro de 2016. Posteriormente, a classificação final foi publicada pelo Edital nº 81/2016, DJE de 25 de novembro de 2016 e, por conseguinte, divulgada, pela Portaria nº 2069/2016, disponibilizada no DJE de 25 de novembro de 2016, a remoção de 16 servidores.

1.9 Ações de Saúde e Qualidade de Vida Realizadas em 2015-2016

Tabela 1 – Ações de saúde e qualidade de vida realizadas em 2015

Período	Ação	Número de participantes	Total	
	Oficina sucos saudáveis - Projeto Mulher saudável	38		
	Palestra "É importante a vacinação de adultos!"	16	435	
Março	Vacinação contra Hepatite B, Tétano e Sarampo	251		
	Aferição de pressão arterial, glicemia capilar e massa corporal – Projeto Mulher Saudável	130		
Abril	Triagem vocal e orientações - Dia Mundial da Voz	12	12	
Maio	Semana das Mães	384	1.129	
Maio	Vacinação contra Hepatite B, Tétano e Sarampo	745	1.129	
Setembro	Palestra "Acidente Vascular Cerebral (AVC)"	102	102	
	Palestra "Câncer de mama" (TJ)	54		
	Palestra "Assessoria de Corrida - Dicas sobre esportes e orientações básicas" (TJ)	40		
	Palestra "Assessoria de Corrida - Dicas sobre esportes e orientações básicas" (FCB)	7		
0.11	Oficina Síndrome do esgotamento (TJ)	20	226	
Outubro	Oficina Síndrome do esgotamento (FCB)	26	226	
	Oficina Síndrome do esgotamento (Maracanaú)	32		
	Palestra "Como prevenir doenças ocupacionais LER/DORT e alterações Posturais" (FCB)	12		
	Oficina Biscoitos saudáveis (FCB)	10		
	Oficina Câncer de mama (FCB)	25		
	Total Geral		1.904	

Fonte: Divisão de Saúde Ocupacional/SGP

Tabela 2 – Ações de saúde e qualidade de vida realizadas em 2016

Período	Ação	Número de participantes	Total
Março	Roda de conversa sobre parto normal e parto cesariano	10	18



	Campanha Informativa: Judiciário cearense no combate ao mosquito	*	
	Nutrição estética - Elementos que enaltecem sua beleza	8	
Abril	Campanha da Voz	11	11
Maio	Semana das Mães	455	455
т 1	Palestra "Traumas Odontológicos" (Creche)	20	20
Junho	Campanha Informativa: Perigos da Automedicação	*	20
Julho	Palestra "Alimentação Saudável"	13	13
	Projeto Ergonomia	150	
Agosto	Campanha Informativa: Qualidade do Sono	*	150
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	31	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (FCB)	61	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (Juazeiro)	50	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (Limoeiro)	50	
Setembro	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (TJ)	70	280
	Campanha Informativa: Sensibilidade Dentinária	*	
	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	25	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	49	
	Campanha realizada por meio eletrônico para todos os magistrados, servidores e colaboradores	*	
	Práticas de Vida Saudável e noções de Nutrição Esportiva – TJ	15	
	Palestra: Prevenção ao Suicídio – FCB	11	
	Oficina de Tempero Natural – FCB	11	
	Oficina de Tempero Natural – TJ	9	
	Roda de conversa: Práticas de Vida Saudável e Avaliação Odontológica – Aquiraz	32	
	Roda de conversa: Práticas de Vida Saudável e Avaliação Odontológica – Maracanaú	26	
Outubro	Campanha Informativa: Outubro Rosa (Câncer de Mama)	*	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (FCB)	49	294
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (TJ)	60	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Max Farma (Nova Russas)	20	
	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	24	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	37	
	Campanha Informativa: Novembro Azul (Câncer de Próstata)	*	
Novembro	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	30	71
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	41	
	Campanha mesa limpa	*	
Dezembro	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	15	35
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	20	
	Total Geral		3.251

Fonte: Divisão de Saúde Ocupacional/SGP

1.10 Capacitação da Auditoria de Controle Interno

Para o exercício eficaz de suas atividades profissionais, o cumprimento de sua missão institucional e apoio aos órgãos de controle externo, a equipe da Audin necessita de treinamento contínuo e de capacitação multidisciplinar.

Além do seminário de auditoria e dos intercâmbios de informações, que se constituem, por si, oportunidades de conhecimentos sobre controles, os integrantes da equipe da Auditoria tiveram as seguintes e principais oportunidades de treinamento:

Tabela 3 – Treinamentos realizados por servidores da Auditoria – 2015/2016

Capacitação	Realização	Horas/Aula	Participantes
Formação de Auditores Internos	SGP	20	7
Capacitação no Sistema de Auditoria (Módulo I)	SGP	4	13
Formação Básica de Analista de Processos	SGP	25	2
Controle Interno (EAD)	TCM	20	3
Atualização em Processos Licitatórios	SGP	18	2
Contabilidade Aplicada ao Setor Público (EAD)	IPC/TCE	16	2
Gerenciamento e Fiscalização de Obras Públicas à Luz do Controle Externo	IPC/TCE	16	2
Curso Introdutório de Controle Externo (EAD)	IPC/TCE	16	4
Gestão de Riscos e Controles Internos (EAD)	IPC/TCE	20	3
Português no Dia a Dia (EAD)	EGP	30	3
Programa de Desenvolvimento de Gestores	SGP	48	3
XII CONACI – Encontro Nacional de Controle Interno	CONACI	16	8
II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno	STJ	19	3
Nova Legislação Brasileira sobre Transparência, Moralidade e Integridade Públicas	IPC/TCE	16	2
Controle Cidadão – Extensão	UFC/FDR	120	3
20º Congresso Brasileiro de Contabilidade	CFC	40	3

Fonte: Auditoria - TJCE

1.11 Gestão de Magistrados de 1º Grau

Foi realizado, pela Secretaria-Geral deste Poder, o controle contínuo de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1° grau das comarcas do Interior do Estado, tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à promoção, remoção, acesso, permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:



- i. Manutenção de quadro de informações, atualizado mensalmente, disponibilizado na intranet, contendo dados dos magistrados do Interior, com a indicação das zonas, comarcas, varas, situação funcional dos juízes (de direito ou substituto), telefones, datas de férias, juízes respondentes, situação das comarcas (se possui titular ou se está vaga). O quadro proporciona maior facilidade no acesso a diversas informações que são requisitadas por diversos setores do Tribunal e pelos próprios magistrados, além de ser de grande utilidade para consolidação de dados necessários à Sala de Situação do Gabinete da Presidência;
- ii. Apresentação de informações na intranet do Tribunal de Justiça mediante planilha com juízes inscritos nos editais de promoção, de remoção e de acesso, para disponibilização aos magistrados interessados;
- iii. Participação em grupo de trabalho objetivando editar nova resolução regulamentando os critérios para substituição dos magistrados do Interior nos casos de vacância, férias e ausência. Já elaborada, aguardando apreciação da Presidência deste Tribunal;
- iv. Normatização de procedimentos da Divisão de Apoio aos Magistrados do Interior do Estado, com objetivo de padronizar os processos, compartilhar conhecimento próprio dos sistemas, facilitando o aprendizado dos novos colaboradores.

1.12 Ações da Secretaria de Tecnologia da Informação para Melhoria do Clima Organizacional

Entre as iniciativas voltadas à melhoria do clima organizacional, a Secretaria de Tecnologia da Informação implementou um boletim interno, com circulação virtual periódica, a fim de aprimorar a comunicação entre as equipes e de propagar conhecimentos técnicos, as ações realizadas e em execução pela referida Secretaria. Além dessa iniciativa, a metodologia de comunicação da Setin (interna e externamente) foi institucionalizada por meio do Plano de Comunicação de TI.

Também foram executadas reuniões alternadas de gestão e de integração com todos os colaboradores da Secretaria. Quanto ao desenvolvimento das competências profissionais de seus servidores, a Setin possibilitou, durante o biênio 2015-2016, a participação destes em 90

treinamentos, dentre cursos e palestras, totalizando 439 vagas e alcançando 96% de servidores efetivos da Secretaria.

1.13 Ações do Fórum Clóvis Beviláqua

Em 2016, a Seção de Capacitação do Departamento de Administração realizou, em conjunto com o Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, 58 eventos educativos, dentre cursos e palestras nas áreas jurídica, comportamental, administrativa, automação judicial, linguística, saúde e cultural. Foram exibidos filmes ligados às áreas de competência de cada servidor, beneficiando 948 pessoas, dentre servidores e colaboradores da Justiça.

Como projetos executados nesta gestão, podem-se destacar:

1.13.1 Projeto Qualidade de Vida no Trabalho

Este projeto tem o objetivo de promover a valorização e o desenvolvimento humano dos colaboradores deste Órgão, por meio de ações educativas e preventivas que priorizem sua saúde física e mental.

- i. Entregas previstas: Projeto contínuo, realizado desde 2008.
- ii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, Departamento de Administração do Fórum, Seção de Capacitação e Divisão de Saúde Ocupacional.
- iii. Fase atual: Avaliação das ações realizadas no Projeto durante 2015 e 2016 para possível replanejamento ou continuidade em 2017.
- iv. Progressos: Entre 2015 e 2016, foram realizadas 18 atividades que buscaram a valorização dos servidores e sua conscientização sobre os cuidados com o corpo e a mente, beneficiando 522 servidores.

Quadro 1 – Progressos realizados no âmbito do Projeto Qualidade de Vida no Trabalho

Ações realizadas em 2015

Palestra "O resgate da autoestima", realizada em 8 de março de 2015, beneficiando 20 servidores

"Ciclo de Palestras: Celebrando o Equilíbrio Mente e Corpo no Ambiente Laboral"

Realização das palestras "Coaching: os degraus para alcançar o sucesso pessoal e profissional", em 26 de junho de 2015; "Cuidando do cérebro: prevenindo demências", em 18 de junho de 2015 e "Inteligência emocional", dia 21 de agosto de 2015. Nas três palestras foram beneficiados 168 servidores

Comemoração ao Dia das Mães, realizada no período de 5 a 8 de maio de 2015, com atividades de bazar de



produtos artesanais, bijuterias, cosméticos, arranjos florais, cama, mesa e banho, artigos em couro e alimentação; Oficinas de culinária e Massoterapia, beneficiando 52 servidores

Comemorações pelo Dia do Servidor, realizada com o apoio da Secap à Divisão de Saúde Ocupacional do TJCE, por meio das palestras "Como prevenir as doenças ocupacionais", "Síndrome do esgotamento profissional", "Oficina de biscoitos saudáveis" e "Assessoria de corrida", no período de 13 e 28 de outubro de 2015, beneficiando 56 servidores

Ações realizadas em 2016

Comemoração pelo Dia da Mulher – realizada no dia 8 de março de 2016, por meio das Palestras "Nutrição Estética – elementos que enaltecem a sua beleza" e "Parto Normal x Parto Cesariano - quais os benefícios de cada um?", que beneficiaram 23 servidoras

Comemoração pelo Dia das Mães – realizada no período de 2 a 6 de maio de 2016 com atividades de bazar de produtos diversos (dentre artesanatos, bijuterias, cosméticos, cama, mesa e banho, artigos em couro e alimentação) e Massoterapia, beneficiando 128 servidores

Comemoração do Mês do Servidor – com a realização da oficina "Tempero natural - aprenda a reduzir o sódio na sua dieta", em 20 de outubro de 2016, e a palestra "Prevenção ao Suicídio", dia 4 de outubro de 2016, conscientizando 28 servidores

Palestra "Análise sociológica da PEC nº 55 e de suas implicações sobre a conjuntura brasileira", em 7 de dezembro de 2016, conscientizando 47 servidores

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

1.13.2 Projeto de Ambientação de Novos Servidores

- i. Objetivo: Favorecer a ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários recém-lotados no Fórum Clóvis Beviláqua, por meio da apresentação sobre estrutura e funcionamento do Órgão e o esclarecimento sobre ações de gestão de pessoas que eles deverão exercer perante o Serviço de Recursos Humanos do Fórum, visando proporcionar sentimentos de pertencimento que culminam numa maior adesão e efetividade do trabalho. Também são ministrados cursos e palestras sobre os sistemas gerenciais SAJ-ADM, SAJ-Judicial, quando necessário, bem como treinamento elucidativo de direitos e deveres, voltado principalmente para estagiários.
- ii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração, Seção de Capacitação e Assessoria de Comunicação do Fórum.
- iii. Progressos: 8 treinamentos para estagiários, beneficiando 94 estudantes.
- iv. Fase atual: Durante os meses de novembro e dezembro, foram realizados planejamentos didáticos para realinhamento da metodologia dos treinamentos introdutórios vindouros a partir de 2017.

1.13.3 Projeto de Ambientação dos Servidores das Secretarias Únicas de Varas

Os servidores das Secretarias de Varas Únicas receberam treinamento na área comportamental, envolvendo temáticas de Comunicação Não-Agressiva, Trabalho em Equipe e Resiliência no ambiente de trabalho.

- Objetivo: Aprimorar as relações interpessoais, promovendo a qualidade de vida no trabalho e a motivação profissional.
- ii. Entregas previstas: Realização de treinamentos em novembro e dezembro do corrente ano.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração, Seção de Capacitação, Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital e Secretarias de Varas Únicas.
- iv. Progressos e fase atual: Todas as Secretarias Únicas foram contempladas com eventos de ambientação e socialização de seus servidores durante o biênio 2015-2016. A partir de dezembro de 2016, foram iniciados estudos com os supervisores das Secretarias únicas, pela Seção de Capacitação, para subsidiar projetos de qualidade de vida dos seus servidores em 2017.

1.13.4 Projeto Educação Continuada no Sistema SAJ

- Objetivo: Promover a constante reciclagem e desenvolvimento de competências na utilização do sistema SAJ-PG.
- ii. Entregas previstas: Treinamento continuado, realizado desde 2010.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, CTI e unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: 96 turmas específicas para o plantão judicial; 125 visitas preventivas às unidades judiciais; 36 turmas de reciclagem e ambientação no sistema SAJ; 5 turmas para servidores das Secretarias Judiciárias da Família e Execução Penal.
- v. Fase atual: Planejamento de capacitação para as unidades judiciárias sobre novas funcionalidades do sistema, reciclagem e estatística, a ser executado a partir de 2017.



1.13.5 Projeto Competência em Cine

- Objetivo: Fomentar a discussão e reflexão acerca de temas atuais relacionados às atividades laborais dos diversos públicos de servidores do Fórum Clóvis Beviláqua, por meio da exibição de filmes e explanações sobre os temas.
- ii. Unidades envolvidas: Seção de Capacitação, Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Assessoria de Comunicação, Departamento de Patrimônio do Fórum, Diretoria deste Fórum, Equipe Interdisciplinar da 12ª Vara Criminal, Creche Escola do Poder Judiciário, Varas de Execuções Penais e Criminais, Vara de Execução de Penas Alternativas, Varas de Família, gestores das Áreas Administrativas e Judiciárias, Setor de Serviço Ocupacional, Assessoria de Imprensa e setor de Informática.
- iii. Progressos: Realização da primeira exibição, do filme "O começo da vida",em junho de 2016, beneficiando 67 servidores.
- iv. Fase atual: Planejamento e pesquisa sobre novos filmes visando beneficiar os gestores da área administrativa do Fórum e servidores das Varas da área criminal durante o ano de 2017.

1.13.6 Projeto de Atendimento Psicossocial aos Servidores

Os servidores do Fórum Clóvis Beviláqua procuram os profissionais de psicologia do Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição mediante encaminhamento do Departamento de Administração ou por demanda espontânea em busca de atendimento psicoterapêutico.

O setor não realiza atendimento psicoterápico, todavia, realiza atendimento ao servidor em sistema de plantão. Por meio do acolhimento e aconselhamento psicológico, o profissional de psicologia realiza uma triagem das demandas apresentadas. De acordo com o diagnóstico de cada pessoa, ocorrerá um encaminhamento para projetos e instituições que possam atender à demanda identificada.

- i. Objetivo: Realizar acolhimento e encaminhamento dos servidores em sofrimento psíquico para atendimento especializado em psicoterapia.
- ii. Entregas previstas: Projeto contínuo desde 2009.

- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração e Núcleo de Psicologiae Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital.
- iv. Progressos: Cerca de 20 servidores anualmente estão procurando atendimento psicológico.

1.13.7 Projeto de Saúde do Trabalhador – Prost

Objetivo: Fortalecer um espaço coletivo de discussão com foco na vivência subjetiva dos servidores, acolhendo-os em sofrimento psíquico, proporcionando um espaço de reflexão, e resgatando uma relação saudável entre o servidor e o seu trabalho.

- i. Entregas previstas: Projeto contínuo, realizado desde o início de 2016.
- ii. Unidades envolvidas: Núcleo de Psicologia e Serviço Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Departamento de Administração (Acompanhamento funcional e Cecap) e Unifor.
- iii. Progressos: 12 entrevistados e permanência de 8 participantes (turma 1), e 15 entrevistados e permanência de 10 participantes (turma 2).

1.13.8 Projeto de Atendimento Clínico aos Jurisdicionados

- Objetivo: Diminuir os litígios nas ações que tramitam nas Varas de Família, estabelecendo uma cultura pacificadora no Judiciário, bem como promover um trabalho de cunho terapêutico onde as famílias consigam resolver seus conflitos, na perspectiva da diminuição conflitiva no âmbito do Judiciário.
- ii. Entregas previstas: Projeto contínuo desde 2014.
- iii. Unidades envolvidas: Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Varas de Família (jurisdicionados) e SPA (Serviço de Psicologia Aplicada - Unifor).
- iv. Progressos e fase atual: Em desenvolvimento.

1.13.9 Regulamentação das Atividades dos Profissionais de Psicologia e Serviço Social

 Objetivo: Conhecer a realidade institucional das unidades juntamente com as equipes técnicas, inteirando-se acerca da realidade de trabalho de Psicólogos e Assistentes Sociais nas equipes interdisciplinares, garantindo a normatização



das atribuições desses profissionais no âmbito do Poder Judiciário, possibilitando maior segurança jurídica de atuação, promovendo melhor controle, supervisão das atividades profissionais e desenvolvendo ações de aprimoramento aos serviços e à unidade pesquisada.

- ii. Entregas previstas: O projeto teve início em 2015 e encontra-se em desenvolvimento.
- iii. Unidades envolvidas: Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Diretoria e Secretaria Executiva, Juizados da Mulher e Infância e Juventude e 12ª Vara Criminal.
- iv. Progressos: O projeto contemplou pesquisas com juízes, diretores de secretaria e profissionais das equipes interdisciplinares. Foram entrevistados 60 servidores.
- v. Fase atual: Em elaboração de análise dos resultados e diagnósticos.

2. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

2.1 Execução Orçamentária

No biênio 2015/2016 o Poder Judiciário do Estado do Ceará teve consignado nas Leis Orçamentárias Anuais o valor total de R\$ 2.130.803.437,00, sendo R\$ 996.554.978,00 no exercício de 2015 e R\$ 1.134.248.459,00 no exercício de 2016.

A crise econômica que se abateu sobre o país trouxe graves consequências para as finanças públicas, exigindo da gestão do Tribunal de Justiça a implementação de diversas medidas de racionalização dos gastos e iniciativas para o incremento das receitas: neste período, ocorreram créditos suplementares ao orçamento de R\$ 190.758.882,00, assim distribuídos:

Tabela 4 - Orçamentos Anuais do TJCE em 2015 e 2016, em R\$ 1,00

Ano	Lei Orçamentária	Créditos Suplementares	Orçamento Final
2015	R\$ 996.554.978,00	R\$ 124.546.882,00	R\$ 1.121.101.860,00
2016	R\$ 1.134.248.459,00	R\$ 66.212.000,00	R\$ 1.200.460.459,00
Total	R\$ 2.130.803.437,00	R\$ 190.758.882,00	R\$ 2.321.562.319,00

Fonte: SIOFWEB

O orçamento de 2015 recebeu créditos suplementares de R\$ 124.546.882,00, sendo R\$ 102.546.882,00 do Tesouro Estadual, totalizando um orçamento anual final de R\$ 1.121.101.860,00. Em 2016, ocorreram créditos suplementares de R\$ 66.212.000,00, sendo R\$ 60.200.000,00 do Tesouro Estadual, totalizando R\$ 1.200.460.459,00.

O orçamento total do biênio, de R\$ 2.321.562.319,00, teve uma taxa de execução de 98,6% com um valor empenhado de R\$ 2.287.913.525,76. As taxas de execução orçamentária anuais foram de 99,0% em 2015 e 98,2% em 2016.

A despesa de pessoal para fins de apuração do limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, representou, no segundo quadrimestre de 2016, 5,34% da Receita Corrente Líquida – RCL do Estado, refletindo o cumprimento do artigo 20, alínea "b" da norma supramencionada, que estabelece o limite de 6% da RCL ao Poder Judiciário para as despesas de pessoal.

Há que se ressaltar o enorme esforço empreendido para o equilíbrio das finanças, com a redução das despesas de custeio e as iniciativas para o incremento das receitas próprias,



com destaque para a proposição da lei que dispõe sobre as despesas processuais, conforme detalhado a seguir.

2.2 Despesas Processuais

As despesas processuais do judiciário cearense possuíam como base legal norma de 1994, que estabelecia os eventos passíveis de cobrança, as custas e a tabela com faixas de valores de referência para aplicação das alíquotas. A lei previa atualização monetária das custas, mas tanto os eventos passíveis de cobrança quanto a tabela com a faixa de valores acumularam significativa defasagem ao longo de sua vigência.

O resultado dessa discrepância se mostrava de forma clara no financiamento do Tribunal, pois, segundo dados da Confederação Nacional de Justiça, enquanto a média de participação da receita própria nos orçamentos dos Tribunais de Justiça estaduais era de 22% em 2014, no Ceará esse percentual era de apenas 5%.

Nesse sentido, a equipe técnica do Tribunal de Justiça realizou estudo para a revisão das despesas processuais, tendo como princípios a correção das defasagens, a atualização de valores e a preservação dos atos gratuitos. O estudo resultou em dois projetos de leis, sendo o primeiro a base da Lei nº 15.834, promulgada em 27 de julho de 2015, e o segundo, da Lei nº 16.132, de 1º de novembro de 2016.

A atualização normativa das despesas processuais teve grande importância no equilíbrio orçamentário do Tribunal de Justiça e a segunda atualização, cuja aplicação se inicia em fevereiro de 2017, será essencial para os investimentos necessários para a modernização dos serviços e melhoria do atendimento ao jurisdicionado.

Tabela 5 - Evolução da Arrecadação das Despesas Processuais, 2012/16, em R\$ 1,00 e %

Ano	Valor	Evolução %
2012	R\$ 31.581.128,95	
2013	R\$ 31.622.086,53	0,13%
2014	R\$ 30.899.887,26	-2,28%
2015	R\$ 37.947.029,65	22,81%
2016	R\$ 67.769.822,15	78,59%

Fonte: SEFIN/Departamento de Gestão da Receita

2.3 Implantação do Selo Extrajudicial Digital

O Selo de Autenticidade Extrajudicial Digital, ou Selo Digital, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará foi estabelecido pela Resolução nº 05/2014 e tem como objetivos o aprimoramento dos serviços de notários e registradores extrajudiciais e o uso intensivo da tecnologia da informação para a segurança e controle dos selos.

O projeto de implantação do Selo Digital previa sua conclusão em setembro de 2014, mas a necessidade de investimentos na plataforma tecnológica dos cartórios, que foram custeados pelos próprios cartorários, e problemas de natureza técnica atrasaram a finalização do projeto.

Em 2016 ocorreu a homologação dos sistemas utilizados pelas serventias e, em novembro, iniciou-se a operação piloto em dois cartórios da Região Metropolitana de Fortaleza (1º Ofício de Registro Civil de Maranguape e 2º Ofício de Registro de Imóveis de Horizonte) para refinamento do processo operacional e avaliação de carga do sistema.

O resultado principal da operação piloto será o estabelecimento do cronograma de operação do Selo Digital para sua primeira fase, que abrange 60 cartórios da Região Metropolitana de Fortaleza.

2.4 Controle das Receitas

A principal ação de controle das receitas foi a adesão do Poder Judiciário ao Sistema de Arrecadação da Secretaria Estadual da Fazenda, que se utiliza do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, em substituição às guias de recolhimento. A partir de outubro de 2016, quando a nova sistemática foi implementada, ampliou-se o número de instituições bancárias aptas a receber os valores devidos ao TJCE, reduziu-se o custo de arrecadação e melhorou-se o controle das receitas com o lançamento automático das transações no Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR.

Em setembro de 2015 foi firmado o Contrato 14/2015, com o Banco do Brasil, para a centralização e processamento da folha de pagamento a pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, gerando uma receita potencial de R\$ 21 milhões em cinco anos. Em novembro de 2016 firmou-se o Contrato 36/2016, com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, para o gerenciamento da conta única e subcontas de pagamento de precatórios. Pela centralização do sistema de contas de precatórios, o BNB remunera o TJCE com o pagamento mensal de *spread* equivalente a 90% da taxa de juros Selic. O TJCE também possui contrato



com a Caixa Econômica Federal – CEF (Contrato 26/2014) para o gerenciamento do sistema de depósitos judiciais.

Outras atividades realizadas no âmbito de controle das receitas do TJCE:

- i. Verificação da observância do teto remuneratório, pelos tabeliães interinos;
- ii. Acompanhamento das receitas da Creche Escola do Poder Judiciário;
- iii. Exame do cumprimento das contrapartidas financeiras dos contratos de cessão de uso de espaço físico do Tribunal;
- iv. Validação e atesto das receitas com *spread* nos contratos com instituições financeiras;
- v. Acompanhamento da receita relativa ao ressarcimento de servidores cedidos a outras instituições.

2.5 Aprovação do Orçamento Anual de 2017

O orçamento anual do Poder Judiciário para o ano de 2017 está disposto na Lei Orçamentária Anual do Estado do Ceará, promulgada em 29 de dezembro de 2016 sob o nº 16.199, compreendendo os seguintes valores:

Tabela 6 - Orçamento Anual de 2017, por fontes de receita e natureza da despesa, em R\$ 1,00

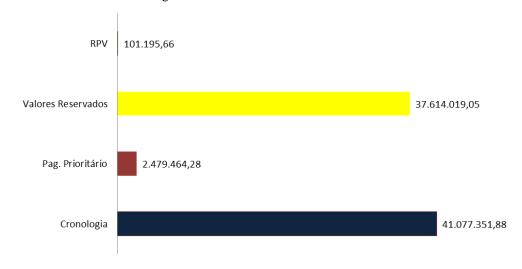
Fontes de Receita	Natureza da	Total		
	Pessoal	Custeio e Investimentos	Total	
Tesouro	R\$ 955.562.349,00	R\$ 74.723.985,00	R\$ 1.030.286.334,00	
FERMOJU	R\$ 0,00	R\$ 129.952.594,00	R\$ 129.952.594,00	
FUNSEG	R\$ 0,00	R\$ 2.676.237,00	R\$ 2.676.237,00	
Total	R\$ 955.562.349,00	R\$ 207.352.816,00	R\$ 1.162.915.165,00	

Fonte: SIOFWEB

2.6 Pagamento de Precatórios

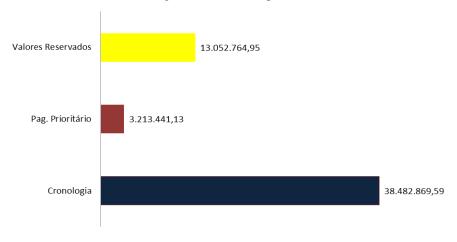
Há de se destacar o pagamento de parcelas prioritárias para credores do Estado do Ceará, município de Fortaleza e municípios do Interior, bem como o pagamento de precatórios segundo lista cronológica de credores, além de requisições de pequeno valor, alcançando o montante, no biênio 2015-2016, de R\$ 157.662.139,83, conforme gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Relatório de Pagamentos - Estado do Ceará



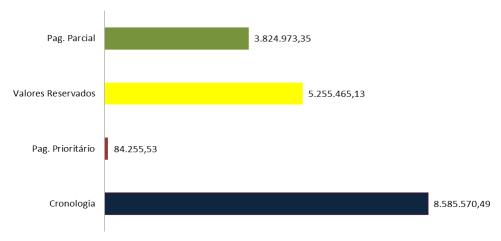
Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Gráfico 2 - Relatório de Pagamentos - Município de Fortaleza



Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Gráfico 3 - Relatório de Pagamentos - Municípios do Interior



Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



 Pag. RPV
 248.342,57

 Valores Reservados
 2.126.622,21

 Pag. Prioritário
 84.537,76

 Cronologia
 1.431.266,25

Gráfico 4 – Relatório de Pagamentos - INSS

Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Merece realce, ainda, o valor de R\$ 58.048.871,34, correspondente ao montante provisionado por instituição financeira, apenas no aguardo do cumprimento de diligências que independam da iniciativa do Tribunal de Justiça.

A administração do regime especial de pagamento de precatórios, pela Presidência do Tribunal de Justiça, por meio da sua Assessoria de Precatórios, resultou, no biênio 2015-2016, no sequestro de recursos da ordem de R\$ 23.042.256,02, correspondente a parcelas de 36 municípios do Interior que apresentavam situação de inadimplência perante citado regime de pagamentos.

Colheu-se, enfim, como resultado da aplicação da metodologia de fixação das parcelas do regime especial de pagamentos, com vinculação aos percentuais mínimos da receita corrente líquida, o encerramento da moratória constitucional para 46 entes públicos que doravante passarão a submeter-se ao regime geral de pagamento de precatórios.

2.7 Gestão de Transportes

Visando à aplicação mais adequada dos recursos do Poder Judiciário, foram realizados estudos e pesquisas que resultaram nas seguintes iniciativas: 1) Redimensionamento da frota de veículos locados pelo TJCE; 2) Restrição do consumo de combustível por meio do uso de cartões magnéticos que permitiram maior controle das despesas; 3) Renegociação do contrato com a empresa responsável pelas rotas do TJCE, resultando na manutenção do valor do quilômetro rodado (reajustado anualmente).

As despesas com locação de veículos somaram no ano de 2015 o montante de R\$ 2.484.227,84. Já em 2016, estima-se o gasto de R\$ 1.530.938,39. Esses valores representam uma redução nos gastos em 2016 na ordem de 38,4% em relação a 2015.

Após a realização de estudos, houve a substituição progressiva dos contratos de locação de veículos existentes, por novos contratos que desonerassem o Poder Judiciário. Nessa esteira, houve a substituição dos modelos dos veículos locados pelo TJCE.

Ainda em obediência à Resolução nº 07/2015 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o uso de cartões magnéticos permitiu maior controle e efetividade à meta de redução de consumo de combustível.

Destaque-se que, o total gasto com transportes sofreu uma redução de 26% em 2016 em relação a 2015.

2.8 Gestão de Materiais

Os ajustes no perfil de consumo das unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará resultaram em uma economia total de R\$ 483.601,11 em 2016, o que representou uma redução de 19,57% em relação ao consumo do ano anterior. A economia obtida no Tribunal de Justiça foi de R\$ 85.092,62, o que equivaleu a uma redução de 23,48% em relação a 2015. Já a redução alcançada no Fórum Clóvis Beviláqua importou uma economia de R\$ 20.698,59 (redução de 3,41%) e nas demais unidades e comarcas a economia foi de R\$ 377.809,90 (redução de 25,17% em relação a 2015).

2.9 Gestão Patrimonial

No biênio 2015-2016 a Divisão de Patrimônio, colaborando diretamente na gestão de resíduos, entregou 5.565,79 kg de material reciclável para a ECOELCE, cuja iniciativa gerou R\$ 1.059,24 em descontos na conta de energia elétrica em 2015. Em 2016 foram recolhidos, 4.494,67 kg de material reciclável, o que resultou em uma redução de R\$ 703,19 nos valores a serem pagos pelo consumo de energia elétrica. Convêm destacar que ocorreram seis recolhimentos de material reciclável em 2015 e nove em 2016.

2.10 Suspensão de Serviços de Correios

No tocante ao contrato dos Correios, foi cancelada a utilização do serviço de Sedex, tendo como objetivo a redução das despesas mensais pela prestação dos serviços contemplados.



2.11 Readequação do Contrato de Locação de Equipamentos para Impressões

Alinhado ao objetivo de redução de custos, o Departamento Editorial e Gráfico promoveu a readequação do Contrato de Locação de Equipamentos para Impressões, encerrando o contrato anteriormente celebrado (pagamento mensal de R\$ 34.363,00) e aderindo a uma ata de registro de preço (pagamento mensal de R\$ 11.180,00), gerando uma redução de 67,5% no valor gasto mensalmente com impressões.

2.12 Redução dos Custos dos Contratos de Cerimonial

Os contratos firmados pelo TJCE para prestação de serviços de cerimonial foram executados conforme tabelas a seguir:

Tabela 7 – Contratos para prestação de serviços de cerimonial – 2015

Contrato	Valor do Contrato	Valor Utilizado	% Gasto	Saldo do Contrato	% a ser Gasto	Vigência
CasaBlanca Turismo	R\$ 310.000,00	R\$ 198.648,38	64,08%	R\$ 111.351,62	35,91%	1°/1/2015 a 31/12/2015
Web (locação de veiculo)	R\$ 26.679,96	R\$ 16.883,28	63,28%	R\$ 9.796,68	36,71%	31/7/2015 a 31/1/2016
(*) Toca Fina Cozinha	R\$ 285.000,00	R\$ 210.913,40	74,00%	R\$ 74.086,60	25,99%	25/11/2015 a 25/11/2016
Flora Tropical	R\$ 34.975,00	R\$ 17.891,00	51,15%	R\$ 17.084,00	48,86%	1°/1/2015 a 31/12/2015
Studio F3	R\$ 113.400,00	R\$ 39.862,72	35,15%	R\$ 73.537,28	64,84%	29/9/2015 a 29/9/2016

Fonte: Assessoria de Cerimonial (*) Contrato encerrado em 2015

Tabela 8 – Contratos para prestação de serviços de cerimonial – 2016

Contrato	Valor do Contrato	Valor Utilizado	% Gasto	Saldo do Contrato	% a ser Gasto	Vigência
Condor Turismo	R\$ 372.000,00	R\$ 265.829,35	71%	R\$ 106.170,65	29%	2/1/2017 a 31/12/2017
Web (locação de veiculo)	R\$ 26.679,96	R\$ 18.697,20	70%	R\$ 7.982,76	29,92%	12/2/2016 a 12/2/2017
Toca Fina Cozinha	R\$ 285.000,00	R\$ 50.198,90	18%	R\$ 234.801,10	82%	25/11/2015 a 25/11/2016
Studio F3	R\$ 113.400,00	R\$ 20.232,04	18%	R\$ 93.167,96	82%	29/9/2016 a 29/9/2017

Fonte: Assessoria de Cerimonial

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

3.1 Instituição e acompanhamento do Plano Estratégico 2015-2020

O Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará foi instituído por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05, de 23 de abril de 2015, em atendimento à Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. Durante a gestão 2015-2016 foram empreendidas diversas ações para o acompanhamento do Plano com vistas ao alcance dos objetivos e metas estratégicos, como a elaboração e execução do Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará (realizado em parceria com a Assessoria de Comunicação), o alinhamento das metas setoriais relativas à Gratificação por Alcance de Metas (GAM) às metas estratégicas contidas no Plano, oferta de sete turmas do curso "Planejamento e Gestão por Resultados", e Reuniões de Análise da Estratégia. No tópico a seguir destacam-se algumas ações.

3.2 Ações de fortalecimento da Estratégia

3.2.1 Audiências Públicas

Foram realizadas, no período 2015-2016, sete Audiências Públicas (nas comarcas de Juazeiro do Norte, Sobral, Quixadá, Fortaleza, Crateús, Limoeiro do Norte e Itapipoca, cada uma funcionando como polo de sua respectiva Zona Judiciária) para apresentação do Plano Estratégico 2015-2020 ao público da Audiência conduzida pela Ouvidoria do Poder Judiciário. Em seguida a cada encontro com a população, ocorreram reuniões com os magistrados das citadas comarcas e zonas judiciárias em que foram apresentados tópicos relativos à Gestão Estratégica de interesse dos magistrados.

3.2.2 Plano de Logística Sustentável

Elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em atendimento à Resolução nº 201/2015 do CNJ. O propósito do PLS, o qual foi instituído por meio da Portaria nº 2718, de 15 de dezembro de 2015, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, é dotar o TJCE de estratégia que, no decorrer do período 2015-2020, propicie



uma política articulada de economia de recursos, acessibilidade e ações concretas e conscientes de responsabilidade socioambiental. O PLS contribuirá para a mensuração do indicador "Índice de execução do Plano de Logística Sustentável" do Plano Estratégico 2015-2020.

3.2.3 Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau e do Comitê Orçamentário do 2º Grau

Implementação do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau e do Comitê Orçamentário do 2º Grau, em atendimento às Resoluções nº 194 e nº 195 do CNJ - Portarias nº 304 e 322/2015, respectivamente), e sistematização do acompanhamento eletrônico anual do nível de capacidade de Governança Pública do TJCE. Ambas as ações são parte do Projeto Estratégico "Aprimoramento do Modelo de Governança do Poder Judiciário do Estado do Ceará" e visam a elevar o nível de capacidade de Governança Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará contribuindo, assim, para o indicador "Índice de aderência à Avaliação da Governança" do Plano Estratégico 2015-2020.

3.2.4 Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social

A Portaria nº 2476/2015 instituiu o Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social, em atendimento à Resolução nº 194/2014 do CNJ e à Portaria nº 304/2015 do TJCE. O Fórum, cujo principal objetivo é promover discussões com outras instituições e com a sociedade que levem à formulação de propostas, estabelecimento de parcerias e/ou convênios, produção de recomendações e planejamento de ações relativas à melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi lançado em 8 de abril de 2016 e teve três encontros de trabalho, realizados em 20 de maio, 15 de junho e 22 de julho de 2016. A ação contribuiu diretamente para o indicador "Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade" do Plano Estratégico 2015-2020.

3.2.5 Plano de ação com o Nupemec

Em 2016, foi elaborado com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), o Plano de Implementação da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras

providências. O plano descreve as ações realizadas pelo TJCE com vistas ao atendimento da referenciada Resolução.

Execução do Plano Estratégico 2015-2020 3.3

3.3.1 Metas Institucionais

Como resultado das ações empreendidas para alcançar os objetivos do Plano Estratégico 2015-2020, destacam-se os seguintes níveis de cumprimento, no ano de 2016, das metas estipuladas no Plano Estratégico:

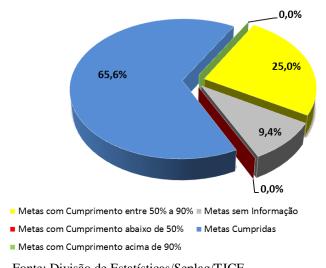


Gráfico 5 – Grau de Cumprimento das Metas Institucionais (2015)

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

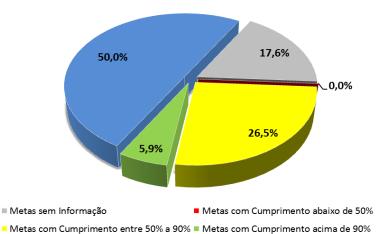


Gráfico 6 – Grau de Cumprimento das Metas Institucionais (2016)

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

Metas Cumpridas



Tabela 9 – Grau de Cumprimento das Metas por Objetivo Estratégico (2016)

Objetivo Estratégico	Grau de Cumprimento
Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça	92,9%
Intensificar a interlocução com a Sociedade	80,2 %
Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional	81,3%
Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos	86,8%
Aprimorar a Governança Judiciária	100,0%
Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos	86,7%
Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	nd*
Garantir a infraestrutura adequada	100,0%
Aprimorar a Gestão de Pessoas	100,0%
Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	100,0%
Garantir a Sustentabilidade financeira	90,0%

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

Cabe ressaltar que, conforme dispõe o art. 6º da Resolução nº 05/2015, do Órgão Especial do TJCE, anualmente são incluídas, como metas institucionais do Plano Estratégico 2015-2020, as Metas Nacionais estipuladas para a Justiça Estadual nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, organizados pelo Conselho Nacional de Justiça. Destacam-se a seguir os resultados obtidos nos anos de 2015 e 2016.

Tabela 10 – Grau de Cumprimento das Metas Nacionais (2015)

Metas 2015	Resultados
META 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.	83,5%
META 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.	66,9%
META 4 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012.	58,7%
META 6 - Identificar e julgar, até $31/12/2015$, as ações coletivas distribuídas até $31/12/2012$, no 1° grau, e até $31/12/2013$, no 2° grau.	43,6%
META 7 - Promover a gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.	22,2%

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

^{*}O respectivo objetivo não contém informação até o atual momento (dezembro/2016).

Tabela 11 – Grau de Cumprimento das Metas Nacionais (2016)

Metas 2016	Resultados
META 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.	91,7%
META 2 - Identificar e julgar até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	62,2%
META 4 - Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.	50,0%
META 6 - Identificar e julgar até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau, e 80% das açõeANEXO XXI - Relação de Empregados de Empresas Contratadass coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 2º grau.	70,4%
META 7 - Gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.	26,3%

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

3.3.2 Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário cearense e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão e criado por meio da Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2011 do Órgão Especial.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

Conforme a citada resolução, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e monitoramento da execução das respectivas atividades e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

O Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos e aos objetivos organizacionais. Maturidade é o grau em que o gerenciamento de projetos é utilizado na Organização.



Dessa forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos (ECP), foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Baseado nessa análise, diversas ações foram empreendidas durante os anos de 2011 a 2016 para elevar a maturidade em gerenciamento de projetos da Instituição. O resultado dessas ações revela-se no gráfico abaixo. Observa-se que houve um crescimento contínuo no nível de maturidade em gerenciamento de projetos do Tribunal, sendo que em 2013 alcançou-se o Nível 3 - Padronizado. Em 2016 critérios mais rigorosos foram incorporados no questionário, o que não impactou na mudança de nível da maturidade, apesar da pequena redução na pontuação.

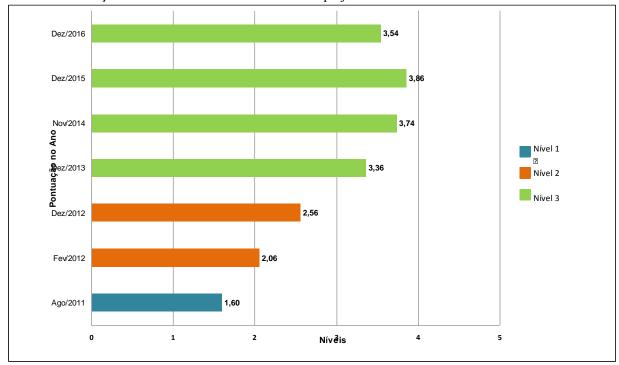


Gráfico 7 – Evolução da Maturidade em Gerenciamento de projetos

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Os gráficos a seguir apresentam os status dos 30 projetos estratégicos priorizados pela Gestão 2015-2016, conforme disposto na Portaria nº 1.924/2015, bem como a situação dos projetos estratégicos em relação à metodologia de projetos adotada no TJCE e aos prazos de execução.

Total: 30 projetos

Ativo em realização planejamento

Concluído Suspenso Cancelado

Gráfico 8 – Status dos Projetos Estratégicos 2015-2016 (até dezembro/2016)

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE Obs: (1) Formalmente, um projeto estratégico é iniciado, ou seja, torna-se ativo, quando a unidade patrocinadora apresenta, ao Escritório Corporativo de Projetos (ECP) da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o documento Termo de Abertura de Projeto (TAP) assinado pelo respectivo patrocinador.

(2) Um projeto é suspenso quando solicitado pela Alta Administração por questões de mudança na priorização estratégica, restrições orçamentárias ou outros motivos relevantes e pode ser reativado a qualquer tempo.



Gráfico 9 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Gráfico 10 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Prazo



Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag

As tabelas a seguir apresentam os projetos estratégicos separados pelos status "ativos", "concluídos" e "suspensos".



Tabela 12 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Ativos

Unidade Responsável	Projeto	Previsão de término	Progresso
Comissão de Segurança	Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará	18/7/2017	50%
	Garantia da Efetividade das Audiências	19/1/2017	98%
Fórum Clóvis Beviláqua	Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Fiscais	31/3/2017	85%
	Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Cíveis*	-	-
Ouvidoria	Criação de Política de Atendimento ao Jurisdicionado	2/3/2017	88%
Assessoria da Presidência Aprimoramento da Justiça Criminal - Integrajus		8/5/2017	80%
Secretaria Judiciária	Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais	24/5/2017	64%
	Análise, Racionalização e Manualização dos Processos dos Setores Integrantes da Secretaria Judiciária	2/3/2017	89%
Secretaria de Planejamento e	Aprimoramento do Modelo de Governança do Poder Judiciário do Estado do Ceará	10/4/2017	89%
Gestão	Melhoria das Estatísticas Processuais	25/1/2017	99%
	Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação do Poder Judiciário do Estado do Ceará	6/2/2017	86%
Secretaria de Tecnologia da	Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	13/7/2017	45%
Informação	Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior*	-	-
	Comunicação de Dados	14/3/2017	85%
	Informatização das Atividades da Auditoria	14/6/2017	80%

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Tabela 13 - Projetos Estratégicos 2015-2016 – Concluídos

Unidade Responsável	Projeto	Data de Conclusão
Secretaria de Infraestrutura	Fórum Novo de Itapipoca	31/8/2015
Secretaria de Tecnologia da Informação	Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça	24/9/2015
Fórum Clóvis Beviláqua	Criação das Secretarias Únicas Especializadas	25/2/2016
Secretaria de Tecnologia da Informação	Modernização dos Portais TJCE	13/7/2016
Secretaria de Planejamento e Gestão	Transformação de Processos Estratégicos	17/8/2016
Constanio da Einanaa	Incremento na Arrecadação do Poder Judiciário Cearense	28/10/2016
Secretaria de Finanças	Sistema Único do Fermoju - SISUFERMOJU	28/10/2016
Secretaria de Gestão de	Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas	31/10/2016

^{*}Projeto em replanejamento.

Pessoas		
Comissão de Jurisprudência	Uniformização da Jurisprudência em Demandas Repetitivas	28/11/2016
Nupemec	Criação de Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos (CEJUSCs)	29/11/2016

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Tabela 14 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Suspensos

Unidade Responsável	Projeto	Justificativa
Secretaria de Infraestrutura	Fórum Novo de Santa Quitéria	
	Melhoria da Acessibilidade Física nos Prédios do Poder Judiciário cearense	Restrições orçamentárias
	Otimização da Gestão de Custos	orçamentarias
	Implantação de Identificação Visual	

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Tabela 15 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Cancelados

Unidade Responsável	Projeto	Justificativa
Secretaria de Tecnologia da Informação	Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo	Escopo atendido por meio da realização de ações independentes ao projeto

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

3.4 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2015-2020 (PETI) e Plano Diretor de TI 2015-2016 (PDTI)

Durante o biênio 2015-2016, o TJCE aprovou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2015-2020 (PETI) e o Plano Diretor de TI 2015-2016 (PDTI). Construído de forma participativa em conjunto com usuários de outras áreas administrativas e judiciais, o PETI possui 10 objetivos estratégicos, 31 indicadores e 11 programas e tem sido usado para alinhar as estratégias da Tecnologia da Informação e guiá-la no alcance de seus objetivos e de sua visão: "Ser reconhecida pela efetividade e inovação no apoio à gestão e promoção da Justiça". De nível tático e construído a partir do levantamento de necessidades das unidades do Poder Judiciário, o PDTI tem direcionado as diversas iniciativas de Tecnologia da Informação na gestão 2015-2016, contando com um total de 105 iniciativas.

Visando propiciar a divulgação das ações, realizações, projetos e alcance de metas, são realizadas reuniões bimestrais com todos os servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação. Tais reuniões promovem o alinhamento e a integração entre as diversas unidades que compõem a Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário cearense.



Ao final do ano de 2016, a Setin alcançou 83% das metas estipuladas no Peti, resultado este bastante satisfatório e que superou o valor previsto de 80%, conforme definido no Indicador 11, Índice de Execução do Peti 2015-2020. Quanto ao Plano Diretor de TI (PDTI) 2015-2016, a Setin concluiu com sucesso 39% das iniciativas previstas e continua executando outros 27%. Destaca-se ainda que, por diversos motivos superiores, 34% das iniciativas inicialmente previstas foram canceladas.

3.5 Projetos Estratégicos da Secretaria Judiciária

Alinhado aos objetivos estratégicos de promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional, otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos, aprimorar a governança judiciária, o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça, integrantes do Planejamento Estratégico 2015-2020, a Secretaria Judiciária tem patrocinado os projetos "Análise, racionalização e manualização de processos da Secretaria Judiciária" e "Garantir a descentralização do acesso dos cidadãos às certidões *on-line*".

O primeiro encontra-se com 89% das entregas cumpridas, com a conclusão da análise de maneira que foram concluídas a análise, a racionalização e a manualização dos processos de trabalho do Departamento Judicial de Apoio (Serviço de Digitalização, Cadastro e Protocolo e Divisão de Cálculos) e Departamento de Distribuição (Cadastro e Autuação, Estudo de Prevenção, Distribuição e Redistribuição), Departamentos Cível e Penal (Tramitação Processual), Secretaria Judiciária (Sessão de Julgamento) e Gabinete da Secretaria (Sessão de Julgamento e Serviço de Certidões). A manualização dos demais processos de trabalho do Gabinete da Secretaria (Tramitação de Precatório e Cadastro de Peritos) está sendo realizada, com previsão de conclusão até o mês de março de 2017.

Já o segundo projeto encontra-se com 64% das entregas cumpridas. Foram entregues o serviço de requerimento *on-line* de certidões cíveis e criminais, o sistema de Certidões Negativas Cíveis e Criminais – SNCC, que controla o atendimento aos requerimentos realizados, além de já estar disponível o serviço de emissão de certidões negativas *on-line* para o segundo grau.

3.5.1 Sistema de Cadastro de Peritos pela Internet

Em relação ao Indicador "Quantidade de ações voltadas à ampliação do atendimento ao cidadão", contido no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará 2015-2020, a Secretaria Judiciária, na condição de gestora desse indicador, está desenvolvendo, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Cadastro de Peritos pela Internet – Siper, cujo módulo de cadastro já encontra-se em operação desde dezembro de 2016, e que permitirá a realização do cadastro, inscrição e controle do processo de credenciamento, requerimento de serviço e de pagamento, além da disponibilização dos termos de homologação dos respectivos credenciamentos e da relação de profissionais habilitados, em atendimento à Resolução nº 233/16, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3.6 Planejamento Estratégico da Secretaria de Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura – Seinfra foi criada a partir da nova estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de julho de 2015, tendo suas atribuições descritas na Portaria 1.785/2015, de 14 de agosto de 2015 do Diário da Justiça de mesma data e regulamentada pela Resolução nº 09/2016 do TJCE. Todos os esforços desta Secretaria estão voltados para a criação, implementação e manutenção de unidades físicas do Judiciário, garantindo, aos seus usuários, estruturas adequadas às suas necessidades. O alinhamento das estratégias da Seinfra com os objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça foi uma peça fundamental para o desenvolvimento de suas ações. Os principais focos estabelecidos em seu Planejamento Estratégico foram: Controle de Contratos; Controle Financeiro; Reformas de Pequeno Porte; e Projetos utilizando recursos do FUNSEG.

Devem ser ressaltados os projetos e ações que envolveram, particularmente, reformas das unidades judiciárias, objetivando a contenção de gastos para adequação às restrições financeiras do Estado. A gestão dos contratos e o controle financeiro tiveram um acompanhamento estrito por meio de redução dos valores contratuais de manutenção e de obras e reformas, não permitindo, ao mesmo tempo, que a qualidade deixasse de ser atingida em sua plenitude. O controle de gastos teve seu foco no aumento da celeridade dos processos de pagamentos a fornecedores, com ações específicas na otimização de seus processos, conseguindo um decréscimo no tempo em cerca de 20%. As ações de reformas que envolveram os recursos do FUNSEG foram de suma importância para propiciar aos magistrados melhores



condições de segurança em seus trabalhos.

As ações realizadas voltadas ao Planejamento Estratégico da Seinfra foram:

Tabela 16 - Ações realizadas que envolvem Planejamento Estratégico e Indicadores

Item	Ações
Diamaiomento estuatágico do Constanio	Definição de itens estratégicos
Planejamento estratégico da Secretaria	Definição da missão
Definição e geração de controles financeiros específicos	Definição e elaboração das ferramentas de controle de pagamentos
Definição e geração de controles de contratos	Definição e desenvolvimento de controle centralizado
	Planejamento estratégico do TJCE
Estabelecimento de controle de indicadores	PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) do TJCE
	Indicadores internos da Seinfra

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

O alinhamento das operações da Seinfra com as estratégias do TJCE são de extrema importância, impulsionando as ações para um caráter proativo, tendo como foco a disponibilização de um ambiente seguro e adequado para contribuir com a *performance* organizacional.

3.7 Planejamento Estratégico Setorial do Fórum Clóvis Beviláqua

- Objetivo: Desenvolver o plano com estratégias setoriais do Fórum Clóvis Beviláqua, alinhadas ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça, visando à melhoria contínua dos serviços prestados pelo Fórum e ao alcance das metas estabelecidas.
- ii. Progresso: Até setembro de 2016, foram feitas várias etapas dos planos de ações, com os seguintes objetivos estratégicos: Ampliar a acessibilidade do Fórum; Aprimorar a infraestrutura tecnológica e o sistema de informações e comunicações internos; Fortalecer e facilitar os canais de comunicação institucional; Garantir a otimização da distribuição dos recursos materiais e garantir o bem estar dos servidores; Identificar, aperfeiçoar e divulgar os procedimentos gerenciais; Normatizar, padronizar e otimizar os procedimentos judiciais e administrativos do Fórum, bem como a prestação de serviços por

- meio eletrônico; Promover a celeridade da atuação administrativa e as políticas de gestão, capacitação e desenvolvimento de pessoas.
- iii. Entregas previstas: Oito Planos de Ações em andamento. Conclusão em janeiro de 2017.
- iv. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Secretaria Executiva, Núcleo de Apoio à Gestão e unidades administrativas do Fórum.
- v. Fase Atual: Atualmente, há dois planos de ação conclusos e oito em andamento.

3.7.1 Projeto de Garantia da Efetividade das Audiências

- Objetivo: Diagnosticar e otimizar o processo de marcação, realização e conclusão de audiências.
- ii. Entregas previstas: Otimização do uso das salas de audiência; Implantação do sistema de controle de reserva de salas de audiência; e Implantação de sala de videoconferência para reuniões administrativas. Previsão de entrega para janeiro de 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua e Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: Implantação de sala de videoconferência para reuniões administrativas, diagnóstico dos motivos da não realização da audiência.
- v. Fase atual: Simplificação de processos e conclusão do sistema de reserva de audiência.

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

4.1 Realização de Projeto-Piloto e Implantação do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade

Considerando a necessidade de adoção de medidas efetivas para o descongestionamento do Poder Judiciário cearense, foi implantado, por meio da Portaria nº 942, de 23 de abril de 2015, Projeto-Piloto para Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, tendo por objetivos:

- possibilitar o acompanhamento da taxa de congestionamento do TJCE por unidade judiciária;
- ii. capacitar e fornecer ferramentas às unidades para a gestão e monitoramento do seu congestionamento;
- iii. promover a melhoria das estatísticas do TJCE por meio da realização das corretas atualizações processuais nos sistemas informatizados.

Como desdobramento do Projeto-Piloto, que contemplou a Secretaria Judiciária e unidades das comarcas de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, foi instituído no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 2034, de 11 de setembro de 2015, o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, composto pelas seguintes ações:

- extração dos dados referentes aos processos pendentes e baixados nos sistemas processuais (SProc, Pje, Projudi, SAJSG e SAJPG) e disponibilização periódica e automatizada de relatório analítico da taxa de congestionamento para cada unidade do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- ii. padronização e manualização dos procedimentos de baixas processuais;
- iii. capacitação de diretores de secretaria e servidores em:
 - a) indicadores do CNJ: Parâmetros e Monitoramento;
 - b) atualização dos Sistemas Processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
 - c) procedimentos padronizados de baixas processuais;
- iv. realização anual de estudo técnico, contendo diagnóstico e análise comparativa da taxa de congestionamento e da produtividade das unidades judiciárias;
- v. atuação dos Grupos de Descongestionamento da Comarca de Fortaleza e das



comarcas do Interior do Estado, em julgamento e baixa processual nas unidades com índices de congestionamento mais críticos;

vi. certificação anual das unidades pelo descongestionamento e pelo cumprimento das metas nacionais.

4.2 Realização do I Mutirão de Baixas Processuais

Tendo como objetivo a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi realizado, no período de 03 a 13 de novembro de 2015, o Mutirão de Baixas Processuais nas unidades judiciárias de 1º Grau. A ação foi coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tendo como resultado a realização de 14.147 baixas processuais durante o período do mutirão.

4.3 Certificação das Unidades pelo Descongestionamento Processual e pelo Cumprimento das Metas Nacionais 2015

Por meio da Portaria nº 472, de 21 de março de 2016, foram certificadas as unidades judiciárias de 1º e 2º graus que, no exercício de 2015, cumpriram as Metas Nacionais e a unidades que reduziram suas taxas de congestionamento em relação ao ano de 2014.

Como forma de bonificação pelo seu desempenho, os servidores lotados nas unidades certificadas receberam bonificação de dois dias de abono de expediente e os certificados serão considerados no sistema de progressão e promoção funcionais de servidores e nas promoções dos magistrados e acesso destes ao TJCE, conforme regulamentado na Resolução nº 10, de 14 de dezembro de 2015.

4.4 Saneamento dos dados Estatísticos: Elaboração e Revisão dos Filtros de Extração de Dados nos Sistemas Processuais

Em prol do aperfeiçoamento dos dados e melhoria das estatísticas do Judiciário cearense, foram retomados, por meio da Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, e da Portaria nº 2033, de 11 de setembro de 2015, os estudos e levantamentos necessários

objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais.

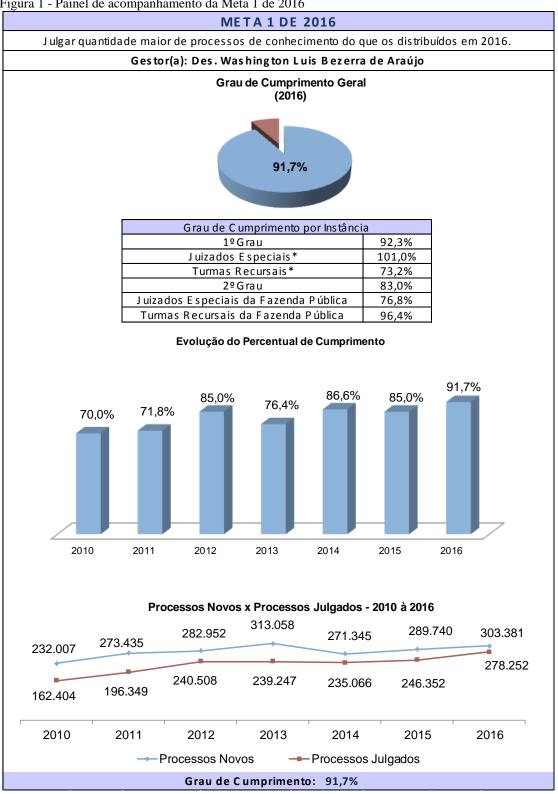
A iniciativa, além de possibilitar a extração de dados mais fidedignos relacionados aos indicadores do TJCE constantes do Relatório "Justiça em Números" e das Metas Nacionais, ambas do Conselho Nacional de Justiça, viabilizará a extração automatizada, via sistemas processuais, das estatísticas encaminhadas pelas unidades judiciárias ao Conselho Nacional de Justiça ("Justiça Aberta") e à Corregedoria-Geral de Justiça ("Estatística Forense"), como forma de otimizar o acompanhamento das produtividades por parte dos magistrados e reduzir as rotinas manuais de coleta e envio de dados pelas Secretarias de Vara.

Os trabalhos, que já estão em fase de validação e implantação das regras de extração elaboradas, estão sendo conduzidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão (coordenação), em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça, Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais.



4.5 Indicadores e Metas Nacionais do CNJ

Figura 1 - Painel de acompanhamento da Meta 1 de 2016



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas) Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

Figura 2 - Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2016

META 2 DE 2016

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos Juizados Especiais e

nas Turmas Recursais. Gestor(a): Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira Julgados até dez/2015: 238.590 566.093 Acervo Inicial¹: Julgados em 2016(jan-dez) Processos Pendentes em jan/2016² Acervo em dez/2016 324.846 48.015 276.831 Grau de Cumprimento Geral³ Grau de Cumprimento por Instância 1º Grau 59,2% 67,9% Juizados Especiais Juizados Especiais da Fazenda Pública 61,0% Turmas Recursais⁴ 50,0% 2º G ra u 100,3% 98,7% 101,2% 91,0% 76,0% 66,9% 62,2% 2 de 2 de 2 de 2 de 2 de 2 de 2009 2012 2013 2014 2015 2016 Processos Julgados em 2016 4.970 5.336 4.723 4.195 4.036 3.789 3.709 3.751 3.835 2.197 fev abr mai jun jul dez ian mar ago set out nov

1 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2012 e, no 2º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais, dezembro de 2013.

Grau de Cumprimento: 62,2%

- 2 Os Processos Pendentes em 2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.
- 3 O percentual de cumprimento global foi calculado pela Divisão de Estatística do TJCE, o CNJ calcula os percentuais de cumprimento separadamente.
- 4 As informações referentes ao PJ-e para Juizados Especias e Turmas Recursais não estão sendo coletada devido à inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).



Figura 3 - Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2016

META 4 DE 2016 Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013. Gestor: Des. Inácio de Alencar Cortez Neto Acervo Inicial: 6.181 Julgados até dez /2015: 1.686 Julgados em 2016 (jan-dez) Acervo em dez/2016 Processos Pendentes em jan/2016¹ 4.351 429 3.922 Grau de Cumprimento Geral 50,0% Grau de Cumprimento por Instância 1º G ra u 44,6% Juizados Especiais 46,7% 2º Grau 108,1% Turmas Recursais 142,9% Evolução do Percentual de Cumprimento 2013 58,7% 50,0% 65,0% 58,9% 46,0% 56,0% **2014** 44 0% 44,0% 45,9% 19,0% 2015 ■ 2016 Ações de Improbidade Ações Penais relacionadas Geral Administrativa a crimes contra a Administração Pública Processos julgados em 2016 39 48 49 43 33 29 28 25 jan fev mar abr mai jun jul set out dez Grau de Cumprimento: 50,0%

- 1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.
- 2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

Figura 4 - Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2016

igura + - i amei de acompannamento da	11101111 0 100 2010				
	META 6 DE 2016				
Identificar e julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º Grau, e					
80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.					
Gestor(a): Des. José Tarcílio Souza da Silva					
Acervo Inicial ² : 3.075 Julgados até dez /2015 : 990					
Processos Pendentes - jan/2016 ¹	J ulgados em 2016(jan - dez)	Acervo em dez/2016			
2.051	317	1.734			
	Grau de Cumprimento Geral				
	70,4%				
	au de Cumprimento por Instância	55.00/			
1º G ra u 2º G ra u		65,2% 104,2%			
2-0144		104,270			
	Processos Julgados em 2016				
18 20 25 20	30 27 35 31 27	26 12			
jan fev mar a	br mai jun jul ago set	out nov dez			
Grau de Cumprimento: 70,4%					

- 1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.
- 2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

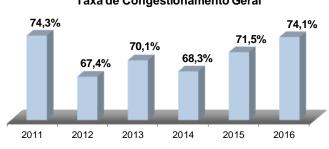
Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).



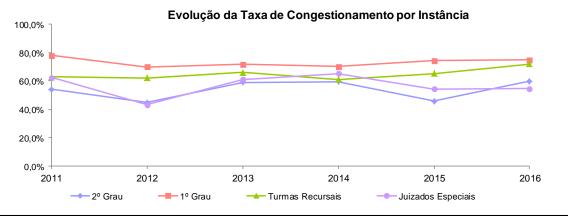
4.6 Taxa de Congestionamento

Figura 5 - Painel de acompanhamento da Taxa de Congestionamento

	Posição do 1	Posição do TJ C E em 2015		Médias em 2015	
	Nacional	Médio Porte	Nacional	Médio Porte	
1ª Ins tâ nc ia	13º	85	70,4%	74,9%	
2ª Instância	9º	6º	46,3%	53,3%	
Geral	13º	85	69,1%	73,8%	



TAXA DE CONGESTIONAMENTO POR INSTÂNCIA						
Instância	2011	2012	2013	2014	2015	2016
2º Grau	54,1%	44,7%	59,0%	59,6%	45,7%	59,8%
1º Grau	78,0%	70,0%	71,8%	70,1%	74,4%	75,0%
Juizados Especiais	62,4%	43,2%	61,0%	65,3%	54,4%	54,5%
Turmas Recursais	62,8%	62,1%	65,9%	61,1%	65,1%	72,1%
Geral	74,3%	67,4%	70,1%	68,3%	71,5%	74,1%



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

Nota: No Plano 2015-2020, foram propostas a seguintes metas para a Taxa de Congestionamento geral do TJCE: 61,6% (2015), 59,7% (2016), 54,0% (2017), 49,5% (2018), 44,9% (2019), 39,5% (2020).

4.7 Estatística Processual da Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios, em cumprimento à análise de novos requisitórios apresentados pelo Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) e inseridos no Sistema SAJ/SG, expediu ofícios requisitórios no período reportado no presente relatório conforme tabela a seguir:

Tabela 17 – Ofícios Requisitórios

2015/2016	
Precatórios/Requisitórios Expedidos	395
Requisições de Pequeno Valor Expedidas	57

Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

4.8 Estatística Processual da Secretaria-Geral

As principais iniciativas desenvolvidas estão articuladas com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário cearense, com ênfase para a melhoria da produtividade e a busca da modernização contínua. Foram julgados no período 1.189 processos pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça e 19 em sua composição plenária.

Em 2015, o Tribunal de Justiça publicou 16 resoluções do Órgão Especial e 10 do Tribunal Pleno, 35 provimentos e 2.767 portarias. Em 2016, o Tribunal de Justiça publicou 28 resoluções do Órgão Especial e 6 do Tribunal Pleno, 64 provimentos e 2.050 portarias. Ressalte-se a edição do Regimento do Tribunal de Justiça, publicado no Diário da Justiça de 1º de agosto de 2016.

Destacam-se ainda as seguintes estatísticas processuais realizadas no âmbito da Secretaria-Geral:

4.8.1 Secretariando ao Tribunal Pleno, ao Órgão Especial e ao Conselho da Magistratura

i. Tribunal Pleno: Foram realizadas 21 sessões no exercício de 2015 com apreciação/julgamento de 2 reclamações disciplinares, 2 sindicâncias administrativas e 7 processos administrativo-disciplinares. Já no exercício de 2016, foram realizadas 13 sessões, com apreciação/julgamento de 1 ação rescisória, 1 procedimento de verificação de capacidade mental, 1 procedimento de apuração disciplinar, 1 pedido de providência e 4 processos administrativo-disciplinares;



 ii. Órgão Especial: Em 2015 foram realizadas 31 sessões ordinárias e 2 extraordinárias em que foram julgados processos judiciais e administrativos e, em 2016, 36 sessões ordinárias, conforme abaixo quantificados:

Tabela 18 - Processos judiciais e administrativos julgados (2015-2016)

Julgamentos	2015	2016
Agravos Regimentais	149	106
Embargos de Declaração	141	68
Mandados de Segurança	312	225
Recurso Administrativo	64	51
Habeas Corpus	1	1
Ação Penal	1	2
Conflito de Competência	9	9
Embargos à Execução	7	9
Embargo Infringente		1
Inquérito policial	1	1
Mandado de injunção	2	1
Procedimento Investigatório	2	3
Reclamação	1	2
Petição (Objeto de Executividade)	1	
Cautelar Inominada	1	
ADIN	6	7
Agravo Interno em Rec. Extraord.	3	2
Arguição de Inconstitucionalidade	2	13
Cautelar em ADIN	7	
Agravo Regimental - Precatório		1
Requerimento Administrativo		1
Representação Criminal – Notícia-Crime		1
Ação Penal – Procedimento Ordinário		1
Ação Rescisória		5
Incidente de Uniformização de Jurisprudência		1
Notificação para Explicação		1
Impugnação		1
TOTAL	712	517

Fonte: Secretaria-Geral

Conselho da Magistratura: Foram realizadas 18 sessões ordinárias em 2015, e
 19 em 2016.

4.8.2 Secretariado à Administração dos Magistrados do 2º Grau

 i. Plantão judiciário do 2º grau - Programação, controle das designações dos magistrados plantonistas, elaboração de expedientes referentes a plantões com

- a edição de 96 portarias que designaram magistrados para exercer os plantões de fins de semanas, feriados e dias de pontos facultativos, além do controle das permutas ou substituições entre Desembargadores nessa atividade jurisdicional;
- ii. Análise e informações em processos de interesse dos Senhores Desembargadores e Juízes da Capital sobre férias, licenças e outros afastamentos. Foram informados 595 processos dessa natureza.

4.8.3 Secretariado à Administração dos Magistrados de 1º Grau – Interior e Capital

Tabela 19 – Promoções (2015-2016)

Entrância	Critério	2015	2016
Intermediária	Merecimento	2	0
Intermediária	Antiguidade	9	0
Final	Merecimento	17	2
Final	Antiguidade	17	2

Fonte: Secretaria-Geral

Tabela 20 – Acesso ao Cargo de Desembargador (2015-2016)

Critério	2015	2016
Merecimento	2	0
Antiguidade	2	0

Fonte: Secretaria-Geral

Tabela 21 – Remoções (2015-2016)

Entrância	2015	2016
Inicial	12	0
Intermediária	12	2
Final	15	1
Editais Publicados	2015	2016
Entrância Inicial	1	1
Entrância Intermediária	8	5
Entrância Final	19	2
Acesso ao Cargo de Desembargador	3	0
Turma Recursal	5	1
Membros do TRE	4	5
Juízes Leigos	1	0
Atos de Exonerações/Nomeações	2015	2016
Exonerações de Magistrados	2	14
Nomeações	0	79

Fonte: Secretaria-Geral



4.8.4 Análise de Processos Administrativos, Elaboração de Despachos e outros

No período considerado, tramitaram pela Secretaria-Geral para apreciação e deliberação 24.346 processos administrativos, perfazendo média mensal de 1.058 apreciados.

Destacam-se, por fim:

- Análise dos pedidos de auxílio-moradia de magistrados, havendo sido analisados 640 processos, com o exame de sua instrução, expedição de comunicações, informações e despachos, tendo em vista a nova regulamentação sobre esse benefício;
- ii. Gerenciamento de 235 edições do Diário da Justiça em 2015 e 214 em 2016.

4.9 Estatística Processual da Secretaria Judiciária

O Departamento de Serviços Judiciários de Apoio da Secretaria Judiciária concentra a Divisão de Protocolo Geral e a Divisão de Cálculos Judiciais. A primeira desenvolve atividades de recebimento, digitalização e registro de protocolo de processos. No período de 1° de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, foram protocolados, eletronicamente pelo Portal e-SAJ, 126.445 petições iniciais e intermediárias digitais, além de 27.036 petições físicas. Além disso, o Núcleo de Digitalização do Segundo Grau promoveu a digitalização de 23.739 feitos.

Já a Divisão de Cálculos Judiciais recebeu, no período de 1° de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, 1.337 processos físicos (SPROC), dos quais, 895 tiveram cálculos elaborados, 131 foram devolvidos à origem com informações (por falta de peças necessárias para o cálculo ou por resposta a impugnações) e 221 se encontram pendentes no setor para fins de análise e elaboração de cálculos. Além disso, foram recebidos 1.570 processos digitais, no período de 1° de janeiro de 2015 a 30 de setembro de 2016.

O Departamento de Distribuição, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, promoveu 81.202 distribuições, 54.308 redistribuições e 24.698 transferências. Além disso, foram recebidos 24.234 processos pelo módulo de integração SAJPG / SG.

Os Departamentos Cível (integrado pelas Divisões de Recursos das Câmaras, de Recursos Privativos, e dos Feitos do Órgão Especial e das Câmaras Cíveis Reunidas) e Penal (integrado pelas Divisões de *Habeas Corpus*, de Recursos Criminais e de Apelação Criminal) cuidam da tramitação dos feitos em segunda instância, promovendo a intimação das partes, a

publicação de despachos, decisões e acórdãos, o controle dos prazos processuais, a emissão de certidões e a elaboração de expedientes diversos.

O Departamento Cível, por meio de suas divisões, baixou 94.808 processos no período de 1° janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

Pelas Divisões de Recursos das Câmaras Cíveis, foram publicadas 103.933 decisões e elaborados 91.243 expedientes (cartas, mandados, ofícios, etc.). Nesse mesmo período, a Divisão de Recursos Privativos encaminhou 3.326 recursos aos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Já o Departamento Penal, por meio das Divisões de *Habeas Corpus*, de Recursos Criminais e de Apelação Criminal, promoveu, no período de 1° de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, a baixa de 24.708 processos, encaminhou 1.158 recursos aos Tribunais Superiores (STF e STJ).

Em relação ao cadastramento de precatórios, foram registrados no sistema SAPRE 347 ofícios requisitórios, de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Quanto ao cadastro de peritos, foram publicados 1 edital, 17 termos de homologação e credenciados 221 profissionais.

No tocante aos trabalhos das Câmaras Reunidas/Seções Direito Público e Privado:

Tabela 22 - Desempenho das Câmaras Reunidas/Seções Direito Público e Privado - Biênio 2015-2016

Variável	Cíveis	Criminais
Sessões realizadas	22	24
Processos julgados	162	108

Fonte: Secretaria Judiciária

*Considerando que, a partir de outubro de 2016, iniciou-se o funcionamento das Seções de Direito Público, Privado e Criminal, sendo realizada uma sessão de julgamento para cada um desses órgãos

O Serviço de Certidões expediu – no período de 2015 e 2016 – 12.786 certidões narrativas, negativas e de prática jurídica, das quais 11.356 foram requeridas pelo sistema. Além disso, foram expedidas 18.387 certidões negativas na modalidade *on-line*.

Até o mês de agosto de 2016, havia um grupo de Oficiais de Justiça atuantes em segunda instância, sob a supervisão da Secretaria Judiciária, quando sobreveio a Portaria nº 1.464, de 18 de agosto de 2016, que promoveu a relotação desses servidores na Central de Mandados - Coman, no Fórum Clóvis Beviláqua. Enquanto estavam sob a gestão da Secretaria Judiciária, esses Oficiais de Justiça apresentaram o seguinte desempenho:



Tabela 23 – Índice de cumprimento de mandados

Tipo	2015/2016 (até agosto)	2014
Mandados Encaminhados	9.280	5.265
Mandados Cumpridos	9.113	5.189
Percentual Cumprimento	98,2%	98,56%

Fonte: Secretaria Judiciária

Por último, o plantão judiciário de segunda instância, registrou a seguinte movimentação, relativa aos recessos natalinos (dezembro de 2015 a janeiro de 2016 e dezembro de 2016 a janeiro de 2017) e aos plantões ordinários de sábados, domingos e feriados:

Tabela 24 - Recesso Natalino e Plantões ordinários de sábados, domingos e feriados

Тіро	Quantidade Feitos Interpostos
Recesso natalino 20/12/15 a 6/1/16	83
Recesso natalino 20/12/16 a 6/1/17	107
Plantões ordinários (sábados, domingos e feriados) até 31/12/16	119
TOTAL	299

Fonte: Secretaria Judiciária

4.9.1 Saneamento de Dados e Baixa Processual

Como forma de sanear os dados estatísticos relativos à tramitação processual em segunda instância, a Secretaria Judiciária promoveu estudo e elaborou documento de parâmetros, com o fito de registrar a baixa de processos que tinham sido devolvidos à primeira instância com prazo recursal decorrido ou que se encontravam na Divisão de Arquivo. Dessa forma, foram publicadas as Portarias nº 654/2015 e nº 2.159/2015, autorizando a baixa processual de 23.519 e 38.872 processos, respectivamente, com significativo impacto positivo na taxa de congestionamento de segundo grau, que reduziu de 77,80%, em 2014, para 45,60% em 2015.

4.9.2 Inventário e Migração de Dados

Também com o intuito de promover o saneamento da base de dados, de maneira a facilitar a extração de relatórios estatísticos, além de padronizar os procedimentos de tramitação processual, a Secretaria Judiciária concebeu e promoveu o inventário de processos

físicos em tramitação no segundo grau, pelo sistema SPROC, e a posterior migração de todo esse acervo para o sistema SAJSG, nos termos da Portaria nº 2.305/15. Assim, foram inventariados 946 processos no âmbito do segundo grau.

4.9.3 Redistribuição dos acervos processuais em função da criação dos novos órgãos julgadores pelo Regimento Interno do TJCE

Aprovado em sessão do Órgão Especial, na data de 30 de junho de 2016, o novo Regimento Interno do TJCE trouxe significativas alterações nos órgãos julgadores desta Corte, a saber: a extinção da 8ª Câmara Cível Isolada e a criação da 3ª Câmara Criminal, a alteração da competência e a transformação da 1ª a 7ª Câmaras Cíveis Isoladas em Câmaras de Direito Público e Câmaras de Direito Privado, e a extinção das Câmaras Cíveis Reunidas, com a criação, em substituição, da Seção de Direito Público e da Seção de Direito Privado. Essas inovações regimentais exigiram a redistribuição de todo o acervo em tramitação na segunda instância, com implicações, inclusive, no sistema de automação processual (SAJSG).

Para cumprimento desse desiderato e das Portarias n° 1.354/16, n° 1.402/16 e n° 1.554/16, a Secretaria Judiciária desenvolveu projeto setorial, com a elaboração de cronograma, estratégia de logística, adequações no sistema SAJSG (em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação) e formação de equipe de execução (Núcleo de Redistribuição). Os trabalhos apresentaram os seguintes resultados até a data de 31 de dezembro de 2016:

Tabela 25 – Evolução dos Trabalhos do Núcleo de Redistribuição do novo Regimento Interno – 1° de agosto a 31 de dezembro de 2016

Órgão Julgador	Redistribuídos	Renomeados	Situação
3ª Câmara Criminal	3.910	0	Concluído
1ª Câmara Direito Público	1.672	622	Em andamento
2ª Câmara Direito Público	1.697	2396	Em andamento
3ª Câmara Direito Público	1.616	1041	Em andamento
1ª Câmara Direito Privado	2.235	1218	Em andamento
2ª Câmara Direito Privado	2.082	578	Em andamento
3ª Câmara Direito Privado	2.178	809	Em andamento
4ª Câmara Direito Privado	2.211	2769	Em andamento
Subtotal	17.601	9.433	-
TOTAL (Redistribuídos + Renomeados)	27	.034	-

Fonte: Secretaria Judiciária



4.10 Estatísticas Processuais do Fórum Clóvis Beviláqua

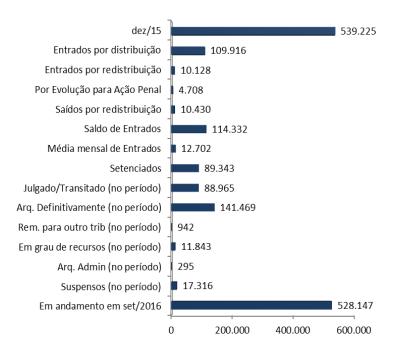
A seguir são apresentadas estatísticas processuais relativas à Comarca de Fortaleza:

Gráfico 11 – Estatísticas de quantidade de processos da Comarca de Fortaleza (2015)



Fonte: SAJ-PG

Gráfico 12 – Estatísticas de quantidade de processos da Comarca de Fortaleza (2016)



Fonte: SAJ-PG

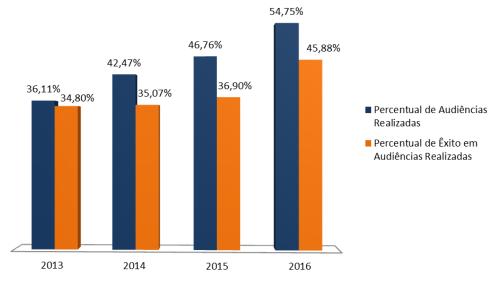
59,70%
50,47%
45,88%
Percentual de Audiências Realizadas
Percentual de Êxito em Audiências Realizadas

Cível Família Geral

Gráfico 13 – Estatística dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por competência (2016)

Fonte: Cejusc

Gráfico 14 – Comparativo dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por ano



Fonte: Cejusc

4.10.1 Secretarias Judiciárias Únicas de 1º Grau (I a IV)

As Secretarias Judiciárias Únicas de 1º Grau de Jurisdição (I a IV) têm como atribuições a realização de análise dos atos judiciais, emissão de expedientes, juntada de mandados, devolução de cartas precatórias, arquivamento etc. A seguir são apresentadas algumas estatísticas das referidas Secretarias:

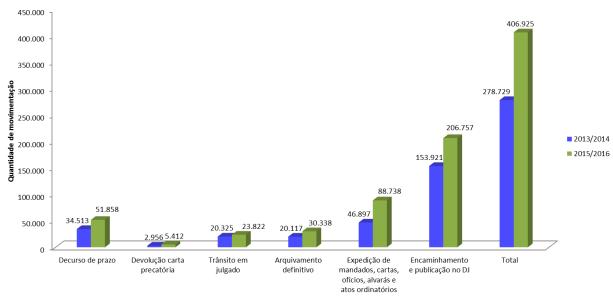


Tabela 26 – Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud I – Fazenda Pública

Variáveis	2013/2014	2015/2016
Decurso de prazo	34.513	51.858
Devolução carta precatória	2.956	5.412
Trânsito em julgado	20.325	23.822
Arquivamento definitivo	20.117	30.338
Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás e atos ordinatórios	46.897	88.738
Encaminhamento e publicação no DJ	153.921	206.757
Total	278.729	406.925

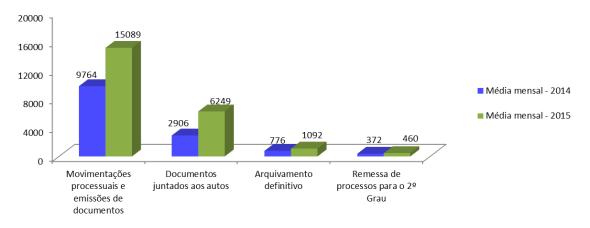
Fonte: SAJPG

Gráfico 15 - Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud I - Fazenda Pública



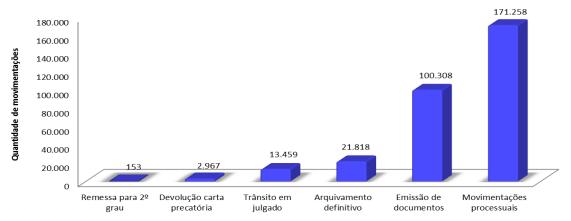
Fonte: SAJEst

Gráfico 16 – Comparativo da produtividade mensal da Secretaria Judiciária de 1º Grau I – Varas da Fazenda Pública



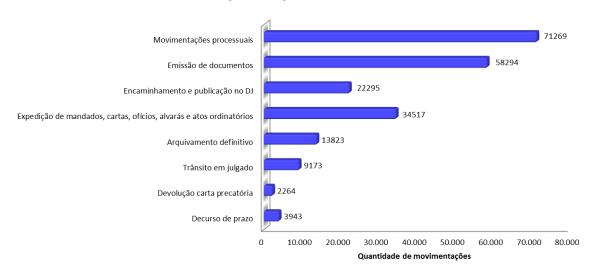
Fonte: SAJ-PG

Gráfico17 – Estatísticas de Movimentações da Sejud II – 1ª à 9ª Varas da Família



Fonte: SAJEst

Gráfico 18 – Estatísticas de Movimentações da Sejud III – 10^a à 18^a Varas da Família



Fonte: SAJest

Destaque-se, em comparação com o mesmo período do ano anterior, que houve um crescimento considerável da produtividade na Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição IV, que atende da 1ª até a 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza, observando-se aumento na expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás, precatórias e atos ordinatórios, na juntada de documentos, na quantidade de processos com trânsito em julgado, nas certidões emitidas, no encaminhamento e publicações no DJ, entre outros, conforme podemos verificar nos quadros e gráficos a seguir:

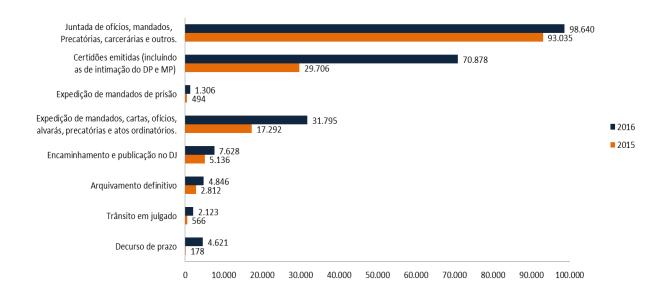


Tabela 27 - Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud IV - Execuções Penais

Variáveis	2015	2016
Decurso de prazo	178	4.621
Trânsito em julgado	566	2.123
Arquivamento definitivo	2.812	4.846
Encaminhamento e publicação no DJ	5.136	7.628
Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás, precatórias e atos ordinatórios	17.292	31.795
Expedição de mandados de prisão	494	1.306
Certidões emitidas (incluíndo as de intimação do DP e MP)	29.706	70.878
Juntada de ofícios, mandados, precatórias, carcerárias e outros	93.035	98.640

Fonte: SAJPG

Gráfico 19 - Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud IV - Execuções Penais



Fonte: SAJPG

4.10.2 Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento - GARC

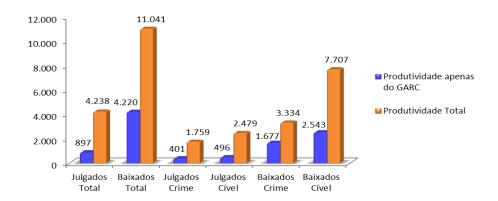
Os trabalhos do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento – GARC, na gestão 2015-2016, iniciaram em março de 2015, quando assumiu a coordenação do grupo a Dra. Adayde Monteiro Pimentel, Juíza Titular da 24ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza.

Ao longo do exercício de 2016 foram desenvolvidos vários trabalhos nas competências cíveis e criminais. A partir de junho, quando assumiu a coordenadoria do grupo o Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio, Juiz Titular da 19ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, foi realizado um esforço concentrado na área criminal com término em setembro. Em outubro, seguindo a Recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do Provimento 04/2016

e da Portaria 38/2016 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, iniciou-se a atribuição para o Garc para atuar diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, em conjunto com as Unidades Judiciárias.

Em 2015 foram beneficiadas pelo trabalho do grupo varas cíveis, criminais, família, júri, delitos/tráfico de entorpecentes, execuções penais, alguns juizados como o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Gráfico 20 — Produtividade do Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento — GARC de março a outubro de 2015

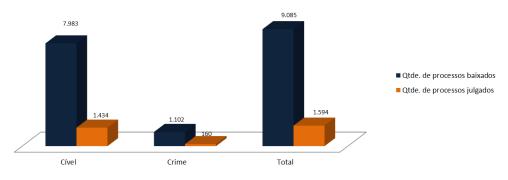


Fonte: GARC

Nota 1: A Produtividade Total considera a produtividade do Grupo e das Secretarias de Vara atendidas pelo grupo.

Nota 2: Dados atualizados até outubro de 2015 devido ao direcionamento do grupo para atuar nas Varas de Execução Fiscal.

Gráfico 21 — Produtividade do Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento — GARC de janeiro a maio de 2016

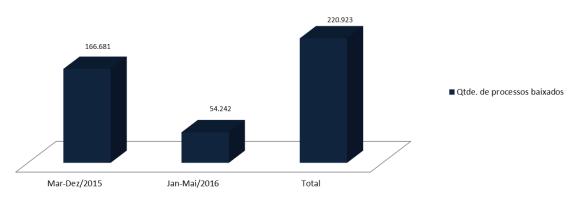


Fonte: GARC

Nota 1: Dados atualizados até maio de 2016 devido ao direcionamento do grupo para atuar na Força-Tarefa da Área Criminal.



Gráfico 22 – Movimentações Processuais Realizadas pelo Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento – GARC de janeiro a maio de 2016



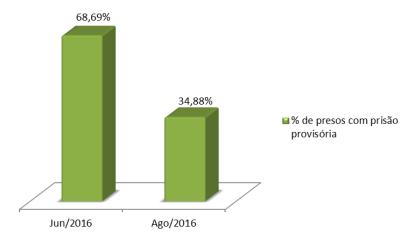
Fonte: GARC

Nota 1: Dados atualizados até maio de 2016 devido ao direcionamento do grupo para atuar na Força-Tarefa da Área Criminal.

4.10.3 Esforço concentrado na Área Criminal (de junho a agosto de 2016)

A partir de 30 de maio de 2016, com a publicação da Portaria nº 919 e, em 17 de julho de 2016, da Portaria nº 1212, ambas do TJCE, o Grupo passou a trabalhar com foco preferencial na área criminal, nos processos em que os réus estejam presos, seja em caráter provisório ou já na fase de "concluso para sentença", realizando os diversos expedientes, bem como na preparação de minutas, despachos e decisões interlocutórias para dar andamento processual e atualização do histórico de partes.

Gráficos 23 – Esforço Concentrado na Competência Criminal pelo GARC

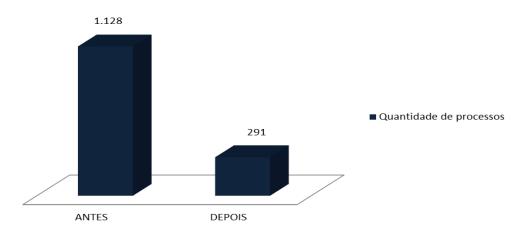


Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: Dados referentes ao período em que o grupo atuou na Força-Tarefa

da Área Criminal.

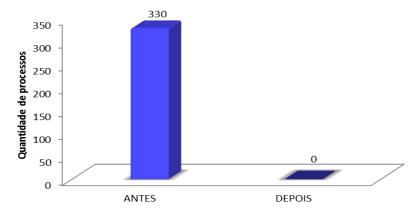
Gráfico 24 – Comparativo da Quantidade de Pedidos de Liberdade e de Relaxamento pendentes de análise entre junho e agosto de 2016



Fonte: Departamento de Informática e GARC

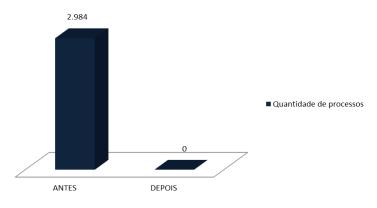
Nota 1: Dados referentes ao período em que o grupo atuou na Força-Tarefa da Área Criminal

Gráfico 25 - Processos conclusos para Sentença - Crime (GARC/2016)



Fonte: Departamento de Informática e GARC

Gráfico 26 – Comparativo da quantidade de processos com histórico de partes pendentes entre junho e agosto de 2016



Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: Dados referentes ao período em que o grupo atuou na Força-Tarefa da Área Criminal.



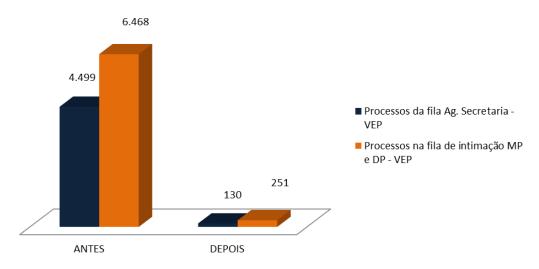


Gráfico 27 – Atuação na Sejud IV – Execuções penais (GARC/2016)

Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: A fila Ag. Análise de Secretaria contém os processos em que foi cumprida alguma determinação do magistrado, mas que necessitam de avaliação quanto ao seu correto cumprimento. A fila de Intimação do MP e DP contém as intimações feita ao Ministério Público e Defensoria Pública que estão pendentes de decurso de prazo.

4.10.4 Força-Tarefa na Competência de Família

Tendo em vista a obrigatoriedade da Semana Nacional da Conciliação, que ocorreu entre os dias 21 a 25 de novembro de 2016 em todo território nacional, o Garc realizou, em setembro de 2016, uma força-tarefa nas Varas de Família com o objetivo de sanear os processos, realizando expedientes necessários para torná-los aptos para a Semana Nacional de Conciliação.

4.10.5 Força-Tarefa nos Processos com Prioridade de Tramitação

Seguindo a recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio da Portaria nº 38/2016, o Garc disponibilizou 13 servidores para atuarem diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e portadores de doenças graves.

4.10.6 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua – Cejusc/Fórum foi criado em 2012, a partir da estrutura física da Central de Conciliação de 1º Grau, em funcionamento desde 23 de março de 2007, por força da Resolução nº 01/2007 do TJCE.

O objetivo primordial do Cejusc é assegurar ao jurisdicionado o princípio constitucional do acesso à justiça, garantindo tratamento adequado aos conflitos e proporcionando, no âmbito da primeira instância, a cultura autocompositiva, por meio da conciliação e da mediação, como instrumento efetivo de pacificação social, de forma a viabilizar uma rápida solução dos conflitos e a consequente redução do acervo processual.

O Cejusc recebe processos oriundos das Varas Cíveis e de Família da Comarca de Fortaleza que envolvam direitos patrimoniais disponíveis e indisponíveis transacionáveis, tais como questões de vizinhança, reparações de danos, revisionais de contratos, buscas e apreensões, pensões alimentícias, divórcios, guardas, dentre outros.

O Cejusc conta atualmente com 6 salas de mediação, 4 de conciliação, secretaria, brinquedoteca, 2 salas destinadas à Oficina Pais e Filhos, 1 sala de perícia, 1 sala para os grandes litigantes e 1 sala de apoio aos advogados.

A seguir apresentamos o resultado dos eventos realizados até dezembro de 2016, em termos de percentual de êxito das audiências realizadas:

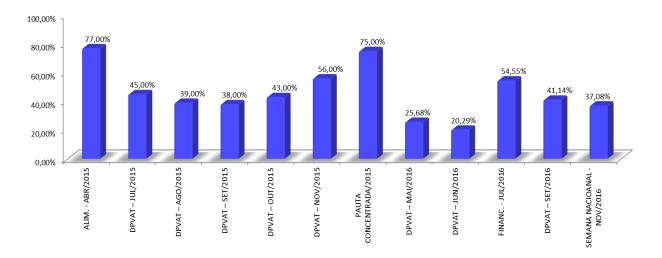
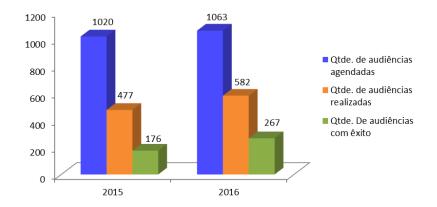


Gráfico 28 - Resultados dos mutirões realizados pelo Cejusc em 2015-2016

Fonte: Cejusc

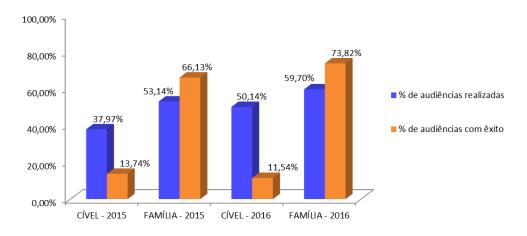


Gráfico 29 - Comparativo da quantidade de audiências agendadas, realizadas e com êxito por ano



Fonte: Cejusc

Gráfico 30 - Comparativo dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por competência



Fonte: Cejusc

4.10.7 Mutirão de Perícias Judiciais em Ações Acidentárias

O Cejusc/FCB firmou parceria com a Defensoria Pública da União ao final de 2014 para a realização de mutirão de perícias médicas e audiências de conciliação em ações de acidente de trabalho envolvendo o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), tornando, durante este ano, a referida parceria em definitiva e contínua.

Durante o ano 2015, foram agendadas 66 perícias judiciais, distribuídas nos dias 22 e 23 de janeiro; 3 e 4 de maio; 5, 6, 12 e 13 de maio; 8 e 9 de julho; 14 e 18 de setembro; e 13, 14, 20 e 21 de outubro. No ano de 2016 foram agendadas 25 perícias, que ocorreram nos dias 22, 24 e 31 de agosto, 1° e 10 de outubro.

4.10.8 Mutirão de Negociação Fiscal Realizado pelas Varas de Execuções Fiscais na Semana Nacional de Conciliação

De 24 a 30 de setembro foi realizado o I Mutirão de Negociação Fiscal, no Centro de Eventos do Ceará, com a participação de representantes do Judiciário, da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda (Sefaz) nas sessões conciliatórias. Nesse período os devedores do Estado e do Município de Fortaleza tiveram a possibilidade de regularizar dívidas de IPTU, ICMS, IPVA, ISS, ITBI, além de multas da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC).

Foram notificados 17.000 contribuintes pela prefeitura, tendo comparecido 5.650 pessoas, que representam 33,24% e 25.000 contribuintes notificados pela Sefaz, tendo o comparecimento de 3.822 que representam 15,29%.

Tabela 28 – Resultado do Mutirão de Execução Fiscal (Quantitativo de contribuintes)

Órgão	Notificados	Presença	% de presença dos contribuintes notificados
Prefeitura (Sefin e PGM)	17.000	5.650	33,24%
Estado (Sefaz e PGE)	25.000	3.822	15,29%
Total	42.000	9.472	22,55%

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

4.10.9 Mutirões diversos (2015-2016)

Foram realizados, em 2015, sete mutirões processuais envolvendo 4.941 audiências agendadas. No mês de abril de 2015, foi realizado um mutirão de conciliação envolvendo ações de alimentos de sete Secretarias das Varas de Família. O evento contou com 270 processos, distribuídos em quatro salas de audiência, cada uma com três mesas de conciliação, nos dias 14 e 15 de abril de 2015, nos dois turnos. Os outros cinco eventos foram relativos a mutirões de perícia e conciliação em ações de DPVAT, que aconteceram nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2016, com processos das Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza. Já em dezembro, foi realizada uma pauta concentrada, envolvendo 38 processos das varas cíveis e de família.

No ano de 2016, o Cejusc, até o mês de dezembro, realizou quatro mutirões processuais, com temáticas variadas, nas esferas cíveis. O primeiro teve por objeto as ações sobre o seguro DPVAT, quando foram marcadas 1.202 audiências, com a realização de 588 perícias. Ao final, contabilizou-se 151 acordos, os quais representaram 25,68% de desfechos



satisfatórios. No mês de junho de 2016, o segundo mutirão DPVAT programou 1.005 audiências, das quais resultaram 478 perícias e 97 acordos, computando 20,29% de êxito. Em julho de 2016, o Cejusc organizou uma pauta concentrada, com temática financeira e designação de 37 audiências. Destas, onze contaram com a presença de ambas as partes (29,73% de presença) e seis findaram com composição amigável, perfazendo o percentual de 54,55% de sucesso.

No mês de setembro de 2016, aconteceu a terceira edição do mutirão DPVAT. Foram agendadas 1.300 audiências e realizados 615 exames periciais, que possibilitaram o alcance de 252 conciliações, ou seja, êxito em 41% dos casos.

Por fim, no mês de novembro de 16, em razão da Semana Nacional de Conciliação, foi realizada uma pauta de audiências de conciliação envolvendo ações DPVAT e uma pauta de Mediação, que juntas somaram 1.364 audiências agendadas e 685 audiências efetivamente realizadas, destas 254 findaram em acordo.

Feito um balanço dos cinco eventos, verificou-se a obtenção de 2.377 acordos, ou seja, em 31,97% das 4.908 audiências designadas.

A seguir apresentamos o resultado dos mutirões realizados em 2015 e 2016, em termos de percentual de êxito das audiências realizadas:

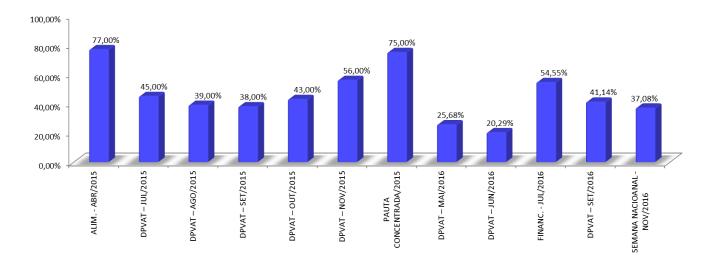


Gráfico 31 - Resultados dos mutirões realizados pelo Cejusc em 2015-2016 - Éxito das Audiências

Fonte: Cejusc

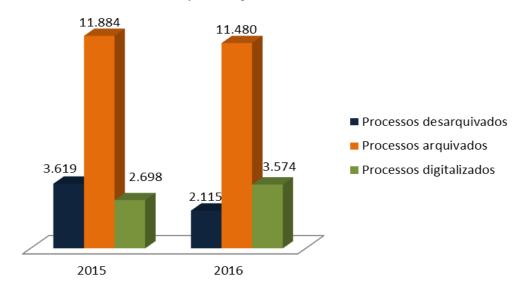
4.10.10 Estatística do Departamento de Atividades Judiciais

Tabela 29 – Estatísticas da Seção de Arquivo da Comarca de Fortaleza em 2015-2016

Variável	2015	2016
Processos desarquivados	3.619	2.115
Processos arquivados	11.884	11.480
Processos digitalizados	2.698	3.574

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

Gráfico 32 – Estatísticas da Seção de Arquivo da Comarca de Fortaleza em 2015-2016



Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

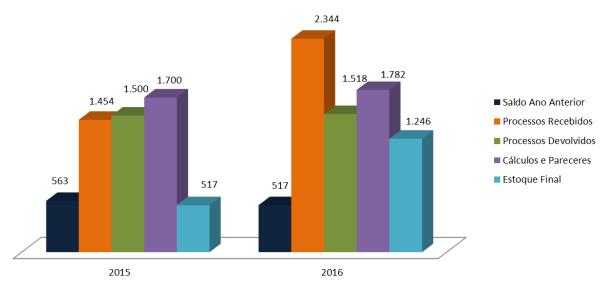
Tabela 30 – Estatísticas da Seção de Contadoria da Comarca de Fortaleza em 2015-2016

Variável	2015	2016
Saldo Ano Anterior	563	517
Processos Recebidos	1.454	2.344
Processos Devolvidos	1.500	1.518
Cálculos e Pareceres	1.700	1.782
Estoque Final	517	1.246

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais.



Gráfico 33 – Estatísticas da Seção de Contadoria da Comarca de Fortaleza em 2015-2016



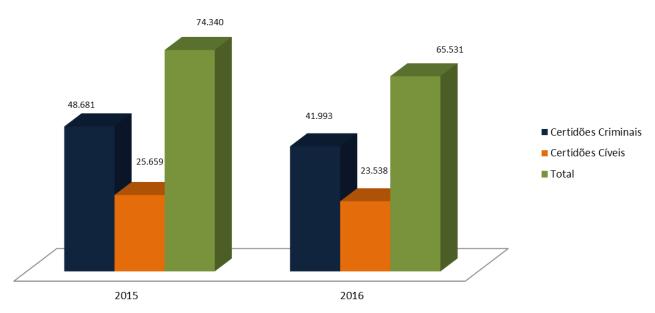
Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

Tabela 31 – Estatísticas da Seção de Certidões da Comarca de Fortaleza em 2015-2016

Variável	2015	2016
Certidões Criminais	48.681	41.993
Certidões Cíveis	25.659	23.538
Total	74.340	65.531

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

Gráfico 34 – Estatísticas da Seção de Certidões da Comarca de Fortaleza em 2015-2016



Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

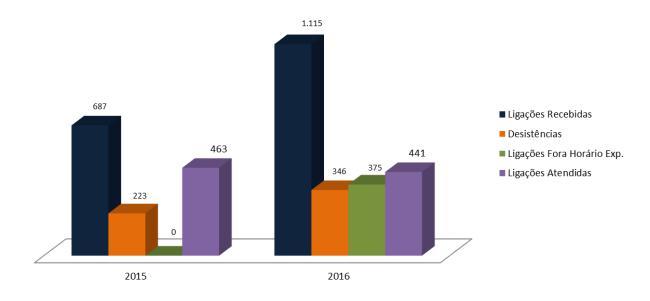
4.10.11 Telejustiça

Tabela 32 - Estatísticas de atendimento do Telejustiça em 2015-2016 (valores em mil)

Variável	2015	2016
Ligações Recebidas	687	1.115
Desistências	223	346
Ligações Fora Horário Exp.	-	375
Ligações Atendidas	463	441

Fonte: Telejustiça

Gráfico 35 - Estatísticas de atendimento do Telejustiça em 2015-2016



Fonte: Telejustiça

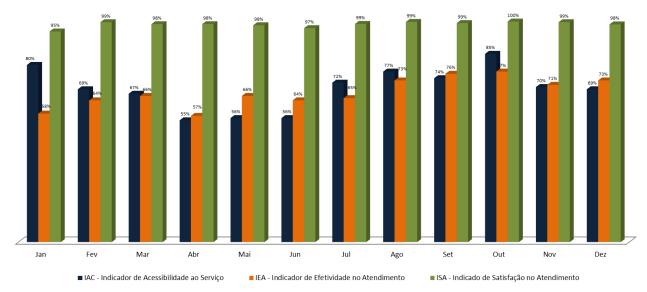
Tabela 33 - Indicadores de atendimento do Telejustiça em 2015

Variável	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IAC - Indicador de Acessibilidade ao Serviço	80,00%	69,00%	67,00%	55,00%	56,00%	56,00%	72,00%	77,00%	74,00%	85,00%	70,00%	69,00%
IEA - Indicador de Efetividade no Atendimento	58,00%	64,00%	66,00%	57,00%	66,00%	64,00%	65,00%	73,00%	76,00%	77,00%	71,00%	73,00%
ISA - Indicado de Satisfação no Atendimento	95,10%	99,30%	98,40%	98,40%	97,90%	96,60%	98,50%	99,40%	98,90%	99,60%	99,30%	98,30%

Fonte: Telejustiça



Gráfico 36 - Indicadores do Telejustiça em 2015



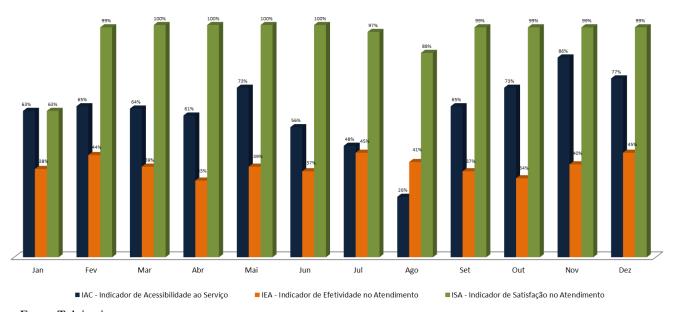
Fonte: Telejustiça

Tabela 34 - Indicadores de atendimento do Telejustiça em 2016

				J	,							
Variável	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IAC - Indicador de Acessibilidade ao Serviço	63,00%	65,00%	64,00%	61,00%	73,00%	56,00%	48,00%	26,00%	65,00%	73,00%	86,00%	77,00%
IEA - Indicador de Efetividade no Atendimento	38,00%	44,00%	39,00%	33,00%	39,00%	37,00%	45,00%	41,00%	37,00%	34,00%	40,00%	45,00%
ISA - Indicado de Satisfação no Atendimento	63,00%	99,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,00%	88,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%

Fonte: Telejustiça

Gráfico 37 - Indicadores do Telejustiça em 2016



Fonte: Telejustiça

4.10.12 Coordenadoria de Mandados - Comam

Em 2016, ocorreram diversas melhorias na sistemática de trabalho do Coman de Fortaleza. Entre elas destacamos:

- i. A ampliação da utilização do Módulo de Mandados do Sistema SAJ para as demais varas da fazenda pública (antes apenas a 1ª, 2ª, 6ª e 11ª varas da fazenda pública utilizavam), além das 18 varas da Família, três Varas de Execuções Penais e para o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- ii. A ampliação da quantidade de Oficiais de Justiça (36 ao todo) provenientes do Tribunal de Justiça e reestruturação das atividades da Coman para atender ao cumprimento de mandados oriundos do 2º grau de jurisdição, com a criação de um grupo de Oficiais de Justiça exclusivamente para cumprir esta nova demanda;
- iii. Reforma e ampliação da Sala de Apoio aos Oficiais de Justiça;
- iv. Reestruturação de todas as macrorregiões.
- v. A seguir, apresentamos as estatísticas da Coman de Fortaleza, em que destacamos o aumento da quantidade de mandados recebidos pelo sistema SAJ-PG.

Tabela 35 – Estatísticas de Mandados Recebidos e Devolvidos pela COMAN de Fortaleza em 2015-2016

	20)15	2016			
Sistemas	Quantidade de Mandados Recebidos	Quantidade de Mandados Devolvidos	Quantidade de Mandados Recebidos	Quantidade de Mandados Devolvidos		
SISCOMAN	186.372	191.113	186.600	184.022		
SAJ-PG5	8.014	5.543	29.182	25.957		
SAJ-SG5*	-	-	1.800	1.800		
CIAAC	8.400	8.400	1.700	1.700		
TOTAL	202.786	205.056	219.282	213.479		

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

^(*) A distribuição dos mandados do SAJ-SG para os oficiais de justiça da COMAN de Fortaleza em 2016.



191.113 186.372 186.600 184.022 ■ SISCOMAN SAI-PG5 ■ SAI-SG5* ■ CIAAC 29.182 8.400 8.014 8 400 1.800 1.700 1.800 1.700 Quantidade de Mandados Quantidade de Mandados Quantidade de Mandados Quantidade de Mandados Recebidos - 2015 Devolvidos-2015 Recebidos - 2016 Devolvidos - 2016

Gráfico 38 - Quantidade de Mandados Recebidos e Devolvidos pela COMAN de Fortaleza em 2015-2016

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

(*) A distribuição dos mandados do SAJ-SG para os oficiais de justiça da COMAN de Fortaleza em 2016

4.11 Estatística Processual da Secretaria de Administração

Em alinhamento com as metas setoriais relativas à Gratificação por Alcance de Metas (GAM), a Secad, no que tange apenas à Assessoria Técnica e ao Gabinete, tem sua produtividade, em relação aos processos administrativos, calculada em 100%, no período que compreende os meses de janeiro a dezembro de 2016; no que tange ao serviço de apoio operacional, a produtividade processual foi calculada em 99,53%.

No período de julho a novembro de 2016, foram recebidos 2.328 processos digitais na Secretaria de Administração, e 6.057 processos digitais que envolvem as demais unidades subordinadas.

4.11.1 Departamento de Suprimentos e Logística

O Departamento de Suprimentos e Logística tem sua produtividade em relação aos processos administrativos calculada em 99,78%, no período de janeiro a dezembro de 2016.

No período de 1° de janeiro a 31 de agosto de 2016, foram recebidos pelo referido departamento 1.386 processos físicos e digitais. Apresenta-se a estatística dos processos tramitados pelos setores que compõem o Departamento de Suprimentos e Logística, totalizando, no período considerado, 10.373 processos.

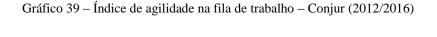
4.11.2 Departamento Editorial e Gráfico

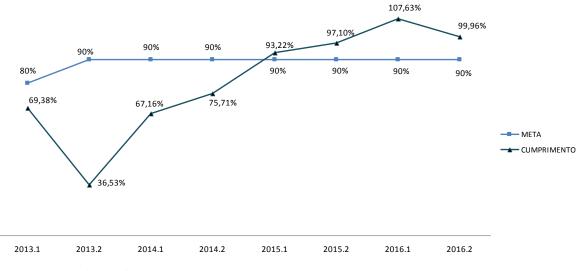
Foi realizada a catalogação, por meio de planilhas, dos processos administrativos do Tribunal que não foram cadastrados em sistemas, do ano de 1961, o que gerou um total de 878 caixas. São 241 caixas de processos com data de remessa ao arquivo do ano de 1999 a 2001, 245 caixas de petições (1961-1997) e 392 caixas de procedimentos administrativos. Até o dia 7 novembro do corrente ano, foram inventariados 84.039 processos.

Em relação aos processos oriundos do Fórum, foi realizado um trabalho, iniciado em março de 2016, de catalogação dos processos em planilhas, onde foram preenchidos com o nome da parte e o número do processo. Foram conferidas 1.402 caixas, correspondendo a 7.561 processos da 2ª Vara da Fazenda Pública e 1.599 caixas da Sejud, totalizando 3.001 caixas inventariadas.

4.12 Estatística Processual da Consultoria Jurídica

O empenho da equipe permitiu que durante a gestão 2015-2016 o índice de agilidade na fila de trabalho da Conjur ultrapassasse, pela primeira vez desde o início da mediação, a meta de produtividade estabelecida para a Gratificação por Alcance de Metas - GAM.





Fonte: Consultoria Jurídica



É importante ressaltar que esse indicativo é unicamente relativo às demandas respondidas dentro do prazo indicado como parâmetro de agilidade pela Comissão Gestora da GAM. Porém, o percentual de resposta às demandas é maior, pois há um empenho constante em solucionar o acervo pendente.

A dedicação e a persistência da equipe permitiram que os processos constantes das filas de trabalho com prazo vencido fossem praticamente esgotados. Com isso, resguardou-se uma resposta rápida às demandas submetidas a este órgão consultivo e, por consequência, uma maior celeridade na solução de pendências administrativas na Presidência do Tribunal.

No panorama geral de movimentação processual da Consultoria Jurídica, o índice de produtividade gira em torno de 95%. Dessa forma, os processos pendentes de análise a cada período se limitam praticamente àqueles que ainda estão no prazo de análise.

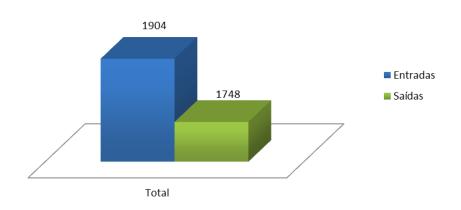
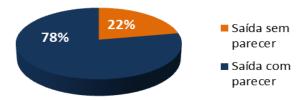


Gráfico 40 – Entradas e Saídas de Processos – 2015/2016

Fonte: Consultoria Jurídica

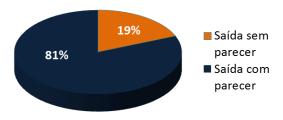
É válido ressaltar que nem todos os processos encaminhados à Consultoria exigem a emissão de parecer, pois uma parte deles se limita a comunicações internas ou a questões resolvidas diretamente por este Órgão. Contudo, dos processos encaminhados às filas de trabalho, quase 80% necessitam de uma manifestação formal por meio de parecer, isso implica em uma média de 800 pareceres anuais.

Gráfico 41 – Processos Conjur – Saídas 2015



Fonte: Consultoria Jurídica

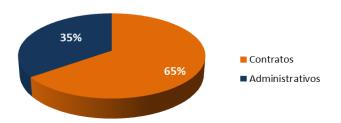
Gráfico 42 – Processos Conjur – Saídas 2016



Fonte: Consultoria Jurídica

Dentre os pareceres emitidos pela Conjur nos anos de 2015 e 2016 é possível constatar uma preponderância das manifestações em processos licitatórios e convênios em relação às apresentadas em processos administrativos, como se extrai dos gráficos que seguem:

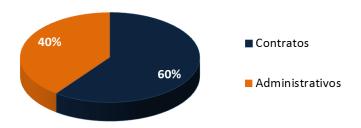
Gráfico 43 - Processos Conjur - 2015



Fonte: Consultoria Jurídica



Gráfico 44 - Processos Conjur - 2016



Fonte: Consultoria Jurídica

Convém ressaltar que uma parcela dos pareceres emitidos em processos licitatórios e convênios possuem conteúdos similares, o que facilita a manifestação. A despeito disso, a relevância e o risco inerente às matérias exigem atenção redobrada até no mais repetitivo dos temas.

5. MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1 Iniciativas conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação

No biênio 2015-2016, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), sempre alinhada à missão de "Prover serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação ao Poder Judiciário do Estado do Ceará", publicada no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti), executou com sucesso uma série de projetos e iniciativas.

A primeira grande iniciativa da Setin foi reestruturar a secretaria em quatro grandes áreas: Governança de TI, Sistemas, Infraestrutura de TI e Segurança da Informação. Essa divisão proporcionou um maior foco e disciplinou as equipes em seus respectivos processos de trabalho.

Na área de sistemas, a Setin implantou ao todo 9 novas soluções no Poder Judiciário, que variam entre sistemas voltados para a área judicial, como o Sistema de Solicitação de Certidão Negativa Cível e Criminal (CNC), o Sistema de Peritos (SIPER), o Sistema de Mediação e Conciliação (SIME) e o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Já para a área administrativa, destacam-se o Sistema Unificado do Fermoju (SISUFERMOJU), o Sistema de Ouvidoria (SIOGE) e o Sistema para Escola de Magistratura (SESMEC). Ademais, 14 importantes mudanças, entre evoluções e integrações, foram implantadas em soluções já existentes, como a implantação da nova versão do SAJSG para atender ao novo Código de Processo Civil e as adequações ao novo Regimento Interno, as adequações no Sistema de Mediação e Conciliação (SIME) para atender ao Nupemec com implantação dos Cejuscs nas comarcas, além da nova versão do Painel Estatístico com separação por classe processual no Pje.

Com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura de TI cada vez melhor para atender ao Judiciário cearense, a Setin reorganizou e ampliou as estruturas de armazenamento de dados, além de ter adquirido e recebido doações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para sustentação e evolução do ambiente computacional. Destaca-se também a estruturação tecnológica dos Cejuscs em 38 comarcas, totalizando 48 microcomputadores e 11 impressoras instaladas. Quanto ao aprimoramento do atendimento de TI, foi realizada a assinatura de um novo Contrato de *Service Desk* com o funcionamento em horário integral (24 horas/dia, 7



dias/semana), além da implantação do modelo de governança para gestão de serviços e recursos de TI.

Finalmente, como forma de alinhamento da TI com o novo Planejamento Estratégico do TJCE, a Setin publicou o Plano Estratégico 2015-2020 de Tecnologia da Informação e Comunicação (Peti) por meio das Resoluções nº 09/2015 e nº 18/2016 (revisão). Já a nível tático, a Setin também publicou o seu Plano Diretor de TI (PDTI) pelas Portarias nº 2767/2015 e nº 449/2016, contemplando os projetos e as ações prioritárias para a gestão.

5.1.1 Sistemas, Portais e Formulários

Na área de sistemas, a Setin implantou, em parceria com a Seplag, uma ferramenta de *Business Intelligence* (BI), contemplando as informações referentes às Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal ferramenta tem o objetivo de trazer diversos benefícios, como a extração de dados de múltiplas fontes, a unificação dos dados em um único repositório, a independência da área de TI, a automatização de rotinas e o acompanhamento de indicadores e da estratégia do Tribunal de forma prática. Em alinhamento a essa iniciativa, a Setin estruturou a equipe de Administração de Dados, com a disseminação de conhecimentos para a construção de bases de dados que auxiliem na tomada de decisões de várias áreas.

Além disso, a Setin atuou com a Seplag na extração e no envio das informações necessárias para obtenção do Selo Diamante em 2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2016, as secretarias continuaram os trabalhos e enviaram os dados solicitados pelo CNJ.

Entre as principais realizações na área judicial, a Setin efetuou, em conjunto com a Sejud, a baixa definitiva de 42.950 processos do sistema SPROC, conforme Portarias nº 654/2015 e nº 441/2016. No SAJSG, inúmeras mudanças foram implantadas com as novas famílias do sistema. Em particular, o voto provisório foi implantado na 3ª Câmara Criminal e na 1ª e 2ª Câmara de Direito Privado. A obrigatoriedade do peticionamento eletrônico de 2º grau foi adotada e a consulta de jurisprudências foi disponibilizada por meio da funcionalidade "Base de Julgados".

O sistema SAJSG foi, também, adaptado para implantação do novo Código de Processo Civil e para atendimento ao novo Regimento Interno, tendo esta última requerido muita destreza e agilidade da equipe técnica para implementação em produção, dado o enorme impacto das mudanças na sistemática de trabalho, uma vez que, à exceção da 1ª e 2ª Câmaras Criminais, todas as demais Câmaras foram extintas, resultando na criação de quatro Câmaras

de Direito Privado, três Câmaras de Direito Público e três Câmaras Criminais, com o desenvolvimento de novos fluxos para o trâmite das ações nessas novas unidades e aplicação de diversas configurações. Além de todas essas medidas, a intimação eletrônica de 2º grau também foi implantada na Defensoria Pública do Estado do Ceará.

No PJe, que também passou por uma grande mudança de família, foi implantado o painel estatístico e o fluxo de trabalho para Carta Precatória, Cível e Criminal para Juizados Especiais. A Setin iniciou, também, a expansão do PJe para as comarcas do Interior, para os processos de competência cível dos Juizados Especiais que tramitam naquelas varas, totalizando 31 comarcas. Uma solução de conversão de processos do sistema Projudi para o PJe foi desenvolvida e se encontra em fase de homologação por parte do 24º Juizado Especial da Capital.

A reestruturação das Turmas Recursais, com a extinção das seis turmas então existentes e criação das três novas turmas e de uma turma provisória, envolvendo alterações nos sistemas SPROC, PJe, PROJUDI e SAJSG, também foi ação que merece menção no presente relatório, tendo tal trabalho sido realizado com intensa participação da Direção do Fórum das Turmas Recursais.

Em atendimento à Resolução nº 223/2016 do Conselho Nacional de Justiça, foi realizada a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na comarcapiloto de Caucaia. Dessa forma, as novas ações de execução penal ocorrerão de forma eletrônica neste sistema.

Ainda na área judicial, foi iniciada a construção de um sistema para consulta de antecedentes criminais unificada (CANCUN) e foi evoluído o Sistema de Consulta Processual Unificada (SCPU), para incluir a consulta pelo nome da parte. A Setin também atualizou o sistema de certidões do portal internet, permitindo a emissão *on-line* de certidões negativas de 2º grau, além de ter implantado o sistema de solicitação de Certidão Negativa Cível e Criminal de 2º grau (CNC), que cadastra uma solicitação via internet para casos onde não seja possível a emissão *on-line*.

Na área de precatórios, inúmeras evoluções também foram realizadas no Sistema de Precatórios (SAPRE), incluindo a reestruturação do módulo de cálculos. Já o Sistema de Mediação e Conciliação (SIME) foi adaptado para atender à implantação dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos (Cejuscs). Além disso, foi disponibilizada a produtividade de magistrados e serventias no Sistema de Estatística da Corregedoria (SGEC) e implantado o Sistema de Peritos (SIPER).



Na área administrativa, a Setin, em conjunto com outras secretarias, disponibilizou o Sistema de Controle dos Selos Extrajudiciais Digitais, que possibilitará um aumento na arrecadação, e construiu a integração do sistema do Fermoju com o S2GPR, permitindo a emissão de guias de pagamento do Poder Judiciário por meio de documento de arrecadação do Estado e reduzindo o custo atual de emissão de guias bancárias.

Adicionalmente, a Setin implantou o sistema acadêmico da Esmec (SESMEC) e o controle de ponto biométrico. Também foram remodelados os novos portais do TJCE e da Sala de Situação da Presidência, além de ter sido criada a rede social Colabore. Outro sistema que encontra-se em desenvolvimento é o Sistema de Auditoria (SISAUD), com o módulo de cadastro implantado e os demais em construção. A Setin aplicou ainda a reestruturação organizacional nas bases de dados e realizou a implantação da ascensão funcional e da isonomia salarial nos respectivos sistemas.

Como forma de reduzir custos, foi iniciada a implementação de projeto para absorção de todos os sistemas administrativos constantes do módulo SAJ-ADM da Softplan, num total de onze sistemas. Estima-se com esta estratégia uma economia anual de mais de R\$ 2 milhões.

Por fim, as ações mais relevantes empreendidas no biênio 2015-2016 estão consolidadas da seguinte forma: implantação de novos sistemas, evoluções em sistemas e portais implantação de portais e disponibilização de formulários eletrônicos.

Tabela 36 – Implantação de novos sistemas

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Descrição
Sistema de Ouvidoria - SIOGE
Sistema para Escola de Magistratura - SESMEC
Sistema de Mediação e Conciliação - SIME
Sistema de Solicitação de Certidão Negativa Cível e Criminal - CNC
Sistema de Ensino a Distância (EAD), adequação ao padrão do TJCE
Sistema de Emissão de Certidão Negativa 2º Grau, pela Internet
Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU
Sistema Unificado do FERMOJU - SISUFERMOJU
Sistema de Peritos - SIPER

Tabela 37 - Evoluções em sistemas e portais implantados

Sistema	Descrição
	Adequações para atender ao Regimento Interno (Câmaras Cíveis: Direito Público e de Direito Privado)
	Adequações para atender ao Regimento Interno (criação da 3ª Câmara Criminal)

Sistema	Descrição
	Implantação de nova versão com mudanças referentes ao novo CPC
	Disponibilização no SAJSG de novos fluxos para o Precatório
SCPU	Conclusão da consulta processual pelo nome da parte
	Entrega de nova versão do sistema SAPRE em atendimento ao disposto na Resolução nº 01/2016 do Órgão Especial
SAPRE	Nova versão com a inclusão referente ao Ente Principal do Precatório/RPV e outras melhorias
	Evolução no Módulo de Cálculos e novas funcionalidades (SELIC e integração SAJ SG)
SIME	Adequações para atender ao Nupemec com implantação dos Cejuscs nas comarcas
SGEC	Disponibilização da Produtividade de Magistrados e Serventias de 1º grau
SIPP	Execução da 1ª Folha de pagamento com a atualização de cargos e unidades da nova estrutura organizacional do TJCE
Pje	Nova versão do Painel Estatístico com separação por classe processual
Portal e-SAJ	Implantação do Peticionamento Eletrônico obrigatório no 2º grau TJ, Precatórios e Turmas Recursais Fazendárias
Portal dos Peritos	Nova página para o credenciamento de Peritos, Intérpretes e Tradutores

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 38 - Implantação de portais

The state of the s
Descrição
Novo Portal Internet
Portal da Saúde
Portal de Sentenças e Interdição
Portal do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Novo Portal Intranet
Novo Portal da Sala de Situação

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 39 - Disponibilização de formulários eletrônicos

Descrição
Formulários (Magistrados e Servidores) para Eleição do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Formulário de pesquisa sobre a utilização dos leitores biométricos
Formulário de gestão por competências
Formulário Prêmio Melhores Práticas de Gestão - 2014
Formulário de pesquisa de satisfação - instalações físicas do imóvel
Formulário para inscrição na I Conferência Socioambiental dos Três Poderes
Formulário de inscrição para o Curso de Mediação e Conciliação - 2015
Formulário de pré-inscrição para o I Curso de Defesa Armada para Magistrados
Formulário I Mutirão do Pai Presente

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



5.1.2 Infraestrutura de TI e Segurança da Informação

Como forma de aprimorar a infraestrutura de TI, a Setin reorganizou e ampliou as estruturas de armazenamento de dados e implantou a virtualização dos servidores de homologação, além de ter adquirido e recebido diversas doações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para sustentação e evolução do ambiente computacional.

Adicionalmente, foram contratados serviços modernos de impressão, com foco na entrega do serviço ao usuário final, possibilitando uma alta disponibilidade dos equipamentos multifuncionais e evitando impactos por problemas neles. Esse tipo de contratação permite ainda um maior controle dos recursos utilizados e custos associados. Ressalte-se que essa medida proporcionou uma redução anual de custos da ordem de R\$ 2 milhões.

Durante a gestão, foi também realizada a assinatura do Contrato nº 04/2015 de *Service Desk* com a empresa Lanlink, que aprimorou o atendimento de TI, com o funcionamento em horário integral (24 horas/dia, 7 dias/semana), e implantou o modelo de governança para gestão de serviços e recursos de TI, melhorando significativamente o canal de comunicação com o usuário e aumentando a qualidade dos produtos e serviços ofertados pela Setin. A contratação trouxe, ainda, a ampliação da quantidade de polos de atendimento do Interior do Estado, que passou de quatro para sete.

Na área de comunicação de dados, a nova contratação realizada pela Setin proporcionou uma economia da ordem de R\$ 3 milhões ao ano. Já na área de monitoramento do ambiente de TI, a substituição de serviços contratados permitiu uma redução de mais de R\$ 4 milhões.

Com um índice de satisfação superior a 80%, a Central de Atendimento em TI (Cati) atendeu e resolveu mais de 300.000 chamados ao longo da gestão 2015-2016. Além disso, a Setin distribuiu também 896 computadores doados pelo CNJ e 55 *scanners*, além de ter emitido 1.040 certificados digitais.

Por meio da Portaria nº 966, de 5 de maio de 2015, foi instituído o Programa de Segurança Corporativa da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará. A coordenação das ações do referido projeto cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação, por intermédio de sua equipe de Serviço de Segurança da Informação.

Entre as ações já executadas, destaca-se a publicação da Política de Segurança da Informação, instituída pela Resolução nº 025/2016. Outras ações propostas são a normatização

das diretrizes, das normas e dos procedimentos de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense e a elaboração do Plano de Continuidade do Negócio.

Tabela 40 - Principais ações em infraestrutura e segurança da informação

Descrição
Implantação de 2 equipamentos de armazenamento de dados (Storage - IBM - V5000)
Contratação de empresa para emissão de 6.000 Certificados Digitais
Instituição do Programa de Segurança Corporativa da Informação
Recebimento de doação do CNJ de 896 computadores para as atividades de 1º Grau
Aquisição de 20 scanners de médio porte para o TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua e Comarca de Maracanaú
Implantação do novo Contrato de ServiceDesk
Reorganização do armazenamento de dados, com liberação de espaço em disco para os Storages
Implantação do Controle de Ponto Biométrico (hardware)
Contratação dos equipamentos de rede corporativos (Switches de núcleo e acesso)
Conclusão do processo licitatório para registro de preço para renovação e aquisição de novas licenças de antivírus

Conclusão do processo licitatório para registro de preço para renovação e aquisição de novas licenças de antivírus Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

5.1.3 Projetos

Durante o biênio 2015-2016, a Setin concluiu 11 projetos alinhados ao Planejamento Estratégico de TIC e possui, desde o quarto trimestre de 2016, outros 8 projetos ativos no seu portfólio, sendo que, destes, 6 já se encontram com mais de 50% de execução. Na Tabela 41 são apresentados os projetos finalizados durante a gestão e na Tabela 42 os atualmente ativos.

Tabela 41 - Projetos finalizados pela Setin

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas
Unificação do Sistema de Ponto	 a) Contratar empresa especializada para fornecer equipamentos para solução de controle de registro de ponto biométrico, a fim de atender às demandas do Poder Judiciário cearense quanto à eficácia na fiscalização da frequência dos servidores; b) Desenvolver aplicação web para tratamento dos registros de ponto; c) Adquirir 520 equipamentos para leitura da digital dos servidores; d) Instalar e configurar 2 equipamentos em uma unidadepiloto. 	a) Setin; b) SGP.
SAJ Maracanaú	 a) Implantar sistema SAJ para controlar os processos que tramitam em papel, em substituição ao sistema SPROC, e as novas ações de forma eletrônica na comarca de Maracanaú, excetuando a unidade dos Juizados Especiais desta Comarca; b) Implantar módulo de controle da Central de Mandados do sistema SAJ na comarca de Maracanaú; c) Realizar treinamento dos servidores e magistrados da Comarca na utilização do sistema SAJ; 	a) Setin; b) FCB; c) Fórum Maracanaú.



Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas
	d) Migrar dados processuais da Comarca do sistema SPROC para o sistema SAJ.	
Serviço de Impressão	 a) Contratar empresa especializada para prestação de serviços de impressão e digitalização de documentos com o fornecimento e instalação dos equipamentos, suporte, assistência técnica, fornecimento de suprimentos (exceto papel), possibilidade de assinatura digital no próprio equipamento, técnicos residentes em macrorregiões do Estado, entre outros; b) Desenvolver plano de implantação e manutenção dos equipamentos nas unidades do TJCE; c) Treinar usuários finais das unidades do lote-piloto nas funcionalidades básicas; d) Repassar à área operacional o script de atendimento, plano de implantação e de manutenção das multifuncionais, checklists de instalação e de treinamento, material do treinamento e procedimentos de trabalho. 	Unidades do TJCE que utilizam o serviço de impressão/digitalização.
Solução de Serviços de <i>Service Desk</i>	 a) Definir e descrever os serviços de TI a serem contratados, bem como os indicadores de medição; b) Contratar empresa para prestação de serviços de Tecnologia da Informação; c) Acompanhar o processo de transição da nova contratação. 	a) Setin; b) FCB; c) TJCE.
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça	 a) Integrar o módulo de controle de mandados judiciais, no âmbito do 2º grau, ao sistema SAJSG; b) Possibilitar a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais dentro do sistema SAJSG; c) Possibilitar a geração de relatórios relativos à produtividade e cumprimento de metas para o setor; d) Tornar eletrônica a tramitação dos mandados judiciais que hoje encontra-se na forma tradicional (em papel). 	a) Setin; b) FCB.
Construção do Sistema Acadêmico da Esmec	a) Desenvolver sistema da Esmec;b) Realizar treinamento com os servidores da secretaria da Esmec que utilizarão o sistema SESMEC.	a) Esmec; b) Setin.
Implantação de Ferramentas de Informações Gerenciais	 a) Adquirir ferramenta de visualização de informações gerenciais com suporte de 24 meses; b) Adquirir ferramenta de ETL com suporte de 24 meses; c) Treinamentos nas ferramentas de visualização de informações gerenciais e ETL; d) Implantar piloto na Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag. 	a) Setin; b) Seplag; c) Sejud; d) Presidência.
INTEGRAJUS	a) Mapeamento e definição dos procedimentos "Cumprir Alvará de Soltura" e "Requisitar Preso para audiência" para a Central de Apoio à Área Criminal (CIAAC); b) Automatização do procedimento "Cumprir Alvará de Soltura" para a CIAAC, Secretarias de Varas Criminais e Oficiais de Justiça na Comarca de Fortaleza; c) Automatização do procedimento "Requisitar Preso para Audiência" para a CIAAC e secretarias de varas criminais e Oficiais de Justiça na Comarca de Fortaleza; d) Virtualização dos procedimentos policiais para remessa eletrônica ao Poder Judiciário do Estado do Ceará; e) Definição de dados e requisitos de negócio para consulta da visão unificada de antecedentes criminais (Consulta de Antecedentes Criminais – CANCUN);	a) FCB; b) Poder Executivo (Sejus e SSPDS); c) Sejud.

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas
	f) Definição do portfólio da área criminal para publicação na Intranet do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	
Modernização dos Portais do TJCE	 a) Implantação do novo Portal Intranet; b) Implantação do novo Portal Internet; c) Rede social corporativa do TJCE (mural, grupos de discussão, colaboração acadêmica); d) Política de gestão de conteúdo nos sítios eletrônicos do TJCE. 	a) Setin; b) Seplag.
SisuFermoju	a) Iniciar o desenvolvimento do SISUFERMOJU – Sistema Unificado do Fermoju; b) Realizar integração automática do SISUFERMOJU com o S2GPR (sistema da Sefaz) para emissão/consulta/manutenção de DAE (Documento de Arrecadação Estadual); c) Integrar a emissão de guias (GRF Extrajudicial, GRS, GRF Judicial, Guia DPC, GRFC e GRF Débito e Correição) dos sistemas legados do Fermoju com o SISUFERMOJU para geração de DAE por meio de integração deste com o S2GPR da Sefaz; d) Promover maior controle e fiscalização das arrecadações judiciais e extrajudiciais do Fermoju; e) Reduzir os custos de pagamento de guias por meio de instituições financeiras.	a) Setin; b) Sefin.
Selo Extrajudicial Digital	a) Virtualizar os Selos Extrajudiciais utilizados em cartórios no Estado do Ceará; b) Armazenar em base de dados do Poder Judiciário os atos relativos aos selos virtualizados; c) Diminuir gradativamente os custos de envio e de devolução dos selos extrajudiciais para o Poder Judiciário e para os cartórios; d) Eliminar os riscos de roubo ou extravio de selos extrajudiciais e erros de utilização de selos em atos não correspondentes a estes; e) Permitir maior controle dos atos praticados para efeito de correição dos cartórios pela Corregedoria-Geral da Justiça; f) Oferecer maior transparência para a sociedade por meio de recursos de prova de autenticidade e validade dos documentos com uso do selo extrajudicial digital no portal do Poder Judiciário; g) Disponibilizar auditoria de informações dos documentos que utilizaram os selos extrajudiciais digitais.	a) Sefin; b) Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ); c) Setin.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 42 - Projetos em andamento pela Setin

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Contratação Fábrica de <i>Software</i>	 a) Definir e descrever os serviços de TI relativos ao desenvolvimento de sistemas a serem contratados; b) Contratar empresa para prestação de Serviços nos moldes de Fábrica de Software; c) Acompanhar o processo de Transição entre o contrato atual e a nova contratação. 	a) Setin; b) SGP.	55%	Realização



Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Construção do Sistema de Auditoria	 a) Melhorias na versão do sistema Sisaud em Produção; b) Implementação das melhorias do sistema Sisaud; c) Especificação funcional e técnica das versões 2 e 3 do sistema Sisaud; d) Construção das versões 2 e 3 do Sistema Sisaud; e) Homologação do Sistema Sisaud; f) Treinamento do Sistema Sisaud; g) Implantação do Sistema Sisaud; h) Manuais de Orientação do Sistema. 	a) Setin; b) Auditoria Administrativa de Controle Interno.	72%	Realização
Projeto Segurança da Informação	 a) Instituir equipe multissetorial responsável pela Gestão de Segurança Corporativa da Informação; b) Proposta das Diretrizes de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense; c) Proposta da Política de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense; 	a) Setin; b) SGP; c) Seplag; d) Secad; e) Sejud; f) FCB.	58%	Realização
Aprimoramento da Governança de TIC	a) Definição de processos de avaliação, monitoramento e direcionamento da TIC alcançando a maturidade de 60% do Perfil GovTI 2014/TCU; b) Realizar uma avaliação dos processos de TI a partir de um modelo abrangente como o COBIT visando identificar as maiores discrepâncias entre os requisitos do negócio e a situação atual da TI; c) Plano de projeto simplificado para aprimoramento da maturidade entre 2017 e 2020 visando ao atingimento de 90% do Perfil GovTI 2014/TCU; d) Atender aos itens do GovTI; e) Automatizar todos os processos modelados no projeto; f) Construir o sistema de gestão de demandas.	Todas as unidades da Setin	33%	Realização
Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior	a) Treinar os servidores e magistrados no sistema PJe e implantá-lo nas classes processuais de competência cível dos Juizados Especais que tramitam nas comarcas de vara única e nas 2ª varas das comarcas do Interior do Estado, totalizando 166 unidades.	a) 166 varas do interior do Estado; b) Setin; c) Grupo Gestor do PJe.	47%	Realização
Comunicação de Dados	 a) Dotar as comarcas do Interior do Estado do Ceará de <i>links</i> de comunicação rápidos, modernos e confiáveis; b) Possibilitar a expansão do Processo Eletrônico para o Interior do Estado; c) Contratar serviços de dados para 2 fibras ópticas interligando a sede do TJCE à sede do 	a) Setin.	76%	Realização

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
	Fórum Clóvis Beviláqua; d) Realizar a licitação dos <i>links</i> de comunicação de dados em substituição ao Contrato da RIGAV (Convênio Etice – OI); e) Realizar a ampliação do contrato da rede GIGAFOR, incluindo a interligação de 8 comarcas que podem ser atendidas pelo Cinturão Digital do Ceará – CDC; f) Definir, coordenar, gerenciar e implantar a estrutura física necessária, bem como a ativação/migração dos <i>links</i> de dados, incluindo a comunicação entre os <i>Data Centers</i> do TJCE.			
Aprimoramento da Área Criminal	 a) Implantação do Portal e-Saj e Malote Digital para remessa de documentos eletrônicos entre Sejus e TJCE; b) Construção e Implantação de Sistema de Consultas de Antecedentes Criminais Unificado no Poder Judiciário cearense. 	a) FCB; b) Corregedoria- Geral da Justiça (CGJ); c) Sejud; d) Presidência do TJCE; e) Poder Executivo (Sejus e SSPDS).	87%	Realização
Absorção do SajAdm	a) Absorver a manutenção, evolução e operação dos módulos que compõem o SAJADM.	a) Setin.	64%	Realização

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

5.2 Aperfeiçoamento e integração dos procedimentos para atendimento de ordens de serviço utilizando o AssystNet

Em junho de 2016, a Divisão de Patrimônio – DIVPAT, da Secretaria de Administração do TJCE, adotou o uso do *Software AssystNet*, como parte do Plano de Implementação de Melhorias do projeto da Rede de Analistas de Processos referente ao atendimento de ordens de serviço. Essa medida melhorou o tempo de atendimento das ordens de serviço solicitadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Setin, que antes eram feitas por correio eletrônico.

5.3 Reestruturação da Sala de Situação

Como forma de subsidiar o planejamento, o monitoramento das ações e a tomada de decisões por parte da Gestão, foi reestruturado e ampliado o portal eletrônico Sala de Situação, que consiste em um repositório virtual de informações gerenciais e estratégicas do TJCE, possibilitando aos gestores a consulta de dados de forma rápida, atualizada e em diversos formatos.



Após a reestruturação, o portal passou a disponibilizar, por meio de infográficos, mapas e relatórios, dados gerenciais relacionados à infraestrutura, tecnologia da informação, gestão de pessoas, gestão financeira, informações judiciárias e ao acompanhamento de metas e da produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

As informações são objeto de atualização periódica e sistemática, conforme regulamentado na Portaria nº 955, de 22 de abril de 2015.

5.4 Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais

Visando ao aprimoramento na gestão de dados estatísticos e informações gerenciais do TJCE, foi implantada ferramenta de *Business Intelligence* (BI), que trará como benefícios:

- Extração de dados a partir de múltiplas fontes: será possível importar os dados automaticamente a partir de múltiplas fontes de dados independentemente de tecnologia ou fornecedor.
- Unificação de dados: será possível armazenar em único repositório as informações espalhadas pelos diversos bancos de dados dos sistemas em utilização (SPROC, SAJPG, SAJSG, SAJADM, PROJUDI etc.).
- iii. Independência em relação à área de TI: os próprios usuários finais poderão gerar suas consultas e relatórios sem precisar da intervenção direta da TI, tornando as atividades de gerenciamento de dados mais dinâmicas e eficientes.
- iv. Usabilidade: a ferramenta disponibiliza interface para geração on-line de múltiplos relatórios e gráficos pelos usuários por meio de ambiente web.
- v. Acompanhamento de Indicadores: ampliação da capacidade de acompanhamento dos indicadores estratégicos, por meio de análises temporais e por unidades, de indicadores como a taxa de congestionamento e as metas nacionais do CNJ.
- vi. Acompanhamento da Estratégia do Tribunal: permitir o monitoramento em tempo real da execução da estratégia do TJCE, por meio da configuração de painéis de controle destinados aos gestores.
- vii. Automatização de Rotinas: permitir a extração e o envio automático de relatórios ao seu público-alvo.

viii. Mobilidade no acesso às informações: disponibilizar os relatórios automaticamente em dispositivos móveis.

O projeto-piloto foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), e contempla as informações referentes à Taxa de congestionamento e às Metas Nacionais do Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

5.5 Iniciativas conduzidas pelo Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua

O Departamento de Informática da Comarca de Fortaleza é responsável por dar suporte tecnológico às unidades vinculadas ao Fórum Clóvis Beviláqua e aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza.

Dentre as ações realizadas ao longo do biênio 2015-2016, podem ser destacadas:

Quadro 2 – Ações realizadas pelo Departamento de Informática (2015-2016)

Ações	realizadas	em 2015
AÇUCS	Teamzadas	CIII 2013

Evolução do Projeto de Digitalização

Implantação da intimação eletrônica para membros do Ministério Público e Defensoria Pública

Implementação de melhorias no Programa SAD (Sistema de Auxílio à Digitalização)

Melhoria e inclusão de novos indicadores no BI – BIG

Configuração do Sistema SAJ para possibilitar a instalação das 2 Secretarias Judiciárias da Família e da Secretaria Judiciária da Execução Penal

Configuração do Sistema SAJ para atender às diversas solicitações feitas pela Diretoria do Fórum e demais departamentos

Suporte aos diversos mutirões promovidos pela Central de Conciliação

Suporte ao Mutirão de Execução Fiscal realizado pelo Estado no Centro de Convenções

Implementação de ferramenta de pesquisa sobre limpeza no FCB

Ações com a Softplan para melhoria do tempo de resposta das solicitações

Apoio à atividade de redistribuição de processos da competência criminal (acervo da 17ª Criminal)

Configuração do sistema SAJ para suportar as audiências de custódia

Criação e disponibilização de nova competência (Custódia) no portal eSaj para o Primeiro Grau

Suporte à Comarca de Maracanaú

Expansão das funcionalidades do WebService (peticionamento inicial/intermediário) para o convênio da PGM

Participação efetiva nas reuniões da CPGD (Comissão Permanente de Gestão Documental) e direcionamento de esforços para atender às demandas oriundas desta seara

Criação da Sala de Digitalização de Recursos para atender à portaria da Sejud

Ações realizadas em 2016

Conclusão do Projeto de Digitalização

Elaboração de Relatório de Acompanhamento da atualização do histórico de partes das Varas Criminais, com o propósito de propiciar adequado gerenciamento dos réus presos de cada Unidade Judiciária

Melhoria do Acompanhamento do Sistema Prisional com a criação e automatização de envio diário do relatório de acompanhamento do Sistema Prisional para Seplag, Presidência e Diretoria do Fórum, com o propósito de



atualização do rol de presos em cada unidade judiciária que trata de execução de pena

Filtros de algumas filas do SAJPG para o Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, tais quais: Conclusos para Sentença, Liberdade Provisória e Relaxamento de Prisão, Processos pendentes de Carta de Guia

Criação e disponibilização de base de dados com informações dos réus para viabilizar a implementação do projeto "Painel do Réu", com o propósito de gerenciar os réus presos e soltos e não apenas os processos

Disponibilização de informações dos réus para o Programa de Aceleração de Julgamentos Criminais em fase de desenvolvimento pela 13ª Vara Criminal em parceria com o Departamento de Informática

Disponibilização de informações dos processos com prioridade "IDOSO" em atendimento à Portaria Nº 38/2016 da Corregedoria-Geral da Justiça

Acompanhamento semanal dos atendimentos realizados no Setor de Distribuição do Fórum Clóvis Beviláqua, corrigindo problemas habituais e prevenindo a ocorrência de outros, que têm muito impacto no processamento das ações ingressadas no Poder Judiciário

Permanente desenvolvimento e homologação de ferramentas para utilização das Varas e Secretarias do Fórum, em especial às novas demandas por implementação de filas, modelos e atividades que otimizam os trabalhos das Secretaria Únicas implantadas no âmbito das competências: Fazenda Pública, Família e Execuções Penais

Revisão dos fluxos de trabalho implantados e sua otimização, a fim de melhorar o tempo de trabalho dos usuários do sistema SAJ-PG

Treinamentos para 1.250 colaboradores dentre servidores e operadores de direito (magistrados, promotores, defensores, oficiais de Justiça), totalizando 247 horas/aula

Preparação do fluxo de trabalho a ser utilizado na Semana Nacional da Conciliação

Homologação de novas versões do sistema judicial (SAJ-PG), especialmente após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil

Realização de videoconferência integradamente ao sistema SAJ-PG, facilitando a realização de atos processuais com a presença de réus recolhidos em presídios federais

Disponibilização, diariamente e de forma automatizada, de informações que vão desde o inquérito policial até o julgamento dos processos pelo Tribunal do Júri, baseadas fundamentalmente no histórico de partes no sistema SAJ-PG. Os dados alimentam a ferramenta do Projeto "Tempo de Justiça", que visa dar celeridade ao julgamento de processos que envolvem homicídios. O projeto integra as ações do "Pacto por um Ceará Pacífico"

Implantação, treinamento e suporte à nova unidade Cejusc (Central Judiciária de Soluções de Conflitos), customizando seu funcionamento no sistema SAJ-PG para utilização em diversos locais da Comarca de Fortaleza, bem como apoio operacional nos diversos mutirões realizados pelo referido Setor

Implantação da Coman Digital para 48 Unidades do Fórum Clóvis Beviláqua, abreviando os procedimentos de envio de mandados para a Coman e melhorando a gestão do referido Setor

Digitalização dos processos de execução penal de Caucaia para suportar a implantação do sistema SEEU, durante visita do CNJ

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

5.5.1 Expansão da Ferramenta de Business Inteligence - BI

- Objetivo: Adicionar novos indicadores à ferramenta de forma a embasar a gerência das unidades do Fórum Clóvis Beviláqua.
- Entregas previstas: 7 indicadores estratégicos do FCB sobre taxa de congestionamento.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, unidades judiciárias e administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua, e Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

- iv. Progressos: A entrega ocorreu em novembro de 2016.
- v. Fase atual: Realização de mapeamento dos indicadores necessários a cada unidade.

5.5.2 Projeto de Digitalização de Processos Judiciais

- i. Objetivo: Realizar a digitalização dos processos físicos das Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza e eventuais digitalizações residuais de outras competências, possibilitando a otimização de recursos humanos e materiais, melhoria nas condições de trabalho, utilização de espaço físico e todas as demais vantagens inerentes ao processo eletrônico.
- ii. Entregas previstas: Acervo processual das Varas Cíveis digitalizados até janeiro de 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, Unidades Judiciárias e
 Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: Restam 5 Varas para conclusão.
- v. Fase atual: Conclusão do acervo do Fórum Clóvis Beviláqua.

5.5.3 Implantação do Cejusc em Maracanaú

- Objetivo: Configuração do Cejusc pré-processual e processual no Sistema SAJPG para Maracanaú e Unidade da Defensoria Pública de Maracanaú.
- ii. Entregas previstas: A entrega ocorreu parcialmente. Os fluxos Cejusc préprocessual Cejusc – processual estão implatados e em funcionamento na Comarca de Fortaleza.
- iii. Unidades Envolvidas: Departamento de Informática do Fórum ClóvisBeviláqua e Fórum de Maracanaú.
- iv. Progressos: Realização de 3 treinamentos.
- v. Fase atual: Em fase de implantação.

5.5.4 Implantação do SAJ em Maracanaú

- i. Objetivo: Implantação do Processo eletrônico na referida Comarca.
- ii. Entregas previstas: Saj implantado nas 7 unidades judiciais da Justiça Comum;



- e distribuição automática para todas as competências cíveis.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática do Fórum ClóvisBeviláqua e Fórum de Maracanaú.
- iv. Progressos: Sistema Implantado em Maracanaú, peticionamento eletrônico obrigatório e realização de 50 treinamentos.
- v. Fase atual: Em operação.

5.5.5 Implantação do Módulo de Certidões do Sistema SAJ-PG

O Departamento de Atividades Judiciais, em conjunto com o Departamento de Informática do Fórum, tem trabalhado no projeto de implantação do Módulo de Certidões do Sistema SAJ-PG, o qual permitirá a expedição automática das certidões, conferindo mais agilidade e segurança ao trabalho dos pesquisadores. Atualmente, o projeto está em fase de configuração dos modelos de documentos. Uma vez implantado, o referido sistema poderá substituir o atual Sistema de Emissão de Certidões *On-line*, com uma ampla oferta de ferramentas de acessibilidade ao público.

6. OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

6.1 Gestão por Processos

Com vistas a implantar a Gestão por Processos no TJCE, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) tem realizado ações referentes à estratégia, execução e disseminação da cultura sobre o tema.

Para estabelecer diretrizes, implantar governança e promover ações estratégicas relativas à otimização de processos, iniciou-se, em 2015, a implantação do Escritório Corporativos de Processos (ECPR), no Departamento de Otimização Organizacional (Deorg), da Seplag. Cabe à área a elaboração e a manutenção da Metodologia de Gestão por Processos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com previsão de publicação até dezembro de 2016.

De forma a garantir a disponibilidade, o versionamento e o compartilhamento dos fluxos e manuais gerados nos projetos de redesenho foi estruturado um repositório único com acesso organizado por unidade administrativa, sob gestão do ECPR, que também consolida e envia, mensalmente, aos gestores das unidades responsáveis, o panorama das ações de Redesenho em andamento.

Quanto à forma de atuação, com vistas a traçar estratégias para o biênio baseadas na demanda reprimida para redesenho de processos, foi consolidada uma lista a partir de processos priorizados pelas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), que somaram 140, os quais foram alinhados ao Plano Estratégico 2015-2020. O detalhamento da execução consta no item "Execução das Ações de Otimização".

A divulgação dos processos de negócio redesenhados, bem como de orientações metodológicas, modelos de documentos e outros itens pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos, é realizada por meio do portfólio Procedimentos e Processos de Trabalho, na Central do Conhecimento e no portfólio Otimização Organizacional no Portal do TJCE na *Internet*. Para fomentar a interação e a troca de informações, foi implantada a Comunidade "Gestão por Processos de Negócios", na Rede Colabore, criada na Intranet do TJCE, a qual conta com a adesão de 43 pessoas.



6.2 Execução das Ações de Otimização

De forma a potencializar resultados, a Seplag estabeleceu duas formas de atuação, a saber:

- i. Ações executadas pelos Analistas de Processo do ECPR, e
- Ações executadas pelos Analistas de Processo da Rede de Analistas de Processo, sob coordenação do ECPR, conforme disposto a seguir.

6.2.1 Ações executadas pelos Analistas de Processo da Seplag

6.2.1.1 Modelagem dos Procedimentos de Baixa Processual

No âmbito do Projeto Estratégico PJSEPLAG2015002 e com o intuito de colaborar com a redução da taxa de congestionamento, a Seplag elaborou fluxos e manuais, para os sistemas SPROC (1° grau e Juizados Especiais); SAJPG; PROJUDI/PJe (Juizados Especiais); SAJSG e PJe, PROJUDI; SPROC e SAJPG (Turmas Recursais), contemplando as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no que tange às movimentações processuais. O material produzido está publicado na Central do Conhecimento, no portfólio Estatísticas.

6.2.1.2 Programa de Integração do Sistema de Justiça Criminal (Integra)

No âmbito do Integra, a Seplag coordenou e executou as seguintes ações com a participação de representantes do Comitê e/ou órgãos envolvidos:

Tabela 43 – Ações da Seplag com participação de representantes do Comitê e/ou órgãos envolvidos

Ações da Seplag				
Ação	Produto			
Elaboração do Manual de Orientação	Documento elaborado contendo informações sistematizadas e elementos necessários para orientar gestores, colaboradores e equipes que compõem o Integra			
Solicitação Prisional e Judicial" (Projeto Estratégico	Processo redesenhado, possibilitando agilidade e segurança na troca de informações entre TJCE e Secretaria de Justiça			
Integrada de Apoio à Área Criminal (Ciaac) do Fórum	Documento elaborado para subsidiar a expansão dos serviços de apoio à área criminal para 38 unidades judiciárias			

Fonte: Seplag/Deorg

6.2.1.3 Secretaria Judiciária

No âmbito do Projeto Estratégico "Análise, Racionalização e Manualização dos Processos" da Secretaria Judiciária, foram otimizados os processos: Cálculo Judicial; Distribuição; Redistribuição; Retificação de Autuação e Tramitação no Departamento Cível e Penal e Sessão de Julgamento.

6.2.1.4 Assessoria de Precatórios

De forma a documentar procedimentos e dar agilidade aos trabalhos da Assessoria de Precatórios (Asprec), a Seplag elaborou o Manual de Atribuições e redesenhou os seguintes processos: Pagar Requisição de Pequeno Valor; Pagar de Precatórios; Sequestrar no Regime Comum; Administrar Regime Especial; Executar Rito de Cobrança; Pagar Parcela Prioritária e Processar Agravo Regimental.

Foram realizadas, ainda, outras ações de otimizações solicitadas pela alta gestão, conforme tabela abaixo:

Tabela 44 – Ações de Otimização

Ações da Seplag				
Ação	Produto			
Familiar contra a Millher (TVI)FMI)	 Diagnóstico Organizacional elaborado contendo sugestões de melhoria; - Manual de Atribuições Elaborado. 			
Utimização do Cejusc – Comarca de Fortaleza e Implantação dos Cejuscs nas Comarcas do Interior	 - 5 fluxos desenhados; - Participação no Grupo de Trabalho para implantação dos Cejuscs - Portaria Nº 2689/2015. 			
Otimização da Gestão de Contratos de Manutenção da Seinfra	 Processo "Pagar Contratos de Manutenção" redesenhado e Implantado; Célula de Contratos estruturada e com atribuições definidas. 			

Fonte: Seplag/Deorg

6.2.2 Ações executadas pelos Analistas de Processo da Rede de Analistas de Processo

Considerando a demanda expressiva de processos priorizados, frente à equipe reduzida, como estratégia para multiplicar sua capacidade de execução de projetos de redesenho, a Seplag criou a "Rede de Analistas de Processos" para realizar, paralelamente, sob orientação e acompanhamento do ECPR, redesenhos nas diversas áreas desta Corte,



possibilitando ao TJCE um crescimento homogêneo da eficiência dos seus processos de trabalho.

Para iniciar a implantação da Rede, realizou-se, em agosto de 2015, a "Formação Básica de Analistas de Processos", com base na metodologia elaborada em 2014, contemplando 32 servidores de 12 unidades do TJCE, incluindo o Fórum Clóvis Beviláqua (FCB). Em agosto de 2016, foi realizado o 2º treinamento, com 16 servidores, em sua maioria do FCB.

Dos 136 processos constantes da lista da instituição, 21 foram redesenhados pela Rede, abrangendo as unidades: Ouvidoria, Corregedoria, Precatórios, Gestão de Pessoas, Comunicação Tecnologia da Informação e Administração.

6.3 Aprimorar a Governança Judiciária

Com intuito de alcançar o objetivo estratégico "Aprimorar a Governança Judiciária", a Seplag adaptou e aplicou, em outubro de 2015, o Questionário de "Levantamento da Capacidade de Governança Pública de Órgãos e Entidades da Administração Pública", do Tribunal de Contas da União (TCU), em unidades do TJCE. A partir de então, foi elaborado Relatório Analítico retratando o nível de Governança Judiciária deste Poder, cujos resultados servirão de base para os anos seguintes, uma vez que a intenção é avaliar permanentemente o nível de governança do TJCE.

Ao aplicar o referido questionário no ano de 2016, constatou-se que o nível de prática de governança no Poder Judiciário do Estado do Ceará é de 74,6%.

6.4 Regulamentação da nova estrutura organizacional do TJCE

Em virtude da publicação da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, que alterou a organização administrativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Seplag coordenou a elaboração de 13 minutas de Resolução definindo atribuições, conforme diretrizes da Presidência e em alinhamento com as Unidades que compõem a Lei. Foram aprovadas 12 Resoluções, as quais estão publicadas na Central do Conhecimento. Os organogramas correlatos foram atualizados de acordo com os normativos supracitados.

6.5 Disseminação de Metodologias

A fim de subsidiar e otimizar a execução das atividades dos gestores e servidores deste Poder, a Seplag elaborou e disponibilizou na Central do Conhecimento a Cartilha de Técnicas e Ferramentas de Gestão, contendo instrumentos ágeis e de fácil aplicação.

Tais ferramentas foram objeto de curso na modalidade Ead, de autoria e tutoria de servidor da Seplag, para os servidores do Poder Judiciário Estadual.

Em dezembro de 2016 foi disponibilizado o volume 2 da Cartilha, contendo novas opções de instrumentos bastante úteis para o dia a dia do trabalho.

6.6 Programa de Gestão Documental (Proged)

Instituído por meio da Resolução nº 04/2015, do Órgão Especial, o Proged estabeleceu medidas para a melhoria na gestão documental do Poder Judiciário Estadual cearense.

Para executar o Programa, foi instituída, por meio da Portaria nº 956/2015, a Comissão Permanente de Avaliação Documental do Poder Jucidiário cearense (CPAD), a qual elaborou o Manual de Gestão Documental, a Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos, a Tabela de Temporalidade de Documentos Judiciais e o Plano de Classificação de Documentos, aprovados pela Resolução nº 06/2016 do Órgão Especial.

O Projeto foi coordenado pela Desembargadora Maria de Fátima de Melo Loureiro, que preside a Comissão supracitada, com participação de Magistrados e servidores da Seplag, do Departamento Editorial e Gráfico, da Secretaria Judiciária e do FCB.

6.7 Gestão de Bens Apreendidos em Processo Criminal

A Seplag, em parceria com o FCB, coordenou o Projeto de Implantação da Gestão de Bens Apreendidos em Processo Criminal, disciplinada pela Resolução nº 11/2015, do Órgão Especial, a qual definiu critérios para armazenamento e destinação de bens apreendidos em processo criminal no Poder Judiciário Estadual cearense.



6.8 Sistema de Padronização Organizacional

Foi instituído, em 2016, por meio da Portaria nº 781/2016, a versão 2.0 do Sistema de Padronização Organizacional (SPO), cujo objetivo é implementar um conjunto de regras e modelos que auxiliam na elaboração de atos administrativos utilizados nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem como determinar sua ampla utilização por estas unidades.

O referido Sistema surgiu em virtude da necessidade de padronização dos documentos administrativos utilizados com maior frequência nas unidades organizacionais, proporcionando agilidade na elaboração de documentos.

6.9 Premiação das Melhores Práticas de Gestão

Como forma de promover a troca de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias, além de contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população, foram realizadas a 3ª e a 4ª Edição do Prêmio Melhores Práticas de Gestão do Judiciário cearense nos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

A votação da 3ª Edição do Prêmio ocorreu no período de 27 de maio a 3 de junho de 2015. Em primeiro lugar ficou o trabalho "Criação do Portal de Acompanhamento dos Indicadores da GAM", dos servidores Rafael Garcia Barbosa e Davi Tavares da Costa. A iniciativa consistia na criação de um portal único centralizado para cadastramento de indicadores e metas da GAM. Em segundo lugar foi premiada a prática "Planejamento para o alcance das metas judiciais em Jaguaruana", de autoria dos servidores Maria Dalvaci Caminha Lemos Venâncio e Cosmo Gilberto da Silva. A partir da elaboração de planilhas de processos e montagem de grupos de trabalho, pela Vara Única da Comarca de Jaguaruana, visando ao alcance das metas judiciais estipuladas pelo CNJ. Em terceiro lugar foi premiada a prática "Trocando Lixo Reciclável por Bônus na Conta de Energia", de autoria dos servidores Luis Valdemiro de Sena Melo, Renato Araújo Duarte e Lívia Ramalho Rolim. A partir do programa realizado pela Coelce, o departamento separa os resíduos por tipo e os transporta até os postos de coleta para serem convertidos em bônus na conta de energia, promovendo a responsabilidade socioambiental ao reduzir a despesa com energia elétrica e os resíduos lançados no meio ambiente.

A votação da 4ª Edição do Prêmio ocorreu no período de 14 a 27 de abril de 2016, na intranet. Em primeiro lugar ficou o trabalho "Execução Eficiente de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto", do juiz Augusto Cézar de Luna Cordeiro Silva, titular da 2ª

Vara Cível da Comarca de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza. A iniciativa tem o objetivo de evitar a reincidência de atos infracionais de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto.

Em segundo, "Mediação Judicial como Resolução de Conflitos em Fase Pré-Processual", do magistrado Carlos Henrique Garcia de Oliveira, titular do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza. A prática busca facilitar o diálogo entre as partes, por meio de uma conversa pautada em técnicas de mediação.

"Dialogando com o Judiciário: Maior Aproximação com a População Via Programa de Rádio" foi a terceira colocada, de autoria da juíza Samara de Almeida Cabral, da Comarca de Itapipoca (a 147 km de Fortaleza). Para promover uma maior democratização da Justiça, a magistrada vai à rádio local discutir temas atuais de Direito que sejam de interesse da comunidade.

A premiação das Melhores Práticas de Gestão do Poder Judiciário é realizada anualmente pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE.

6.10 Normatização de Atos Produzidos pela Assessoria de Precatórios

A Resolução nº 03/2015, do Órgão Especial do TJCE, instituiu o Selo de Responsabilidade Judiciária, atestando, com ampla publicidade, a boa conduta administrativa dos entes públicos devedores no pagamento de suas obrigações judiciais atinentes a precatórios, a modo tempestivo e voluntário, tendo como parâmetro o exercício anterior.

Em 25 de fevereiro de 2015, foi instituída a Portaria nº 361/2015, a qual fixa critérios para a formação e publicação das listas de credores prioritários de precatórios no âmbito do Poder Judiciário do Estado, nos moldes insculpidos no art. 100, § 2º, da Constituição Federal, visando à necessidade de estabelecer prazos, procedimentos e rotinas até então não enquadrados quando de suas apresentações a esta unidade administrativa.

Pontue-se que a Resolução nº 01/2016, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, condensou e atualizou, no âmbito do Poder Judiciário, a normatização disciplinadora do processamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, revogando as disposições contidas na Resolução nº 10, de 24 de novembro de 2011, Resolução nº 04, de 9 de março de 2012, e Resolução nº 13, de 18 de outubro de 2013, todas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Referida resolução, ratificando os posicionamentos reportados na Portaria nº 198/2015, delegou ao Assessor-chefe da Assessoria de Precatórios a prática de atos de mero expediente sem conteúdo decisório, assinando mandados de intimação, ofícios e cartas,



possibilitando, destarte, maior celeridade no trâmite de feitos sob sua competência administrativa.

Convém salientar os esclarecimentos prestados no Relatório de Inspeção nº 0000418-40.2015.2.00.0000, à Corregedoria Nacional de Justiça, embasados nos pareceres constantes no Processo Administrativo nº 8505505-09.2015.8.06.0000, no sentido de que todas as ações, no pagamento de precatórios, pugnem pelo zelo e responsabilidade quanto à incidência de juros compensatórios, inexistência de anatocismo nos processos indicados no expediente respectivo, prestação de informações ao respeitável Órgão Correicional sobre a existência e o pleno funcionamento do portal eletrônico da Assessoria de Precatórios (http://www.tjce.jus.br/precatorios), cumprindo com o pagamento de requisitórios e propiciando, nos casos em exame, o provisionamento de valores em contas abertas em nome dos credores ou beneficiários respectivos. Foi esclarecido, ainda, pelo CNJ, em momento posterior, o expurgo dos juros de mora no período de dezoito meses, ressalvado o entendimento pessoal da Presidência, quanto aos precatórios do regime especial de pagamento, se sujeitos à graça constitucional do regime ordinário.

Fixou-se, seguindo as orientações traçadas pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça traduzidas na Consulta nº 0005292-39.2013.2.00.00, originária do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, o olhar para a confecção de uma lista unificada, envolvendo os tribunais integrantes do Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios – Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com o repasse de valores em suficiência aos sodalícios acima referidos, objetivando a integralização das dívidas com requisitórios, segundo cronologia e observando o saldo existente nas contas únicas onde depositado o montante aportado pelos entes públicos; impossibilitou o pagamento parcial dos feitos em tramitação nesta unidade administrativa; acompanhou a metodologia aplicada aos precatórios no pagamento de preferência/prioridade, consoante disciplinado no art. 10, § 1º, da Resolução nº 115/2010, do Conselho Nacional da Justiça.

6.11 Manualização de Procedimentos da Assessoria de Precatórios

Realização, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão deste Tribunal de Justiça, da produção do manual de atribuições e do manual de procedimentos da Assessoria de Precatórios, atividades estas concluídas no exercício em destaque.

6.12 Modelagem e Automatização de Processos de Trabalho pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Ao longo da presente gestão, foram automatizados oito processos de trabalho da Auditoria Administrativa de Controle Interno e dois processos internos da Setin. A fim de aprimorar e otimizar os processos de trabalho, a Setin modelou oito processos internos de gestão, quatro processos da Auditoria Administrativa de Controle Interno, além dos processos automatizados. Ressalta-se que a atividade prévia à automatização é a modelagem do processo, portanto, a Setin modelou 22 processos de trabalho durante a gestão. Na Tabela 45 estão relacionados os referidos processos automatizados e as respectivas áreas demandantes. A Tabela 46, por sua vez, apresenta os processos modelados, porém não automatizados.

Tabela 45 - Processos modelados e automatizados pela Setin

Demandante	Processo	Descrição	Subprocessos
Auditoria Interna (TJCE)	Planejar Execução da Auditoria	O processo visa a delimitar o objetivo e o escopo da atividade de auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e estimar os recursos, os custos e os prazos necessários a sua realização.	-
Auditoria Interna (TJCE)	Enviar e Tratar RMAs	O processo visa a requerer à unidade auditada a prévia manifestação dos achados de auditoria verificados ao longo da execução dos testes, os quais poderão ser excluídos em decorrência do aprofundamento da análise.	-
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Mapa de Achados	O processo visa a aplicar a Matriz de Procedimentos e Achados, consistindo da coleta, análise, interpretação e documentação de evidências que vão dar suporte às conclusões da equipe de auditoria.	-
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Relatório de Auditoria	O processo visa a detalhar os achados identificados, com base em evidências concretas, além de obter posicionamento da unidade auditada acerca das conclusões, orientações e/ou recomendações da auditoria realizada.	Responder Relatório de Auditoria
Auditoria Interna (TJCE)	Requisitar Informações e Documentos	O processo visa a solicitar documentos e informações necessários para análise do objeto sob auditoria.	-
Auditoria Interna (TJCE)	Reiterar RID	O processo visa a reiterar ao gestor da unidade demandada o cumprimento da RID não atendida ou atendida parcialmente.	-
Auditoria Interna (TJCE)	Realizar Intervenção em Auditoria	O processo possibilita a realização de intervenções em auditoria à medida que estas são necessárias.	-
Setin (TJCE)	Analisar e Modelar Processo	Esse processo visa a descrever as atividades, anteriores ao aprimoramento do processo e à automatização e implantação no BPMS do TJCE, realizadas ao se analisar e modelar o estado atual de um processo de negócio.	-
Setin (TJCE)	Aprimorar Processo	Esse processo visa a otimizar um processo de negócio já modelado.	-

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



Tabela 46 - Processos modelados pela Setin (não automatizados)

Demandante		Descrição	Subprocessos
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Follow Up	O processo visa consolidar a análise técnica realizada sobre as manifestações do auditado acerca das recomendações/determinações do relatório de auditoria.	-
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Relatório de Monitoramento	O processo visa detalhar as ações desenvolvidas pelas unidades auditadas acerca das recomendações/determinações de auditoria.	Responder Relatório de Monitoramento Atualizar Follow Up
			Preparar Planejamento da Contratação
G. C. (TICE)	Planejar	O processo visa atender todas as etapas necessárias à elaboração de um termo de referência, que dá origem à fase	Avaliar Viabilidade da Contratação
Setin (TJCE)	Contratação de Soluções de TI	da seleção de fornecedores de serviços e bens de	Elaborar PSU
	3	Tecnologia da Informação.	Elaborar PEC
			Elaborar PRS
			Corrigir Artefatos de Contratação de TI
		O processo visa otimizar a relação entre TI e fornecedores.	Iniciar Gestão Contratual
	Gerir Contrato de TI		Prorrogar Contrato
Catin (TICE)			Elaborar AVC para Prorrogação
Setin (TJCE)			Monitorar Execução Contratual
			Providenciar Empenho e Nota Fiscal
Setin (TJCE)	Gerar Contrato da Ata de Registro de Preços	O processo visa gerar contrato da Ata de Registro de Preços assinada.	-
	Tratar Ocorrências	O processo visa executar as atividades necessárias para tratamento e registro das diferentes ocorrências que podem	Tratar Não Conformidade
Setin (TJCE)	da Execução Contratual	surgir durante a execução do contrato/ata, quais sejam: não conformidade, acordo operacional, mudanças nas condições contratuais e iniciativa positiva.	Modificar Condições Contratuais
Setin (TJCE)	Gestão da Demanda de TI	O processo visa conferir agilidade no atendimento das demandas apresentadas pelo Tribunal à Setin.	-
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Problemas	O processo visa corrigir problemas encontrados no atendimento ao usuário.	-
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Configuração	O processo visa manter e auditar itens de configuração.	Manter Itens de Configuração
Soun (13CL)		o processo visa manter e additar nens de configuração.	Auditar Itens de Configuração
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Catálogo de Serviços	O processo visa garantir a atualização e manutenção adequada do catálogo de serviços de TI.	-

Demandante	Processo	Descrição	Subprocessos
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Mudanças	O processo visa regular as alterações nos itens de configuração de TI.	-
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Liberação	O processo visa atuar na proteção do ambiente produtivo e de seus serviços pela utilização de procedimentos formais e verificações na liberação de mudanças.	-

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

6.13 Melhorias nos procedimentos para leilão

Buscando melhorar os procedimentos para alienação de bens por meio de leilão, foi efetuado o cadastramento dos leiloeiros (Processo Nº 8507750-90.2015.8.06.0000) e, em conjunto com essa medida, houve o mapeamento do processo de leilão.

6.14 Mapeamento das atividades relacionadas a ordens de serviço

Com base na metodologia disponibilizada pela Rede de Analistas de Processos, foi realizado o mapeamento das atividades relacionadas ao atendimento de ordens de serviço – OSs, executadas pela Divisão de Patrimônio do TJCE, com o intuito de melhorar o entendimento das unidades judiciárias e administrativas sobre a solicitação de serviços à DIVPAT.

6.15 Manual de Gestão de Materiais

Foi elaborado um texto normativo e um fluxo de trabalho objetivando disciplinar os casos de roubo, furto, perda, extravio e demais formas de sinistro de material de uso interno. O material elaborado está disponível no Manual de Gestão de Materiais.

6.16 Manual de Solicitações de Impressões

Foi elaborado o Manual de Solicitações de Impressões, que trata sobre as solicitações de serviços gráficos, para que seja realizado o mapeamento de todas as etapas que envolvem o processo, a fim de otimizar e facilitar a realização das solicitações, bem como a respectiva apreciação, conforme competência estabelecida pela Portaria n° 2484/2015 da Presidência deste Tribunal.



6.17 Automatização de Processos do Departamento Editorial e Gráfico

Realizada em parceria com a Divisão de Projetos da Setin e com a Secretaria de Planejamento e Gestão, foi desenvolvida uma iniciativa de automatização de processos, que visa a uma maior agilidade e confiabilidade das informações trabalhadas, melhor organização e controle sobre os serviços executados, maior facilidade na geração de relatórios de gestão operacional e economia nos custos de impressão.

6.18 Peticionamento obrigatório no 2º Grau (Portaria nº 510/2015)

Como forma de racionalizar recursos de força de trabalho, equipamentos e espaço físico, bem como promover uma maior celeridade processual, além de benefícios ao meio ambiente, a Sejud tomou a iniciativa de promover a obrigatoriedade de peticionamento exclusivamente eletrônico desde o mês de março de 2015.

6.19 Devolução à origem de apelações físicas digitalizadas

Também com o intuito de racionalizar recursos de força de trabalho, equipamentos e espaço físico, bem como promover uma maior celeridade processual, a Sejud adotou o procedimento de devolver os cadernos físicos, tão logo que digitalizados às comarcas não virtualizadas, que deverão mantê-los em guarda até trânsito em julgado. O procedimento foi regulamentado pela Resolução n° 05/15.

6.20 Automação no sistema SAJSG dos trabalhos dos oficias de justiça

A Sejud copatrocinou o projeto, por meio do qual os Oficiais de Justiça, até então atuantes no segundo grau, passaram a receber e devolver, pelo sistema SAJSG, os mandados e ofícios de diligências, conferindo, assim, maior racionalização e consequente celeridade processual.

6.21 Reestruturação da equipe de precatórios da Sejud

Redesenho dos procedimentos de cadastramento de precatórios, de maneira a fazer com que os próprios gabinetes promovessem a correção e atualização dos cadastros dos ofícios requisitórios, por meio do sistema SAPRE, cujo uso foi objeto de capacitação, promovida pela Sejud, para os usuários desses setores.

6.22 Criação do Serviço de Certidões

Vinculado à Divisão de Apoio Operacional da Sejud, com o objetivo de centralizar, racionalizar e padronizar a emissão de certidões cíveis e criminais de Segundo Grau, garantindo um melhor atendimento ao cidadão. O setor foi estruturado com equipe própria, espaço físico, equipamento, além de ter os procedimentos regulamentados a partir da publicação da Portaria nº 1.557, de 31.8.2016.

6.23 Otimização de Procedimentos da Seinfra

Com todas as vantagens evidentes da otimização de processos, como melhoria da eficiência e redução de erros no processo, a redução de custos é uma consequência bastante previsível e fundamental para qualquer organização. Projetos específicos foram elaborados para que as atividades consideradas como críticas fossem priorizadas em busca da melhor alternativa de execução.

Tabela 47 – Otimização de procedimentos da Seinfra

Itens	Descrição				
Projeto	Adequação do Planejamento Financeiro/Operacional da Seinfra				
Objetivo	Realinhamento dos valores dos contratos com fornecedores				
Unidades envolvidas	Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra				
Progressos	Redução do valor contratual na ordem de 25% - cerca de R\$ 7.000.000,00 anual				
Fase Atual	Encerrado				
Itens	Descrição				
Projeto	Criação de Célula de Apoio à Gestão de				



	Contratos			
Objetivo	Criar Grupo de profissionais para dar suporte à gestão e fiscalização de contratos			
Unidades envolvidas	Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra			
Progressos	Publicação da Portaria nº 1977/2016			
Fase Atual	Encerrado			
Itens	Descrição			
Projeto	Consolidação dos controles de contratos			
Objetivo	Criar ferramenta única para controle contratos			
Unidades envolvidas	Seinfra			
Progressos				
Fase Atual	Encerrado			
Itens	Descrição			
Projeto	Otimização do Processo "Pagar Contratos de Manutenção - Seinfra"			
Objetivo	Reconhecer e empenhar as despesas no exercício ao qual pertencem (Princípio da Competência da Despesa)			
	Competência da Despesa)			
Unidades envolvidas	Competência da Despesa) Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra Secretaria de Planejamento e Gestão			
Unidades envolvidas Progressos	Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra			

O projeto "Otimização de Processo – Pagar Contratos" foi encerrado em outubro de 2016, em cooperação com a Secretaria de Planejamento e Gestão, com o objetivo de identificação de problemas e otimização do processo de pagamento de fornecedores. A seguir, o painel ilustrativo da ação realizada:

Otimização do Processo PAGAR CONTRATOS DE MANUTENÇÃO - SEINFRA De Maio a Outubro de 2016 MOTIVAÇÃO: Reconhecer e empenhar as despesas no exercício ao qual pertencem (Principio da Competência da Despesa) SITUAÇÃO ENCONTRADA: 48 DEA's de 2014 e 2015
Gestão e fiscalização dos contratos de manutenção manual e despadronizada
Alta probabilidade de haver DEA's de 2016 Tempo Médio das Atividades Críticas do Processo em dias Atesto FCB D Ass. Atesto FCB Ass. Nota Fiscal Notificar Credor PRINCIPAIS SOLUÇÕES IMPLEMENTADAS: Elaborar/Padronizar atesto e checklists para conferencia · Encaminhar NF direto para pagamento sem assinatura do Gestor do Contrato · Acordar que as certidões vencidas após envio à Sefin sejam geradas por ela mesma Criar Célula para acompanhar o andamento do processo de pagamento e de gestão/fiscalização dos contratos SOLUÇÕES PARA APROVAÇÃO DA PRESIDÊNCIA: Realizar empenho por estimativa das despesas geradas nos meses de novembro e dezembro para não gerar DEA Implementar ferramenta tecnológica para apoiar a gestão de Ordens de Serviços. **RESULTADO:** Redução do tempo total médio do processo em guase 20% Gráfico Comparativo do Tempo Médio Total do Processo de Pagamento em Dias (antes e depois do redesenho)

Figura 6 - Projeto "Otimização de Processo - Pagar Contratos"

6.24 Otimização da Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica foi recebida pela Gestão 2015-2016 bem estruturada e organizada, de modo que as adequações realizadas se destinaram a um aprimoramento do trabalho. Dentre as principais ações desenvolvidas é possível destacar:

- A reorganização da força de trabalho, com priorização de servidores efetivos, realizada com o intuito de garantir a formação de uma memória institucional que assegure uma continuidade do serviço;
- ii. A subdivisão da Assessoria da Consultoria Jurídica por assuntos, efetivada para viabilizar uma especialização dos assessores na abordagem dos processos;



- iii. A organização de um fluxo interno de distribuição de processos e acompanhamento da apresentação das minutas, implantada para viabilizar uma elevação da agilidade de resposta às demandas;
- iv. Controle estatístico de dados e documentação das manifestações para possibilitar um acompanhamento das rotinas de trabalho e garantir uma ação rápida em gargalos identificados;
- v. A realização de reuniões com as secretarias ou setores administrativos relacionados com as demandas para esclarecimento de dúvidas nos procedimentos, prática empreendida para evitar diligências desnecessárias, acelerando a manifestação e garantindo maior efetividade às determinações delas decorrentes.

Apesar do empenho no aprimoramento das rotinas de trabalho, existem aspectos que ainda podem ser melhorados para uma atuação mais eficiente da Consultoria, entre estes merecem destaque os seguintes:

- Ainda não foi possível firmar uma jurisprudência administrativa que permita às unidades demandantes uma reprodução dos entendimentos em casos similares posteriores, forçando a manifestação da Consultoria em processos análogos;
- ii. É necessária uma agenda frequente de atendimento com a Presidência para possibilitar a discussão de teses, definição de posicionamentos e assinatura de expedientes;
- iii. Apresentação tempestiva de propostas de renovação ou de nova contratação de bens e serviços para viabilizar a realização dos processos licitatórios em tempo hábil;
- iv. Efetivar um acompanhamento permanente da execução dos convênios e termos de cooperação técnica para garantir a efetiva execução dos projetos;
- v. Um aperfeiçoamento das interlocuções entre a Procuradoria-Geral do Estado e a Consultoria no que concerne às demandas judiciais de interesse do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

6.24.1 Assessoria da consultoria jurídica

Diante da elevada extensão das atribuições da Consultoria Jurídica, mostrou-se necessário organizar a sua Assessoria de modo compartimentado, conforme a natureza das matérias que competem ao órgão.

Nessa distribuição de tarefas, levando em consideração o agrupamento dos principais assuntos, optou-se por subdividir a assessoria em quatro especialidades:

- i. Assessoria de apoio direto ao Gabinete da Presidência;
- ii. Assessoria em processos judiciais;
- iii. Assessoria em processos administrativos;
- iv. Assessoria em processos licitatórios e convênios.

Embora esta subdivisão não exista formalmente nos regramentos administrativos da Consultoria Jurídica, a organização do trabalho nesses moldes permite uma melhor adequação da força de trabalho à demanda e um melhor aproveitamento dos servidores nas matérias às quais estão mais afetos.

É válido ressaltar que a atribuição primordial da Consultoria no âmbito dos processos administrativos é a de emissão de pareceres meritórios para subsidiar a decisão da Presidência nas matérias de maior complexidade. Todavia, para garantir dinâmica ao processamento dos feitos, também são preparadas as minutas das respectivas decisões da Presidência e de eventuais ofícios relacionados à comunicação desses atos.

6.24.2 Assessoramento direto ao Gabinete da Presidência

Somente as matérias mais complexas dirigidas à Presidência do TJCE e à Secretaria-Geral exigem a apresentação de parecer jurídico da Conjur para subsidiar o convencimento e a decisão da Presidência. Os demais processos permitem a prolação imediata de decisão da Presidência, seja em razão da baixa complexidade, da existência de posicionamento administrativo já firmado ou da suficiência de manifestação de área técnica específica.

A despeito da existência de um apoio administrativo ao Gabinete da Presidência (Chefia de gabinete, Oficiais de gabinete, divisões e serviço de apoio), diante do elevado volume e complexidade das questões, o processamento das demandas exige uma força de trabalho complementar que é suprida pela Consultoria Jurídica.



Assim, a Conjur atua na elaboração de minutas de decisões administrativas, de ofícios e de portarias que exigem um suporte jurídico para construção de uma fundamentação mais adequada dos atos.

Quadro 3 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes
Aquisição de bens, material, etc.
Impressão de material gráfico
Reclamações em geral
Criação/transformação de Unidades Judiciárias
Disponibilização de espaço para eventos
Pedido de passagens aéreas e diárias para magistrados/servidores participarem de eventos
Requisição de informações e dados estatísticos
Cumprimento de decisões judiciais
Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem
Telegramas e ofícios dos Tribunais Superiores
Pagamento de peritos e de fornecedores
Comunicação de suspeição/impedimento de magistrados
Pedidos dos Sindicatos e Associações de servidores e magistrados
Autorização para recolhimento de material bélico
Comunicação de realização de inspeção/correição nas varas do Interior
Acesso aos sistemas da Corte (SAJPG, SAJSG)
Aberturas de sindicâncias/PADs
Fonte: Consultoria Jurídica

6.24.3 Assessoria em processos judiciais

A assessoria jurídica responsável pelos processos de natureza judicial tem por atribuição o estudo dos autos, a realização de pesquisas jurisprudenciais e doutrinárias, bem como a elaboração de relatórios e minutas de decisões.

Considerando que as competências da Presidência, no que concerne à área jurídica, são consideravelmente reduzidas, os feitos submetidos à apreciação de tal órgão julgador resumem-se aos Pedidos de Suspensão de Liminar – PSL, às Reclamações Constitucionais e aos juízos de admissibilidade a serem realizados nos recursos interpostos aos tribunais superiores quando configurados eventuais impedimentos ou suspeições do Vice-Presidente, autoridade a quem compete, por previsão regimental, a apreciação originária de tais medidas de inconformismo.

Ainda no que concerne à atuação da Presidência em processos judiciais, há que se destacar a constante necessidade de prolação de despachos em Cartas de Ordem ou Precatórias

oriundas de outras Cortes de Justiça, em Recursos Administrativos, bem como em outros feitos que, por previsão legal e/ou regimental, dependem de prévia conclusão ao Presidente antes da sua distribuição.

Outra atuação de grande relevância dentre as competências da Assessoria Jurídica em Processos Judiciais compreende a elaboração de minutas de informações a serem prestadas pelo Presidente, na condição de autoridade coatora em mandados de segurança, bem como em ações ordinárias ajuizadas contra o Estado do Ceará, quando solicitadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, ainda que em menor incidência, compete, ainda, à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a relatoria de procedimentos avocatórios nos casos em que não observada, pelo juízo *a quo*, a necessidade de remessa dos autos ao Tribunal, via remessa necessária.

Ouadro 4 – Temas mais recorrentes

	nais recorrentes em informações em mandados de segurança relativos, predominantemente, a direitos de servidores
	Gratificações de risco de vida
	Adicional de qualificação/adicional de especialização
	Lotação/relotação de servidores
	Editais de remoção
	Gratificação de estímulo à interiorização
Convocação	o de candidatos aprovados em concurso público do Poder Judiciário
Tem	as mais recorrentes em pedidos de Suspensão de Liminar
	Bloqueio de verbas públicas
	Bioquelo de verbus publicas
	Suspensão de procedimentos licitatórios
	•
	Suspensão de procedimentos licitatórios
N	Suspensão de procedimentos licitatórios Afastamento de Prefeitos Municipais
	Suspensão de procedimentos licitatórios Afastamento de Prefeitos Municipais Afastamento de Presidentes de Câmaras Municipais

6.24.4 Assessoria em processos administrativos

A assessoria jurídica, responsável pelos processos de natureza administrativa, tem por atribuição a elaboração de pareceres jurídicos aptos a subsidiar as decisões da Presidência em procedimentos administrativos versando sobre matéria institucional e/ou, por modo prevalecente, acerca do regime jurídico de servidores e magistrados.



Também compete à referida assessoria jurídica elaborar pareceres técnicos em consultas formuladas pela Presidência e pela Secretaria-Geral, assim como por outras unidades administrativas do Poder Judiciário (quando autorizadas), alusivas a questionamentos objetivos (que não envolvem sujeitos), mormente a respeito da interpretação de atos normativos internos ou externos, bem como sobre a validade de atos administrativos já praticados. Usualmente, tais consultas são formuladas em forma de quesitos, cumprindo à assessoria respondê-los na integralidade, um a um, sintetizadas as conclusões em parecer submetido à prévia aprovação da Presidência, para posterior encaminhamento à unidade consulente.

Inserem-se, ainda, nas atribuições da assessoria jurídica responsável pelos processos de natureza administrativa, a elaboração, atualização ou revisão de minutas de atos normativos (leis, resoluções e portarias), concernentes à temática de interesse institucional e funcional, a exemplo do disciplinamento de aspectos pertinentes ao regime jurídico de servidores e magistrados, alterações na divisão e organização de unidades judiciárias e administrativas, dentre outros temas.

Quadro 5 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes
Direitos e vantagens de ordem pecuniária (gratificações e indenizações)
Direitos de ausência ao serviço (férias e licenças)
Mobilidade horizontal na carreira (remoção, permuta e cessão)
Mobilidade vertical na carreira (promoção)
Enquadramento funcional na carreira
Aposentadoria
Direitos e vantagens em prol de dependentes
Apuração de responsabilidades funcionais (sindicância e processo administrativo disciplinar)

6.24.5 Assessoria em processos licitatórios e convênios

Fonte: Consultoria Jurídica

Em sede de licitações e contratos, compete-lhe atuar de maneira opinativa, em todas as etapas do processo de contratação, e mesmo após expirada a vigência desta, mediante a emissão de pareceres, nos quais há um rigoroso controle preventivo de legalidade dos atos analisados, com o apontamento de eventuais vícios detectados, para fins de saneamento.

Assim, na etapa pré-contratual, é realizada a análise da minuta do edital da licitação e seus documentos anexos, bem como de eventuais impugnações ou recursos porventura apresentados pelos licitantes em face de atos da Comissão Permanente de Licitação do TJCE.

Depois de concluída a licitação e antes da assinatura do contrato, verifica-se a regularidade deste, especialmente se suas cláusulas, além de atenderem às exigências da Lei nº 8.666/93, também estão de acordo com o edital e a proposta vencedora do certame.

Já durante a execução do contrato, passa pelo crivo da Consultoria Jurídica toda e qualquer proposta de alteração nas condições inicialmente pactuadas. São os chamados aditivos e apostilamentos contratuais, entre os quais se destacam, por serem mais recorrentes: (a) os de prorrogação do prazo da contratação, (b) os de revisão dos preços contratados, (c) os de acréscimo e supressão de itens, e (d) os de mudança de dotação orçamentária.

E, como dito, mesmo após o encerramento da contratação, por vezes, ainda existem alguns procedimentos específicos em que a Consultoria Jurídica atua, geralmente, verificando a possibilidade de ser exigida ou não a correção de irregularidade detectada, *a posteriori*, pela área técnica, enquanto não expirado o prazo de garantia contratual.

Oportuno destacar, ademais, que antes, durante e após a execução do contrato, também se mostra bastante comum, no dia a dia, a instauração de processos para apuração de responsabilidade dos particulares pelo descumprimento de obrigações legais ou contratuais, nos quais a Consultoria Jurídica é invariavelmente chamada a opinar sobre a observância dos direitos e garantias processuais, e as sanções administrativas eventualmente cabíveis.

E tudo o que se disse até aqui também é válido para os convênios e outros instrumentos congêneres celebrados pelo TJCE (Termos de Cessão de Uso de Bem Público, Termos de Cessão de Servidores, etc.), observadas, é claro, as peculiaridades de cada um deles.

Finalmente, e para concluir essa breve explanação, não se pode deixar aqui de mencionar a importância também da atuação dos assessores, no sentido de orientar, formal ou informalmente, os nossos gestores contratuais e dirimir qualquer dúvida que estes possam vir a ter, na prática, acerca da aplicabilidade da legislação de regência no caso contrato.

Quadro 6 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes
Editais de licitação e anexos
Contratos, convênios e outros instrumentos congêneres
Aditivos e apostilamentos contratuais
Processos apuratórios de responsabilidade
Impugnações e recursos
Consultas de validade de cláusula contratual

Fonte: Consultoria Jurídica



6.24.6 Departamento de execução e controle processual

O Departamento de Execução e Controle Processual é o setor de administração interna da Consultoria Jurídica, com duas Divisões vinculadas: a de Distribuição e Controle de Feitos e a Central de Contratos e Convênios.

A Divisão de Distribuição e Controle de Feitos é responsável pelo gerenciamento de entrada, distribuição interna e remessa dos processos afetos ao Órgão. Esta divisão é ainda responsável pelo acompanhamento dos processos e pela elaboração de relatórios.

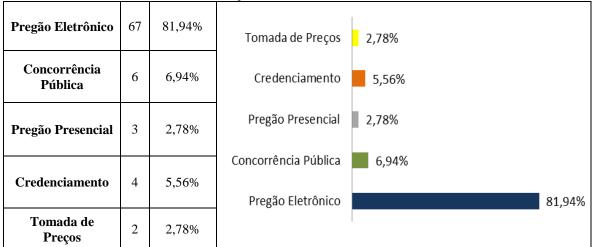
Já a Divisão Central de Contratos e Convênios tem por finalidade centralizar e administrar as atividades envolvidas na gestão de contratos e convênios celebrados com terceiros. Compete-lhe a formatação final, a coleta de assinaturas, a publicação, o arquivamento e a elaboração de relatórios das atas de registro de preços, dos contratos, dos convênios, termos de cessão de uso, termos de cooperação técnica, etc.

6.24.7 Assessoria em processo licitatório

A Assessoria em Processo Licitatório e o Serviço de Apoio em Processo de Licitação são órgãos da Consultoria Jurídica que dão suporte direto às aquisições e contratações. Eles trabalham diretamente com a Comissão Permanente de Licitação, revisando os editais, acompanhando as disputas e analisando recursos e impugnações.

O TJCE realizou, em 2015/2016, o total de 82 procedimentos licitatórios, sendo 59 pregões eletrônicos, o que corresponde a 81,94% dos certames realizados para o período, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 45 – TJCE: Modalidade de Contratação 2015/2016



Fonte: Comissão Permanente de Licitação

Considerando os processos licitatórios concluídos, constatou-se significativa redução nos valores contratados pelo Poder Judiciário e aqueles estimados pelos setores técnicos em pesquisa de preço para subsidiar os processos licitatórios.

Tabela 48 – Comparativo de valores estimados e obtidos

	2015	2016
Somatório de todos os valores estimados para as licitações*	R\$ 26.765.320,64	R\$ 17.044.173,21
Somatório de todos os valores obtidos com as licitações*	R\$ 20.989.863,07	R\$ 11.231.337,29
Percentual de Redução	21,58%	34,10%

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

*Os valores apresentados foram obtidos da soma dos valores estimados para as licitações, os quais nem sempre são valores monetários, a exemplo dos Fatores de Redução nas licitações de Manutenção. Como o objetivo foi encontrar o percentual de redução entre o Valor Estimado e o Valor Obtido na Licitação, as diferenças entre os tipos de valores, monetário ou um percentual de desconto, não interferem no resultado.

O procedimento do pregão eletrônico é complexo e envolve vários setores, de modo que se não houver uma harmonia de posição e uma interação rápida entre os envolvidos o sucesso da contratação ficará comprometido. A modalidade pregão é composta de uma fase interna e outra externa.

Durante a fase interna ocorrem as seguintes etapas: requisição do objeto; justificativa para a contratação; autorização para realização do certame; disponibilidade de recursos orçamentários; elaboração e aprovação do termo de referência; designação do pregoeiro e da equipe de apoio; elaboração e aprovação do edital; parecer jurídico.

O planejamento é base e requisito indispensável da fase interna. Quando bem executado, contribui para um procedimento célere, mitigando o tempo de análise por retrabalho e devoluções para correções e ajustes no Termo de Referência. Em contraposição, havendo uma má efetivação da etapa de planejamento da contratação e baixa qualidade dissertativa do Termo mencionado, o certame resta prejudicado em suas etapas posteriores, impactando inclusive na elaboração e aprovação do Edital de licitação e do devido parecer jurídico.

A fase externa da licitação requer outra gama de serviços prestados pela Comissão de Licitação no intuito de tornar rápidos e eficientes os processos licitatórios sob sua condução. O liame entre essa fase e a contratação consiste nas seguintes etapas: publicação em veículos de grande circulação e no DJE; abertura da sessão; credenciamento (presencial); entrega dos envelopes (propostas e documentação, presencial); abertura das propostas; classificação das propostas; lances sucessivos; exame de aceitabilidade da oferta; negociação com o licitante vencedor do lance; habilitação; declaração de vencedor; interposição e análise de recursos; adjudicação e homologação.



O período de execução da fase externa de uma licitação pode variar de acordo com os eventos ocorridos durante o certame. Assim, um procedimento que possui interposição de recursos contra decisões administrativas do pregoeiro demandará um prazo maior do que naqueles certames onde somente foram processados os prazos positivados na legislação que regula a atividade.

Devido inconsistências não retificadas nos documentos produzidos na primeira fase (interna), a segunda fase poderá ser afetada negativamente ou até mesmo embutida de anulação ou suspensão do certame, tendo em vista a possibilidade de pedidos de impugnação de editais, devido à reduzida qualidade dos documentos que os geraram.

Considerando os fatores elencados acima, a Comissão de Licitação preza por orientar as áreas demandantes, sempre que requisitada, entendendo que além do papel principal desta Comissão de processar a licitação, existe uma função institucional de cooperar com outras unidades para que o Poder Judiciário cearense garanta direitos para realizar justiça (Missão TJCE), sendo referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça (Visão de Futuro 2015-2020).

6.25 Otimização de Procedimentos no Fórum Clóvis Beviláqua

6.25.1. Melhoria nas Rotinas de Emissão de Certidões

Durante o ano em curso, a Seção de Certidões do Departamento de Atividades Judiciais do Fórum Clóvis Beviláqua passou por profundas alterações em suas rotinas de trabalho, as quais permitiram a redução do prazo de entrega dos documentos, que chegava a 48 horas, para 2 horas, em média.

Tais alterações incluíram a capacitação e unificação das equipes de pesquisa, as quais passaram a atender a todos os pedidos de certidões cíveis e criminais, aumentando a capacidade de atendimento do setor. Além disso, foram feitas a revisão e padronização de todos os modelos de documentos expedidos, que passaram a ser armazenados em repositório acessível em rede. A criação de planilhas eletrônicas de controle permitiu o acompanhamento de cada solicitação, desde o recebimento até a entrega da certidão requerida, o que reduziu o extravio de documentos, além de tornar mais célere o processamento dos pedidos. Por fim, foi implementado o controle de conformidade, pelo qual as certidões são revisadas, uma a uma, reduzindo drasticamente a ocorrência de erros de digitação, e consequentemente, o retrabalho e a inutilização de selos de autenticidade.

Foram realizadas importantes alterações no Sistema de Emissão de Certidões *On-line*, por meio da correção de erros relacionados à consulta fonética, tornando o sistema mais seguro e seletivo, o que refletiu no aumento da demanda pelo atendimento presencial.

Convém destacar a publicação da Portaria nº 1149/2015, a qual atualizou as regras relativas à expedição de certidões criminais, tornando os procedimentos mais seguros e em conformidade com a legislação vigente.

6.25.2. Implantação da Senha de Mandados, Cartas e Ofícios

Implantação da senha de acesso na margem do documento impresso com mandados, cartas e ofícios, economizando tempo de trabalho e despesas com material de expediente que antes eram impressos para encaminhamento dos referidos expedientes.

6.25.3. Assistência às Varas Cíveis

Por meio da experiência adquirida durante os vários mutirões DPVAT já desenvolvidos, o Cejusc elaborou um manual explicando a logística desenvolvida para estes eventos, bem como a estrutura e as atividades necessárias para a sua realização. Tal material foi distribuído às Varas Cíveis da Comarca e disponibilizado para as comarcas do Interior, conforme manifestação de interesse.

Além da cartilha, o Cejusc disponibiliza salas para empréstimo às Varas Cíveis interessadas em realizar o evento, desde que solicitadas com antecedência e de acordo com a disponibilidade da data pretendida, cabendo às respectivas secretarias a confecção de expedientes e o recrutamento de pessoal.

Assim, o Cejusc prestou assistência a 13 Varas Cíveis, com empréstimos e realização de eventos tão somente de perícias ou de perícias e audiências. A seguir apresentamos o cronograma:

Tabela 49 – Varas Cíveis Assistidas pelo Cejusc-Fortaleza em 2016

Mês	Varas Cíveis Beneficiadas
Fevereiro	1 ^a , 36 ^a e 37 ^a
Março	36ª
Abril	31 ^a e 36 ^a
Maio	35 ^a , 36 ^a e 37 ^a
Junho	25ª
Julho	39 ^a
Agosto	1 ^a , 12 ^a , 25 ^a , 36 ^a e 37 ^a
Setembro	12ª

Fonte: Cejusc-Fortaleza

7. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

7.1 Projetos e Ações de Infraestrutura

Para que os investimentos em infraestrutura realizem todo seu potencial benéfico é preciso que se tenha capacidade técnica para planejar e monitorar investimentos. Também é fundamental que existam mecanismos que promovam avaliações dos projetos para que haja uma checagem dos projetos elaborados e executados. Vários foram os projetos elaborados dentro da área de infraestrutura e segurança física, com o objetivo de garantir um ambiente seguro e adequado dentro das unidades judiciárias do Estado.

Tabela 50 - Projetos elaborados dentro da área de infraestrutura e segurança física

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso	Fase atual
Integração telefonia – VoiceNet	Implantação VoiceNet	VoiceNet implementado	DEPMANUT (Seinfra)	Implementado com economia de R\$ 360.000,00	Concluída
Aproveitamento de água do lençol freático	Aproveitar água para necessidades internas	Água aproveitada	DEPMANUT (Seinfra)	Redução de 18% do consumo atual – R\$ 3.000,00/mês	Concluído
Reforma parcial do Fórum de Sobral	Realizar reformas necessárias	Reforma realizada	DENGARQ (Seinfra)	Valor da obra R\$ 268.741,12	Concluída
Fornecimento de nobreaks para datacenter	Implantar nobreaks no CDI e FCB	Nobreaks instalados	DENGARQ (Seinfra) / Setin	Valor R\$ 480.000,00	Concluído
Reforma elevador FCB	Reformar a caixa de elevador e instalar o elevador	Elevador em funcionamento	DENGARQ (Seinfra) / FCB	Valor R\$ 209.444,48	Em andamento
Reforma parcial do Fórum de Aracoiaba	Reformar Fórum	Reforma realizada	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 569.672,74	Em andamento
Substituição de esquadrias da Esmec	Substituir esquadria danificada	Esquadria substituída	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 45.584,53	Em andamento
Recuperação de grades e portões das Turmas Recursais	Recuperar grades e portões	Grades e portões recuperados	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 72.332,37	Em andamento
Aquisição de	Adquirir e	Equipamentos	DENGARQ	Valor	Em



equipamentos audiovisuais do auditório da Esmec	instalar equipamentos	instalados e em pleno funcionamento	(Seinfra)	R\$ 250.000,00	andamento
Reforma do prédio da 5ª Vara da Infância e Juventude	Reformar as instalações físicas	5ª Vara em condições plenas de utilização	DENGARQ (Seinfra) / DAE	Reforma custeada pelo Governo do Estado	Em andamento
Ventilação das áreas comuns do FCB	Implementar equipamentos para refrigerar as áreas comuns do FCB	Áreas comuns com condições de refrigeração adequadas	DENGARQ / FCB	-	Em fase de elaboração do projeto
Contratação de empresa especializada em serviços de dedetização	Realizar licitação para disponibilizar empresa de dedetização	Ata de Registro de Preço disponível	DEPMANUT (Seinfra)	Valor R\$ 300.000,00	Em fase de licitação
Contratação de empresa especializada em manutenção de extintores	Realizar licitação para contratar empresa especializada em manutenção de extintores	Empresa contratada e pronta para realizar a manutenção	DEPMANUT (Seinfra) e Assessoria Militar	Valor R\$ 490.000,00	Em fase de elaboração do termo de referência
Integração dos serviços de telefonia – fase II VoiceNet	Disponibilizar telefonia com ligação a 4 dígitos	Ligações a 4 dígitos disponibilizadas	DEPMANUT (Seinfra) Oi	-	Em andamento
Implantação de bicicletário no Palácio da Justiça	Implantar bicicletário	Bicicletário pronto para utilização	DENGARQ DEPMANUT	-	Em elaboração de orçamento

7.1.1 Projetos com recursos do Funseg

Os recursos do Fundo de Segurança dos Magistrados – Funseg são utilizados no atendimento das despesas de manutenção, estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos sistemas de segurança dos magistrados. Os projetos que envolveram o Funseg e realizados e coordenados pela Secretaria de Infraestrutura - Seinfra são:

Tabela 51 - Projetos com recursos do Funseg

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso / Valor (R\$)	Fase atual
Reforma da Sala de armas do FCB	Reformar a sala de armas do FCB	Sala de armas reformada atendendo aos itens específicos de segurança	DENGARQ (Seinfra) / FCB	241.397,70	Concluído
Climatização da sala de armas	Climatizar a sala de armas	Sala em condições ideais de climatização	DENGARQ (Seinfra)	147.879,77	Concluído
Reforma das residências oficiais de Independência e Santa Quitéria	Reformar as unidades	Unidades disponíveis para uso	DENGARQ (Seinfra)	413.744,77	Em fase de homologação da licitação
Adaptação de galpão para funcionamento do Fórum de Iracema	Reformar galpão para pleno funcionamento	Fórum com facilidades implementadas	DENGARQ (Seinfra)	-	Em elaboração de projeto para aprovação pela Comissão de Segurança Permanente - CSP
Reforma parcial do Fórum de Aracati	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	37.088,00	Em fase de licitação
Reforma parcial do Fórum de Itaitinga	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	260.494,00	Em fase de aprovação do edital
Reforma parcial do Fórum de Quixadá	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	78.184,00	Em fase de aprovação pela CSP
Reforma parcial do Fórum de Sobral	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	74.026,00	Em fase de aprovação pela CSP
Reforma parcial dos Fóruns de Iguatu e Juazeiro do Norte	Implementação de itens de segurança	Fóruns com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	-	Em fase de elaboração de projeto
Projeto de monitoramento eletrônico: FCB, Juizados	Implementação de monitoramento eletrônico	Monitoramento implementado	DENGARQ (Seinfra)	-	Em elaboração de projeto



Especiais da Capital, Aracati, Juazeiro, Quixadá, Sobral, Iguatu Juazeiro do Norte					
Projeto de instalação de alarme contra incêndio no FCB	de alarme	Alarme implementado	DENGARQ (Seinfra)	2.500.000,00	Em elaboração de projeto

7.1.2 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs)

Os Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (Cejuscs) tiveram seu planejamento e execução orientados por meio de resolução emanada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Após o planejamento e ações do Departamento de Engenharia e Manutenção, temos os *status* das unidades apresentados a seguir:

Tabela 52 - Status das unidades envolvidas com Cejusc

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso	Fase atual
Implementação de unidades de Cejuscs	Disponibilizar 24 unidades em Fóruns específicos	Espaço com facilidades para instalação dos Cejuscs	DENGARQ e DEPMANUT – Seinfra: Aracati, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tauá, Tianguá, Baturité, Limoeiro do Norte, Boa Viagem, Camocim, Mombaça, Quixeramobim, Morada Nova, Pacajús, Várzea Alegre, Itapajé, Nova Russas, Senador Pompeu	-	Instaladas
Implementação de unidades de Cejuscs	Disponibilizar 7 unidades em Fóruns específicos	Espaço com facilidades para instalação dos Cejuscs	Iguatu, Pacatuba, Icó, Russas, Santa Quitéria, Brejo Santo, Canindé	Em andamento	5 Unidades entregues
Implementação de unidades de Cejuscs	Disponibilizar 8 unidades em Fóruns específicos	Espaço com facilidades para instalação dos Cejuscs	Aquiraz, Barbalha, Eusébio, Maranguape, Acopiara, Cascavel, Granja, Massapê	Em andamento	Previsão – 1° Semestre 2017

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.3 Fóruns específicos - Construções

7.1.3.1 Itapipoca

Tabela 53 – Projeto Fórum de Itapipoca

Item	Descrição
Quantidade de varas	3
Área construída	1.417,64m2
Percentual de execução	100%
Situação atual	Concluído em março de 2015

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

Figura 7 - Fórum de Itapipoca



Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.4 Estudos e ações técnicas

Tabela 54 – Estudos e ações técnicas

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Fase atual
Elaboração de Relatório de estado de conservação das unidades do Judiciário	Levantar e apresentar relatório específico	Relatório disponível	DENGARQ	Encerrado
Avaliação das condições do Serviço de Zeladoria	Levantar as condições do Serviço de Zeladoria no Interior e Região Metropolitana	Relatório de Pesquisa	DEPMANUT – Zeladoria	Encerrado



Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Fase atual
Elaboração e disponibilização do Manual Técnico relativo à construção do Fórum de Itapipoca	Elaborar e disponibilizar o manual	Manual disponibilizado	DENGARQ	Encerrado
Acompanhamento do Plano de Obras 2016- 2020	Acompanhar a execução do Plano de Obras	Plano de Obras atualizado	DENGARQ	Encerrado
Estudo técnico sobre arcondicionado	Realizar avaliação das condições dos equipamentos de ar- condicionado do TJCE	Estudo disponibilizado	DEPMANUT	Encerrado
Dimensionamento e instalação de quadros elétricos	Realizar avaliação	Quadros dimensionados e instalados	DEPMANUT	Em andamento
Dimensionamento, instalação e parametrização de relé de proteção do Centro de Documentação de Informação - CDI	Atender a exigências da Coelce	Exigências atendidas	DEPMANUT	Em andamento
Dimensionamento e instalação de capacitores no Palácio da Justiça	Redução de cobrança de excedente reativo na fatura de energia elétrica	Instalação realizada	DEPMANUT	Encerrado
Manutenções preventivas e corretivas específicas em subestações elétricas	Manter subestações em pleno funcionamento	Manutenções realizadas	DEPMANUT	Em andamento

7.1.5 Plano de Obras 2017-2018

O TJCE vem implantando um plano que tem a finalidade de estabelecer os níveis de prioridades em edificações. Para tanto, foram identificadas as informações de cada imóvel, consubstanciadas no Plano de Obras.

Tabela 55 – Plano de obras 2017-2018

T4	A = 7 = 1 C = = = = = =	Correct le forcionité a	Valor estimado (R\$)		
Item	Ação / Comarca	Grau de jurisdição	2017	2018	
1	Novo Fórum Senador Pompeu	1°	3.657.666,60	-	
2	Novo Fórum Russas	1°	3.855.802,40	-	
3	Novo Fórum Várzea Alegre	1°	2.702.979,00	-	
4	Novo Fórum Santa Quitéria	1°	4.638.179,00	-	
5	Novo Fórum Milagres	1°	2.650.990,50	-	
6	Reforma acessibilidade	1°	1.000.000,00	2.250.000,00	
7	Adequação guarda- corpo FCB	1°	1.500.000,00	-	
8	Instalação SDAI FCB	1°	1.500.000,00	-	
9	Reforma parcial Creche	2°	250.000,00	-	
10	Sistema de som – Câmaras TJCE	2°	500.000,00	-	
11	Reforma com ampliação Crato	1°	2.000.000,00	1.239.500,00	
12	Novo Fórum Itapajé	1°	-	4.158.000,00	
13	Novo Fórum Uruburetama	1°	-	3.891.842,57	
14	Novo Fórum Iracema	1°	-	3.239.500,00	
15	Novo Fórum Catarina	1°	-	3.534.000,00	
16	Novo Fórum Cascavel	1°	-	4.536.000,00	
17	Reforma Juazeiro do Norte	1°	-	2.000.000,00	
18	Reforma com ampliação Eusébio	1°	-	1.500.000,00	
19	Reforma com ampliação Caucaia	1°	-	2.000.000,00	
20	Reforma com ampliação Jaguaruana	1°	-	1.000.000,00	
21	Reforma com ampliação Tianguá	1°	-	1.500.000,00	



T4a	A são / Comovos	C 1. ''-1'-2'	Valor estimado (R\$)		
Item	Ação / Comarca	Grau de jurisdição	2017	2018	
22	Reforma com ampliação Araripe	1°	-	1.000.000,00	
23	Reforma com ampliação Maranguape	1°	-	1.500.000,00	
24	Reforma com ampliação Morada Nova	1°	-	1.500.000,00	
	TOTAL		24.255.617,50	34.848.842,57	

7.2 Ações do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais do Fórum Clóvis Beviláqua

Por meio do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza (CFORDEPATSG), a Diretoria Geral Administrativa do Fórum Clóvis Beviláqua supervisiona as atividades das unidades que fazem parte de sua estrutura, no caso as Seções de Manutenção e Zeladoria; Patrimônio; Almoxarifado; Transporte; Protocolo Administrativo e Malotes competindo-lhe, ainda, a fiscalização de 13 contratos mantidos com empresas especializadas, fornecedoras de produtos e/ou serviços. Esses contratos abrangem temas variados como distribuição de água mineral; locação de veículos; fornecimento de alimentação; asseio e conservação; manutenção de equipamentos; manutenção predial; manutenção de sistemas de refrigeração por expansão direta e indireta; tratamento químico das águas do sistema de ar-condicionado; manutenção de elevadores; manutenção de subestações e geradores; manutenção da estação de tratamento de esgoto; resíduos sólidos e entulhos relacionados à Comarca de Fortaleza.

Na busca da excelência dos serviços de asseio e conservação, o projeto Gestão Limpeza, iniciou em 2015, e teve continuidade em 2016 por meio de medidas como mutirões de limpeza, despoluição visual, sensibilização de servidores, promoção de acessibilidade e pesquisa de satisfação. Como resultado, a pesquisa de avaliação do serviço de limpeza obteve 63,3% de satisfação geral, e evidenciou a crescente melhora nos serviços prestados, fruto deste projeto.

Abaixo, segue comparativo entre as pesquisas de satisfação realizadas:

Tabela 56 - Comparativo do resultado das pesquisas de satisfação em 2015 e 2016

Avaliação – Asseio e Conservação – Fórum Clóvis Beviláqua				
Itens avaliados	março/15	setembro/15	março/16	
1 – Assiduidade e pontualidade dos auxiliares de limpeza	87,00%	90,91%	92,66%	
2 – Quantidade da limpeza nas salas	73,00%	70,13%	81,65%	
3 – Qualidade na limpeza dos banheiros das unidades	46,00%	51,95%	66,97%	
4 – Qualidade do material utilizado na limpeza	34,00%	42,86%	52,29%	
5 – Qualidade da limpeza nas áreas comuns	40,00%	54,55%	62,39%	
6 – Qualidade da limpeza nas áreas externas	38,00%	57,14%	58,72%	
7 – Qualidade da limpeza dos elevadores	42,00%	63,64%	73,39%	
8 – Apresentação pessoal dos auxiliares de limpeza	72,00%	85,71%	86,24%	
9 – Relacionamento dos auxiliares de limpeza	95,00%	97,40%	97,25%	
10 – Fiscalização dos supervisores	62,00%	61,04%	68,81%	
11 – Grau de satisfação geral com o serviço de limpeza do FCB	34,00%	61,04%	63,30%	

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

A seguir passa-se a relacionar as principais ações realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais no biênio 2015-2016:

Tabela 57 – Ações realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2015

Unidade	Ação
	Implantação, com adequação de ambiente e instalação de equipamentos, das novas salas destinadas à Central de Solução de Conflitos e Cidadania
	Implantação, com reforma e adequação de ambientes, do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia, inclusive na área da carceragem
	Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II e III – Especialidade Varas de Família
	Implantação da Secretaria de 1º Grau de Jurisdição IV – Especialidade Varas de Execução Penal
	Instalação da oficina de informática
	Adequação de espaços para arquivo para a informática e setor de certidões
Seção de Manutenção	Manutenção predial em toda a Comarca de Fortaleza, em especial as centrais de arcondicionado do FCB; elevadores; subestações do FCB; <i>Data Center</i> ; Estação de Tratamento de Esgoto
e Zeladoria	Instalação de redutores de vazão nas torneiras automáticas instaladas nos banheiros do Fórum Clóvis Beviláqua, confeccionados a partir de canos de PVC, restos de obras
	Retirada e limpeza dos espaços com entulhos, lixo séptico e descartes de lâmpadas
	Doação de material reciclável (papel, plástico, vidro, papelão)
	Mutirão de limpeza dos janeleiros; vidros das entradas principal e secundária; corredores internos e públicos; carpetes dos 4 salões do júri e auditórios, inclusive as poltronas; entre outros
	Treinamento para os supervisores e auxiliares de limpeza quanto ao uso correto do material de limpeza; segurança do trabalho; e comportamento no ambiente de trabalho



Unidade	Ação
	Troca de 100% dos garrafões de água mineral e higienização dos geláguas
	Montagem de 14 salas ou unidades judiciárias, entre elas as novas Varas Cíveis, a Vara Única de Custódia, as Secretarias Judiciárias de 1º Grau II, III e IV e a Sala de Biometria do TRE
	Distribuição e remoção de mais de 1.200 equipamentos de informática como: computadores, impressoras, <i>scanners</i> , leitores óticos, etc.
Seção de Patrimônio	Criação de ordem de serviço para controle das demandas do Fórum de material e serviços pertinentes à Seção de Patrimônio, visando a um melhor controle dos bens que se encontram sob a sua responsabilidade, tendo em vista que, em 2015, foram, em média, 140 ordens de serviços mensais entre distribuição, remoção, substituição de bens

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Tabela 58 - Ações Realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2016

Unidade	Ação
	1. Ações realizadas no Fórum Clóvis Beviláqua:
	1.1 Execução de cerca de 2.700 ordens de serviço de manutenção predial em 2016
	1.2 Transferência do local do restaurante
	1.3 Implantação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia
	1.4 Adaptações no ambiente de atendimento do setor de certidões
	1.5 Adaptações para novo ambiente do Cejusc, com acréscimo de seis salas
	1.6 Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II, III e IV
	1.7 Mudança e adaptações da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição I
	1.8 Adaptações na nova sala de custódia provisórias de armas
	1.9 Mudança de localização e adaptações da sala destinada ao almoxarifado
	1.10 Instalação e adaptações de infraestrutura da nova sala da Seção de Patrimônio
	1.11 Expansão da Diretoria de Informática com criação de nova sala
7 ~ . 1.	1.12 Desinstalação e instalação (mudança de local) de mais quatro equipamentos de arcondicionado e adaptações de infraestrutura nas novas dependências da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia (prédio da Decap)
Seção de Manutenção e Zeladoria	1.13 Adequação do <i>layout</i> das entradas principal e secundária, inclusive com instalação de <i>scanners</i> da segurança
	1.14 Implantação de novas salas para arquivamento de processos do Departamento de Atividades Judiciais e da Informática
	1.15 Execução de esgoto oriundo do café dos magistrados para possibilitar reforma do Depósito de provas bélicas - Deprob
	1.16 Execução e instalação do bicicletário do Fórum Clóvis Beviláqua
	2. Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:
	2.1 1ª UJECC: Demolição e reconstrução de muros (fundos e fachada principal)
	2.2 4ª UJECC: Pequenos reparos na coberta do 4º JECC
	2.3 6ª UJECC: Revisão nas instalações elétrica e hidráulica
	2.4 7ª UJECC: Serviços de impermeabilização e drenagem de calhas
	2.5 10ª UJECC: Revisão de coberta
	2.6 15ª UJECC: Reforço nas grades de segurança

Unidade	Ação
	2.7 19ª UJECC: Poda com retirada de árvores que comprometiam a estrutura física da unidade, revisão de coberta
	2.8 Depósito público: Reforma no portão de entrada, retirada de combogós e fechamento com alvenaria em alguns espaços
	2.9 Juizado da Mulher: Mudança de cabeamento elétrico na rede de entrada da unidade
	2.10 Realizadas manutenção predial preventiva e corretiva em todas unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, do Juizado da Mulher, depósito público e da 5ª Vara da Infância e da Juventude
	3 Serviços de Asseio e Zeladoria:
	3.1 Quinze intervenções nas realizações dos mutirões DPVAT da Cejusc
	3.2 Três intervenções nos mutirões do Pai Presente
	3.3 Três intervenções nos mutirões do Juizado da Mulher
	3.4 Duas intervenções nos mutirões de limpeza das esquadrias de vidro do FCB
	3.5 Sete intervenções nos mutirões de limpeza no piso das áreas comuns do FCB
	3.6 Melhoria dos serviços de zeladoria conforme pesquisa de satisfação realizada no FCB
	3.7 Poda de árvores e capinagem no entorno do FCB
	3.8 Foram realizadas podas e capinagens em algumas unidades, tais quais: 1 ^a , 2 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 10 ^a , 13 ^a , 15 ^a , 18 ^a , 19 ^a , Juizado da Mulher e durante Projeto Justiça Já
	Execução de mais de 700 ordens de serviço de movimentação de bens patrimoniais, no âmbito da Comarca de Fortaleza até setembro de 2016
	Substituição e remoção de 1.286 monitores doados pelo CNJ — Conselho Nacional de Justiça, para as Secretarias de Vara do Fórum Clóvis Beviláqua
	Montagem da sala do Núcleo de Justiça Restaurativa, nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua
Seção de	Montagem da sala do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
Patrimônio	Montagem das salas do 1º Mutirão do Pai Presente no Fórum Clóvis Beviláqua
	Transferência de todo o acervo do antigo restaurante para o novo espaço físico do restaurante do Fórum
	Participação na elaboração do Manual de Gestão Patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado Ceará
	Elaboração do Estudo dos espaços das áreas administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua
Seção de	Até o mês de setembro do corrente ano, um total aproximado de 160.000 documentos foram encaminhados aos Correios. Quantitativo superior é recebido por esta Seção em forma de avisos de recebimentos destas correspondências, malotes e cartas externas que são entregues às Varas e Unidades
Protocolo Administrativ	Envio de 2.500 correspondências para a realização da Semana Nacional da Conciliação
o e Malotes	O processo de entrada de documentos administrativos teve uma redução relevante este ano, decorrente da proposta da Diretoria que todas as Varas e Unidades fizessem os seus devidos processos. Assim, o setor ficou atendendo apenas o público externo (advogados, empresas, bancos, cartórios, aposentados etc.) e casos emergenciais, o que acarretou numa diminuição de 13.659 documentos no ano de 2015 para 2.240 este ano
	Redução do perfil de bens de consumo global da Comarca de Fortaleza, em atendimento à Portaria nº 144/2016, na ordem de 30% em relação ao ano de 2015. Em termos monetários a economia prevista será de R\$ 182.236,29
	Readequação de cotas das Unidades Judiciárias e Administrativas da Comarca de Fortaleza
Seção de	A Seção de Almoxarifado assumiu, a partir do mês de agosto de 2016, as funções de:



Unidade	Ação
Almoxarifado	fiscalização de contrato, controle e distribuição de água mineral para as dependências internas e externas do Fórum Clóvis Beviláqua
	Elaboração do cronograma de distribuição de materiais que tem como objetivo garantir a otimização e eficiência da distribuição e controle de recursos materiais, por meio da modernização de processos da Seção de Almoxarifado

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Abaixo, destacam-se os perfis de consumo de materiais oriundos do almoxarifado para a Comarca de Fortaleza nos anos de 2015 e 2016:

Tabela 59 – Perfil anual de consumo de material 2015 / 2016

Variável	Valor (R\$)
Ano 2015 / perfil anterior	R\$ 607.736,00
Ano 2016 / perfil atual	R\$ 425.499,73

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

A seguir apresenta-se gráfico com as atividades realizadas pela Seção de Transporte no biênio 2015-2016:

Gráfico 46 – Quantidade de visitas com utilização de veículos da Seção de Transporte



Fonte: Seção de Transporte

7.2.1 Projeto de Melhoria na Climatização do Fórum

- Objetivo: Melhorar a sensação térmica das áreas com maior volume de processos no FCB, com a instalação de climatizadores de ar.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.

- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG), Seção de Patrimônio (CFORSEPAT), Seção de Manutenção e Zeladoria (CFORSEMAZ), Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCESEINFRA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).
- iv. Fase atual: Aguardando processo de doação dos equipamentos e instalação por parte da OAB.

7.2.2 Projeto de Elaboração de Cronograma para Distribuição de Materiais do Almoxarifado

- i. Objetivo: Garantir a otimização da distribuição dos recursos materiais.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG) e Seção de Almoxarifado (CFORSEAL).
- iv. Fase atual: Aguardando portaria da Diretoria que regulamente o cronograma de distribuição.

7.2.3 Projeto de Acessibilidade das Unidades do Fórum

- i. Objetivo: Melhoria da comunicação visual.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG) e TJCE.
- iv. Fase atual: Aguardando disponibilidade de recursos financeiros para encaminhamento das contratações pertinentes.

7.2.4 Projeto de Eficiência Energética

 Objetivo: Redução do consumo de energia elétrica do FCB e de manutenção, por meio da substituição gradual das atuais lâmpadas por tecnologia LED.



- ii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG), Seção de Manutenção e Zeladoria (CFORSEMAZ) e Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCESEINFRA).
- iii. Fase atual: Aguardando anuência do ordenador de despesa para iniciar o processo de mudança das lâmpadas queimadas por tecnologia LED.

7.3 Projetos de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará

7.3.1 Reforma Estrutural do Depósito de Provas Bélicas – Deprob

- i. Descrição: O Deprob é o local destinado à guarda das armas (brancas e de fogo) que foram apreendidas e estão vinculadas aos processos de crime. Este local, devido à sua péssima estrutura física, era totalmente insalubre para os militares que trabalhavam ali, além de não ter recipiente adequado para guardar as armas. Outro ponto negativo era que o local não oferecia um bom nível de segurança com controle de acesso. Este projeto contempla várias ações com o objetivo de restaurar o local deixando-o adequado para o serviço ali desempenhado. As iniciativas realizadas na sala do Deprob foram: reforma estrutural completa, instalação de sistema de refrigeração/exaustão do ar, instalação de moderno sistema de controle de acesso e monitoramento eletrônico, e aquisição de armários deslizantes para acondicionamento das armas;
- ii. Situação atual: A reforma estrutural e o sistema de refrigeração/exaustão já foram concluídos, bem como a instalação dos armários deslizantes. O pregão eletrônico do sistema de CFTV está em andamento.

7.3.2 Aquisição de Armários para Retenção de Armas

 Descrição: Tratam-se de armários com multiportas e com cadastramento de senha individual que serão instalados nas recepções de algumas unidades judiciárias para o acondicionamento momentâneo de armas de agentes de

- segurança que desejarem entrar nessas unidades;
- Situação atual: O pregão eletrônico restou fracassado, tendo em vista que as duas empresas classificadas não atenderam ao estabelecido no edital.

7.3.3 Aquisição de Rádios de Comunicação

- Descrição: Tendo em vista que os rádios de comunicação utilizados pelos militares que compõem o sistema de segurança do TJCE são antigos e estão com a sua eficiência totalmente comprometida, foi aberto processo licitatório para aquisição de 50 novos equipamentos desse tipo, com acessórios;
- Situação atual: O processo licitatório foi concluído, e todos os equipamentos recebidos.

7.3.4 Aquisição de Coletes Balísticos

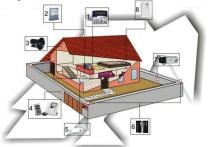
- Descrição: Tendo em vista situações de ameaças com risco de morte pelas quais alguns magistrados já passaram, por ocasião do exercício jurisdicional, serão adquiridos 15 coletes de proteção balística, nível III-A, masculinos e femininos, de uso velado a serem disponibilizados aos magistrados em possíveis ameaças vindouras;
- ii. Situação atual: Está sendo realizada adesão a ata de registro de preço da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. O contrato já foi assinado por ambas as partes, e o TJCE está aguardando a entrega do produto.

7.3.5 Sistema de CFTV e Alarme

- i. Descrição: Este projeto consiste em equipar todas as unidades judiciárias da Capital com sistema moderno de câmeras e alarmes a fim de oferecer maior proteção a essas edificações. Este sistema será completamente integrado a duas centrais de monitoramento instaladas nas sedes do FCB e TJCE. O monitoramento de todas as unidades acontecerá 7 dias por semana e 24 horas por dia;
- Situação atual: O Termo de Referência foi concluído e seguirá para trâmites do processo licitatório.



Figura 8 - Sistema de CFTV e alarme





Fonte: Assistência Militar

7.3.6 Atualização do Sistema CARDARM

- Descrição: A Assistência Militar, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, realizou a atualização do sistema de cadastro das armas vinculadas a processos judiciais que são recolhidas pelo efetivo da 3ª CPG;
- Situação atual: Projeto executado em sua totalidade. O sistema está operando de forma satisfatória.

7.3.7 Mudança de Layout na Recepção Principal do Fórum Clóvis Beviláqua

- Descrição: Esta iniciativa mudou o posicionamento dos balcões destinados aos recepcionistas e à equipe de segurança na recepção principal do FCB, com o objetivo de otimizar o controle de acesso às dependências daquela unidade, bem como uma maior fiscalização dos policiais aos equipamentos detectores de metais;
- ii. Situação atual: Projeto executado em sua totalidade.



Fonte: Assistência Militar

7.3.8 Aquisição de scooters elétricas

- Descrição: O propósito deste projeto é otimizar o deslocamento dos policiais que garantem a segurança nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua. Estudos demonstram que *scooters* possibilitam um agente de segurança cobrir uma determinada área geográfica 5 vezes mais rápido. Neste projeto serão alugados 4 *scooters*, por um período de seis meses;
- ii. Situação atual: Uma empresa fornecedora desse tipo de equipamento cedeu, a título de empréstimo, um *scooter* para que a Assistência Militar realizasse, durante o período de um mês, testes de eficiência, praticidade e viabilidade. A experiência foi aprovada após o referido teste, e o termo de referência foi concluído. Está sendo realizada uma cotação do serviço para instruir o processo licitatório.



Figura 10 – Scooters elétricas

Fonte: Assistência Militar

7.3.9 Manutenção das Catracas do Sistema de Controle de Acesso de Unidades Judiciárias

i. Descrição: Este projeto propunha, inicialmente, contratar empresa especializada para dar manutenção nas catracas eletrônicas existentes em algumas unidades judiciárias do Estado. Todavia, foi identificado, durante o processo de cotação, que o custo de manutenção seria mais alto do que o de aquisição de novas catracas. Desta feita, a Assistência Militar produziu relatório situacional elencando várias considerações e sugerindo a aquisição de novos equipamentos;



ii. Situação atual: O relatório da Assistência Militar foi aprovado por todos os membros da Comissão de Segurança Permanente e pela Presidência do TJCE, sendo autorizada a produção do termo de referência. O Termo de Referência foi concluído e será dada continuidade aos procedimentos para abertura de processo licitatório.

7.3.10 Controle de Acesso de veículos no Subsolo do Fórum Clóvis Beviláqua

- Descrição: Atualmente, o acesso ao estacionamento do subsolo do FCB, destinado aos veículos dos magistrados, carece de meios mais eficazes de controle de acesso. Assim está sendo elaborado um termo de referência para instalação de equipamentos eletrônicos para atender de forma eficiente e segura a este controle de acesso;
- ii. Situação atual: O respectivo termo de referência foi concluído e tramitará para abertura do processo licitatório.

7.3.11 Recolhimento e Destruição de Armas

- i. Descrição: Este processo consiste em procedimentos constantes que um determinado efetivo de policiais da Assistência Militar executa por meio do recolhimento, em todas as comarcas do Estado, de armas brancas e de fogo apreendidas e que ficam atreladas a processos judiciais, evitando assim que essas unidade judiciárias fiquem propícias a invasões para furto dessas armas. Após recolhidas, as armas são acondicionadas no Deprob e posteriormente enviadas para destruição, de acordo com autorização do Exército Brasileiro;
- Situação atual: A Assistência Militar continua mantendo o recolhimento dessas armas e nesta gestão já foram recolhidas e destruídas 10.896 armas brancas e 6.384 armas de fogo.

7.3.12 Projeto de Segurança para Comarcas do Interior do Estado

i. Descrição: Este projeto contempla, inicialmente, 6 comarcas do interior do estado (Sobral, Aracati, Itaitinga, Quixadá, Juazeiro do Norte e Iguatu) que se encontram em situação emergencial de segurança. Está sendo realizado

- levantamento de equipamentos de segurança eletrônica (CFTV e Alarme) para serem implementados nessas unidade judiciárias;
- ii. Situação atual: Este projeto está sendo executado em parceria com o Departamento de Engenharia do TJCE que já realizou o projeto-base das edificações contempladas e parte do termo de referência. A Assistência Militar fez levantamento das especificações dos equipamentos que contemplarão esta solução e, em seguida, repassou ao Departamento de Engenharia para este prosseguir com o termo de referência.

8. CONTROLE INTERNO

8.1 Atividades de Gestão, Acompanhamento e Assessoramento Realizados pela Auditoria de Controle Interno

As atividades executadas relativas à gestão, ao acompanhamento e ao assessoramento foram as seguintes:

- Elaboração dos Relatórios de Atividades da Auditoria Interna do exercício
 2015 e 2016 (até meados de novembro);
- ii. Elaboração dos Planos anuais de atividades de Auditoria Interna para os exercícios 2016 e 2017;
- iii. Elaboração do Relatório sobre a situação das Contas do Tribunal de Justiça perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, exercícios 2015 e 2016;
- iv. Elaboração dos Planos de Capacitação dos servidores lotados na Auditoria Interna para os exercícios 2016 e 2017;
- v. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do TJCE;
- vi. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- vii. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);
- viii. Análise e certificação dos Relatórios Quadrimestrais da Gestão Fiscal de 2014, 2015 e 2016;
- ix. Análise e acompanhamento dos procedimentos de suprimento de fundos de 2015 e 2016:
- x. Monitoramento das recomendações e determinações formuladas em relatórios de auditoria executadas em 2014, 2015 e 2016;
- xi. Participação nas reuniões do Comitê Executivo Coex;
- xii. Emissão de pareceres nos processos de indenização de férias dos magistrados (Resolução nº 07/2011, do Órgão Especial do TJCE);
- xiii. Apoio aos órgãos de controle externo.



8.2 Auditorias Realizadas

As auditorias realizadas durante os anos de 2015 e 2016, em atendimento aos respectivos Planos das atividades de Auditoria, aprovados pela Presidência desta Corte, encontram-se relacionadas a seguir:

8.2.1 Processos Operacionais

- i. Patrimônio Imóveis;
- ii. Fermoju Recursos Arrecadados da Venda de Selos;
- iii. Despesas Exercício Anterior DEA Pessoal;
- iv. Equipamentos e Material Permanente;
- v. Locação de Máquinas e Equipamentos;
- vi. Despesas Exercício Anterior DEA Custeio;
- vii. Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- viii. Folha de Pagamento (Magistrados);
- ix. Energia elétrica;
- x. Obrigações Patronais (INSS);
- xi. Gastos com Estagiários;
- xii. Fermoju Recursos Diretamente Arrecadados Fonte 70 (duas auditorias, Relatórios 20/2015 e 02/2016);
- xiii. Gestão Creche, Esmec e Parque Gráfico;
- xiv. Contribuição ao Funaprev/Previd;
- xv. Compensação aos Registradores Civis.

8.2.2 Contratos

- i. Companhia Energética do Ceará COELCE (CT 025/2012);
- ii. Alberflex Indústria de Móveis Ltda. (CT 018/2014);
- iii. Intersept Ltda. (CT 043/2014);
- iv. Terclima Técnica Climática Ltda. (ARP 003/2014);
- v. Banco do Brasil S.A (CT 014/2015);
- vi. Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. (CT 042/2014);

vii. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CT 005/2015).

8.2.3 Tecnologia da Informação

- i. Sistema de Gestão de Recursos Humanos SAJADM GRH (Módulos:
 Recursos Humanos Cadastro e Frequência);
- ii. Sistema Gestão de Processos Judiciais 2ª Instância (Módulo de Distribuição);
- iii. Gestão Contratual de Tecnologia da Informação (Contratos da área de TI);
- iv. Sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas (CADARM);
- v. Sistema de Gestão de Processos Judiciais 1ª Instância (Módulo de Distribuição);
- vi. Softplan Planejamento e Sistemas Ltda. (CT 026/2011);
- vii. Lanlink Informática Ltda. (CT 004/2015).

8.2.4 Serviços de Engenharia

- i. Construção Fórum da Comarca de Itapipoca (CT 035/2014 C.Menezes Engenharia Ltda.);
- ii. Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria-Geral da Justiça (CT 040/2014 Metas Construções e Serviços Eireli EPP);
- iii. Complementação da reforma do Fórum da Comarca de Horizonte (CT 025/2014 JT Construção e Consultoria Ltda.);
- iv. Reforma geral com ampliação do prédio do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati (CT 017/2014 Curva Construtora e Serviços Ltda.);
- v. Complementação da reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça (CT 005/2014 Coinstel Construções e Serviços e Instalações Ltda.).

8.2.5 Extraordinárias

- i. Cálculo da GAM Unidade Oficiais de Justiça, lotados na Coman Fortaleza;
- ii. Sistema de Gestão de Processos Judiciais 2ª Instância (Módulo de Distribuição).



8.2.6 Atividades Sistemáticas

- Suprimento de Fundos: Avaliação da consistência e confiabilidade dos procedimentos; exame da observância das políticas, normas e procedimentos definidos; e emissão de relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos;
- Gestão Fiscal: Acompanhamento do ingresso das receitas e monitoramento da realização das despesas; acompanhamento do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; e monitoramento do cumprimento dos prazos de apresentação e publicação;
- iii. Tomada e Prestação de Contas Anual: Análise da conformidade das contas com os dispositivos legais aplicáveis; emissão de Relatório de Auditoria integrante do processo de Prestação de Contas; certificação da Prestação de Contas para apresentação ao Órgão Julgador; e monitoramento do cumprimento dos prazos para apresentação.

8.3 Atividades de Monitoramento

Dentre as atividades da Auditoria Administrativa de Controle Interno, convém destacar a realização de atividades de acompanhamento das recomendações e determinações insertas nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizar os gestores quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, proporcionando, assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

Nesse sentido, além das atividades realizadas ao longo dos exercícios 2015 e 2016, sofreram controles e monitoramentos as seguintes auditorias remanescentes de 2014.

- i. Relatório 04/2014 VM Locadora de Veículos Ltda.;
- ii. Relatório 06/2014 Indenizações e Restituições aos Cartórios de Registros Civis:
- iii. Relatório 10/2014 CT 46/2009 Embratec Good Card;
- iv. Relatório 13/2014 Locação de mão de obra;
- v. Relatório 14/2014 Fermoju fonte 70 Exercício 2013;
- vi. Relatório 16/2014 Material de consumo;

- vii. Relatório 18/2014 Manutenção, conservação e guarda de documentos;
- viii. Relatório 19/2014 CT 26/2010 Empresa Brasileira de Correios;
- ix. Relatório 21/2014 CT 42/2013 Gelar Refrigeração;
- x. Relatório 22/2014 Auxílio-alimentação;
- xi. Relatório 23/2014 Portal da transparência do TJCE;
- xii. Relatório 02/2015 Companhia Energética do Ceará (Coelce);
- xiii. Relatório 04/2015 Equipamentos e Material permanente.

8.4 Sistema Informatizado de Auditoria (Sisaud)

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações e determinações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário prover à Unidade de Controle Interno de uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes. A implantação desse sistema encontrase prevista no Plano Estratégico 2015-2020 do TJCE.

Diante dessa necessidade, a Audin, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, iniciou desenvolvimento do Sistema de Auditoria, solução que proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos; e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

No início do ano de 2016, após novas adequações apresentadas pela Setin, optou-se por uma solução de tecnologia híbrida, promovendo a automação dos processos das atividades de auditoria, realizadas por um *software* que receberá a modelagem dos processos desta unidade de Auditoria e garantirá sua execução com apoio de algumas funcionalidades desenvolvidas pelo Sistema Sisaud. No início de 2017, ambos encontram-se em fase de homologação.

8.5 Relatórios de Auditoria Interna

A Secretaria de Administração foi objeto de procedimentos de auditoria realizados pela Auditoria Administrativa de Controle Interno desta Corte de Justiça. Os Procedimentos de



auditoria resultaram nos Relatórios de Auditoria nº 04/2015 e nº 18/2015, referentes à Gestão Patrimonial e a Bens Imóveis, respectivamente, e nos Relatórios de Auditoria nº 13/2016 e nº 15/2016, referentes aos serviços do Departamento Editorial e Gráfico e ao Serviço de Malote (Correios). Cumpre observar que esses relatórios foram respondidos, todos os esclarecimentos e ações possíveis foram tomados, e alguns estão em fase de implementação.

8.6 Inventário Patrimonial

Ademais, no exercício de 2015, foi realizado o inventário patrimonial dos bens permanentes localizados no prédio do Tribunal de Justiça. O inventário consistiu na verificação, catalogação da situação e atualização da localização de todos os bens permanentes de propriedade deste Tribunal. Para tanto, foi realizado levantamento *in loco* em todos os setores do Palácio da Justiça.

Em 2016, ocorreram inventários parciais nas seguintes unidades do TJCE: Secretaria da 2ª Câmara Cível; Serviço de Operação da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin); depósito da Divisão de Patrimônio e Gabinete do Desembargador Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos. Também foram inventariadas as seguintes comarcas: Icó, Itaiçaba, Itapipoca, Itapiúna e Jaguaruana.

8.7 Incorporação de bens permanentes

Entre 1° de janeiro de 2015 e 30 de setembro de 2016, o Tribunal de Justiça incorporou ao seu patrimônio, por meio de compra, doação, contrato e pendência de inventário, um total de 9.018 bens permanentes.

Em 2015 foi incorporado ao acervo de bens do Poder Judiciário cearense, um montante de 2.726 bens de informática (monitores, CPUs, *nobreaks* e *scanners*) oriundos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Bem como a incorporação de 30 bens do Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico do Governo do Estado do Ceará – CGDT, por meio do contrato de gestão 01/2012 celebrado entre o TJCE e a referida entidade.

Em 2016, houve a doação de seis microcomputadores completos oriundos da Faculdade Leão Sampaio (Fiúsa Educacional) para o Cejusc da comarca de Juazeiro do Norte. Houve ainda a doação de 2.109 materiais de informática por parte do CNJ. Por fim, a empresa Kentish efetuou a doação de 970 móveis (cadeira interlocutor fixa sem braço).

9. COMUNICAÇÃO

9.1 Notícias e Canais de Divulgação

O site, a intranet, o Facebook, o Twitter, o boletim eletrônico e o boletim de rádio são os principais meios utilizados diariamente pela Assessoria de Comunicação Social para divulgar as notícias da Justiça estadual. Além desses canais, a unidade produz o programa de TV "Judiciário em Evidência", o Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário. Também criou, em 2015, a "Rádio Corredor", com informes sobre os principais assuntos do dia.

Para a produção de notícias, a Assessoria conta com as agendas diárias das atividades dos desembargadores e gestores do Poder Judiciário e tem como fontes de informação o Diário da Justiça, cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras de Direito Público e Privado, parceiros e especialistas.

A Assessoria de Comunicação Social produziu 4.280 matérias para a página da Internet e Intranet do Tribunal no biênio 2015-2016, as quais 2.300 foram replicadas pela mídia. Ao todo, os meios de comunicação externos publicaram 7.121 matérias citando o Judiciário cearense, sendo 80% delas com viés positivo. Isso demonstra o esforço da Assessoria em divulgar ações e eventos que favoreçam a imagem da Justiça estadual.

Houve ainda envio de sugestão de notas e pautas para os principais veículos de comunicação do Estado e para o CNJ, a Rádio Justiça e TV Justiça. A unidade também elaborou 86 programas do "Judiciário em Evidência". Além disso, produziu campanhas institucionais. A seguir, o relatório mostra a descrição detalhada das atividades.

9.2 Redes sociais

O aumento do número de acessos ao Facebook e Twitter foi uma ação intensamente trabalhada nesta gestão. A estratégia consistiu em não apenas replicar matérias produzidas, mas utilizar linguagem própria das redes sociais e elaborar artes lúdicas, educativas e campanhas para interação com público interno e externo. Como resultado, o Facebook e o Twitter totalizaram 19.030 seguidores, o dobro em relação a dezembro de 2014, quando eram 9.501.



9.3 Programa de TV

O "Judiciário em Evidência", produzido pela Assessoria de Comunicação desde 2012, é exibido semanalmente nas emissoras TV Assembleia, TV O Povo e TV Fortaleza. Também é veiculado no site, na intranet do TJCE e no YouTube. Entre o biênio 2015-2016, foram produzidas 270 reportagens e notas e 86 entrevistas, distribuídas em 86 programas. A Assessoria enviou ainda 23 VTs de reportagens para a TV Justiça, emissora nacional do Supremo Tribunal Federal.

9.4 Boletins de Notícias

Além de disponibilizar as matérias no site e nas redes sociais do TJCE, a Ascom edita diariamente dois boletins; um, às 16h, direcionado às rádios (Capital e Interior), e outro, no final da tarde, para *mailing* com aproximadamente 1.000 contatos cadastrados, entre veículos de comunicação, jornalistas e autoridades. O *mailing* foi ampliado com objetivo de fortalecer a imagem do Judiciário, sobretudo no Interior do Estado, com a inserção de contatos dos principais *blogs* e portais de notícias das diversas regiões do Ceará. Também passaram a ser públicos-alvo dos nossos produtos de comunicação instituições como Ordem dos Advogados do Brasil; procuradorias Federal, Estadual e Municipal; Defensoria Pública do Estado; secretarias de Estado e parlamentares estaduais e municipais.

A Setin criou sistema para produção e envio dos boletins em formato *newsletter*, com *layout* funcional, facilitando o acesso às principais notícias.

9.5 Revista e Jornal

O Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário são canais de comunicação com o público interno e externo. Procuram mostrar as ações empreendidas pela Justiça cearense, para além da questão jurisdicional, valorizando projetos de interesse da sociedade. A revista tem circulação semestral. Já o Jornal do Judiciário é confeccionado mensalmente. O informativo tem o objetivo de divulgar os principais serviços oferecidos pelo Judiciário, em linguagem acessível e dinâmica. As edições ficam disponíveis no portal do TJCE no menu "Imprensa". Neste biênio, foram elaborados 12 jornais e 4 revistas.

9.6 Clipping

A equipe da Assessoria monitora diariamente as notícias publicadas nos jornais Diário do Nordeste, O Povo e O Estado, além de 50 *blogs* e sites. A lista de sites foi ampliada para incluir conteúdos produzidos por jornalistas e blogueiros do Interior do Estado. As matérias clipadas ficam disponíveis em uma plataforma na Intranet, para acesso por parte de magistrados e servidores, que podem utilizar as informações para fins estratégicos.

Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada – a Total Clipping de Notícias – contratada em 2015 por meio de pregão.

A Ascom também é responsável por fazer análise quantitativa e qualitativa das matérias produzidas pelo setor. Por meio do *clipping*, a unidade verifica quais *releases* foram aproveitados pela mídia e classifica o conteúdo publicado nos jornais e sites como positivo ou negativo.

9.7 Campanhas Institucionais

Entre as principais ações realizadas no período estão as campanhas de incentivo ao acesso às redes sociais do TJCE. A Assessoria de Comunicação Social, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará, realizou campanha com elaboração de informativos sobre os objetivos do Plano Estratégico 2015-2020, para reforçar a importância do documento entre os servidores. Na parte de criação, a Assessoria produziu o *layout* de peças de comunicação visual para os banheiros; projeto gráfico e a diagramação do Jornal do Judiciário e do Judiciário em Revista, além de mais de duas mil peças para o Facebook do Tribunal. Elaborou ainda *layout* da agenda e do calendário a serem entregues no final do ano de 2015 e de 2016. As campanhas institucionais elaboradas pela Assessoria de Comunicação foram as seguintes:

- i. Dia da Mulher (série de matérias e *banner* na intranet);
- ii. Páscoa (banner na intranet);
- iii. Dia das Mães (série de matérias e banner na intranet);
- iv. Semana da Justiça Pela Paz em Casa (banner);
- v. 10 anos Lei Maria da Penha (série de matérias com *banner* e arte para as redes sociais);
- vi. Ouvidoria (cartaz e banner intranet);



vii. Campanha para Facebook (Atenção Eleitores; Doação de Órgãos; Vossa Excelência, o Seu Juiz; entre outras campanhas educativas).

9.8 Atendimento à Imprensa

A Assessoria de Comunicação Social atendeu a cerca de 500 demandas de imprensa no período de 2015-2016 sobre os mais diversos assuntos, como pedidos de entrevistas e solicitação de dados, processos etc. A Ascom também atende às solicitações da imprensa durante eventos promovidos pela Justiça estadual e organiza entrevistas.

9.9 Rádio Corredor

Em 2015, a Assessoria criou a "Rádio Corredor", que utiliza o sistema de som do Palácio da Justiça para divulgar informes sobre os principais assuntos do dia. Ao todo foram produzidos 356 informes de rádio.

9.10 Programa Justiça e Cidadania

O Programa Justiça e Cidadania tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos. O programa, executado pela Assessoria de Cerimonial, contemplou de fevereiro de 2015 a novembro de 2016 um total de 4.885 estudantes.

9.11 Implantação do novo Portal do TJCE na internet

Tendo como objetivo permitir ao cidadão acesso mais fácil e rápido às informações e serviços do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi promovida a reformulação do Portal do TJCE na rede mundial de computadores. Mais interativo, o site acompanha as mudanças na área de comunicação, informação e tecnologia pelas quais passa a sociedade.

Uma das inovações foi a elaboração de um sistema responsivo (ajustável) para várias plataformas de comunicação (tablets, smartphones ou desktops). Ou seja, a ferramenta

garante maior interatividade e amplia o acesso aos cidadãos.

O compartilhamento do conteúdo nas redes sociais e o envio de informações via correio eletrônico, diretamente do site, também serão possíveis. Outra novidade será a identificação das notícias por meio do *QRCode*. Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do *QRCode*, compartilhar notícias por meio de smartphones ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

Mais leve e simples, a concepção do novo site favorece a distribuição das informações que estejam em conformidade com os serviços mais buscados e acessados. Também leva em consideração a divisão dos serviços por perfis de usuários, dando mais visibilidade aos serviços oferecidos pela Justiça cearense.

O novo portal foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação, no âmbito do Projeto Estratégico de Modernização dos Portais.

9.12 Implantação da Rede Colabore

Com o objetivo de desenvolver a cultura de inovação, de compartilhamento de conhecimentos, ideias e boas práticas entre magistrados, servidores e demais colaboradores, foi implantada uma nova ferramenta de trabalho virtual no âmbito da intranet do TJCE, a Rede Colabore.

A medida foi regulamentada por meio da Portaria nº 1.087/2016. A ideia foi aperfeiçoar a comunicação institucional e fomentar o processo de inovação nas atividades administrativas e judiciárias deste Poder.

A Rede Colabore conta com um gerenciador de perfil, onde usuários poderão inserir as informações profissionais para fins de alimentação de um "banco de talentos". Além disso, possui comunidades que contam com fórum de discussão, blog, gerenciador de documentos e *wiki* (página editável), de forma que grupos de pessoas possam compartilhar diversas formas de conteúdo. Ou seja, a ferramenta vai garantir maior interatividade entre os colaboradores.

A iniciativa fez parte do projeto estratégico "Projeto de Modernização dos Portais" e foi desenvolvido pelas equipes da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação.

10. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS

10.1 Fórum Clóvis Beviláqua

10.1.1 Criação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição da Fazenda Pública, da Família e de Execuções Penais

A criação de Secretarias Únicas Especializadas está relacionada com a otimização e padronização dos procedimentos judiciais, visando promover maior celeridade, produtividade e efetividade da prestação jurisdicional.

O objetivo desta nova unidade é concentrar os serviços relacionados à execução de despachos, decisões e sentenças, como a produção de mandados, ofícios, cartas, publicações para o Diário da Justiça, entre outros.

Com o modelo unificado, os magistrados contarão com seu gabinete e uma sala de apoio, destinada à sua equipe de assessoria, formada por um diretor, um analista judiciário, outros dois servidores e dois estagiários.

A Lei nº 15.833/15, de 27/07/2015, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário, criou quatro Secretarias Judiciárias de 1º Grau, sendo uma de vara da Fazenda Pública, que anteriormente funcionava como projeto-piloto, duas de Varas da Família e uma de Vara de Execuções Penais.

- i. Progressos: Criação dos cargos de Supervisor e Coordenador de Secretaria Judiciária de 1º Grau realizada em agosto de 2015; adequação da estrutura física para instalação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro de 2015; adequação dos fluxos de trabalho do SAJ para as Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizada em outubro de 2015; treinamento dos servidores das Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizado em outubro e novembro de 2015; e instalação de equipamentos (computadores, mesas, armários) das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro e novembro de 2015; e implantação do Módulo da Coman Digital para as unidades contempladas pelas Secretarias Judiciárias.
- ii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Secretarias de Vara da Fazenda
 Pública, da Família e de Execuções Penais, Departamento de informática,
 Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e Departamento de



Administração.

10.1.2 Criação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza

Por meio da Resolução nº 14/2015 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça foi instituída, no Fórum Clóvis Beviláqua, a Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza, visando atender a uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que objetiva apresentar presos em flagrante a um juiz, no menor tempo possível. Contando com quatro juízes divididos em quatro salas, a Vara realiza uma média de 40 audiências por dia, que acontecem no período da tarde, sendo que, em 3 meses de funcionamento, 1.360 audiências de custódia já haviam sido realizadas.

10.1.3 Implantação das Salas de Audiência das Varas Cíveis

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua instalou as novas salas de audiência das Varas Cíveis de Fortaleza. Ao todo, serão instaladas 19 salas de audiências para atender às 39 Varas Cíveis da Capital. Inicialmente, foram implementadas dez salas que serão compartilhadas entre 20 unidades (10^a, 11^a, 16^a, 17^a, 18^a, 19^a, 20^a, 24^a, 26^a, 27^a, 30^a, 31^a, 32^a, 33^a, 34^a, 35^a, 36^a, 37^a, 38^a e 39^a). As demais varas só serão contempladas quando estiverem com a digitalização dos processos finalizada.

Pelo modelo anterior as audiências eram realizadas nas Secretarias das unidades judiciárias. A mudança de local traz maior privacidade às partes, pois os magistrados poderão trabalhar com mais tranquilidade, e desafoga as Secretarias das varas, que agora ficarão restritas apenas à produção jurídica.

10.1.4 Controle de Acesso de Pessoas às Varas Criminais

A Diretoria do Fórum adotou controle de acesso às Varas Criminais para vítimas e testemunhas de acusação que precisam comparecer ao Fórum Clóvis Beviláqua para participar de audiências criminais. Dessa forma, os juridicionados citados terão um espaço reservado, onde aguardarão até serem chamados a prestar depoimentos.

A medida visa evitar que tenham contato com réus e testemunhas de defesa, de modo a prevenir a ocorrência de qualquer tipo de intimidação ou ameaça, bem como preservar

a segurança de todos que frequentam e trabalham no prédio.

10.1.5 Projeto Judiciário e Família, uma Parceria pela Paz

Durante a realização das Oficinas de Família — projeto criado pelo CNJ e desenvolvido pelo Cejusc/FCB desde 2014 - surgiu a ideia de desenvolver um projeto específico para os casais envolvidos em violência doméstica.

Em um primeiro momento, no desenvolvimento dos trabalhos da Oficina do Divórcio, ou de Família, como se prefere nominar, alguns casais envolvidos em situação de violência doméstica passaram pelas oficinas em razão da existência de disputas também nas Varas de Família.

A experiência com essas famílias permitiu constatar que o formato da oficina, preventivo e educativo, era aplicável, com alguns ajustes, às famílias envolvidas na violência. Posteriormente, em fase experimental, alguns casais foram encaminhados pelo Juizado da Violência Doméstica para as oficinas. Com isso, nasceu o projeto "Família e Justiça, uma parceria pela paz", voltado exclusivamente para as famílias inseridas no contexto da violência doméstica. O projeto foi desenvolvido e encontra-se na fase de implementação, procurando-se por parcerias.

10.1.6 Reforma para adequação do acesso à Seção de Certidões

A Seção de Certidões, vinculada ao Departamento de Atividades Judiciárias, passou por uma reforma estrutural, com a alteração da porta de acesso ao público, o que permitiu a readequação do fluxo de usuários do setor.

Atualmente o usuário que se dirige à Seção de Certidões não necessita mais realizar o seu cadastro para entrar no Fórum, pois o acesso à sala é independente, o que levou a uma redução de cerca de 400 pessoas por dia para realizar o cadastro de acesso e a redução do tempo de espera para solicitar uma certidão.

10.1.7 Central Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC

A Central Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC presta um serviço disponibilizado pelo Fórum Clóvis Beviláqua, cujo objetivo é dar celeridade às comunicações dos atos processuais ao indiciado, réu ou apenado preso, e os cumprimentos de alvarás de



soltura, regulamentada pela Portaria nº 58/2013, publicada em 28 de janeiro de 2013 no Diário da Justiça do TJCE. A partir da Reestruturação Administrativa do Poder Judiciário do Ceará, ocorrida em agosto de 2015, foi formalizada a estrutura administrativa da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal, que passou a possuir um coordenador para fiscalizar e auxiliar nas atividades realizadas pela equipe do Tribunal de Justiça e demais colaboradores da unidade, equipe CIAAC/SSPDS e equipe CIACC/Sejus.

A CIAAC realiza e elabora atividades internas a fim de assegurar o controle e a eficiência das atividades prestadas pela equipe; motivar, incentivar e promover uma qualidade de trabalho favorável para os colaboradores lotados neste setor, considerando que mensalmente são trabalhados aproximadamente 800 ofícios requisitórios, 120 alvarás de soltura e mais de 400 autos de prisão em flagrante referentes às audiências de custódia.

10.1.8 Projeto "Semana da Justiça Pela Paz em Casa"

- i. Objetivo: Promover a responsabilidade social a partir da execução de atividades multidisciplinares, preventivas e culturais, como complemento à prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência, durante as "I e II Semanas da Justiça pela Paz em Casa". As respectivas ações foram coordenadas pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da Secap.
- ii. Entregas previstas: Foram realizadas durante as duas edições do Projeto, nos meses de março e agosto de 2015, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, atividades como oficinas de geração de renda, palestras de conscientização sobre a saúde física e mental, orientação nutricional, vacinas, aplicação de flúor, dentre outras.
- iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e Setor Médico do Fórum.
- iv. Parceria externa: Faece/Fafor; Posto de Saúde Matos Dourado; Associação dos Cabeleireiros do Estado do Ceará; Associação Mãos que Criam; e profissionais autônomos (artesãs).
- v. Progressos: Até a 2ª edição do projeto, foram beneficiadas em média 400 pessoas.

- i. Objetivo: Transmitir aos jovens estudantes conhecimentos relevantes sobre a violência, suas causas e consequências, sensibilizando-os para a formação de cidadãos mais conscientes de seus deveres em prol da paz social, além da promoção da práxis educacional, como método de garantir maior aprendizado dos alunos graduandos em curso de Direito das faculdades de Fortaleza. O Projeto foi coordenado pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da Secap, durante o período de 14 a 18 de setembro de 2015.
- ii. Progressos: Foram realizadas ações como palestras em escolas públicas estaduais de Fortaleza sobre temas do cotidiano da sociedade vinculados à Justiça; orientação jurídica às partes processuais que comparecerem ao Fórum durante o evento e participação como ouvintes de estudantes universitários nas sessões de julgamento. A 1ª edição do projeto beneficiou 686 estudantes.
- iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, e Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.
- iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará e Instituições de Ensino Superior de Fortaleza.

10.1.10 Projeto "O Fórum Mais Próximo da Sociedade"

Por estar sendo executado desde 2007, o projeto tornou-se referência, sendo incluído na iniciativa "Conhecendo o Judiciário e sua História", do Programa Justiça e Cidadania, instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05/2011, publicada no DJ de 2 de setembro de 2011.

- i. Objetivo: Despertar a comunidade estudantil (alunos de graduação e alunos de nível médio de escolas públicas e particulares de Fortaleza) para a conscientização da função social do Poder Judiciário, por meio do conhecimento da estrutura e funcionamento da Justiça cearense.
- Progressos: Projeto contínuo, realizado desde 26 de abril de 2007, com ciclos semestrais de visitas. Foram recebidos 4.442 estudantes durante o biênio 2015-2016.
- iii. Unidades envolvidas: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE,



Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, Seção de Capacitação e Secretarias de Vara do Fórum.

- iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por meio da Sefor, para realização de calendário anual de visitas de escolas públicas, tanto profissionalizantes quanto de ensino médio.
- v. Fase atual: Planejamento de novas ações a serem executadas a partir de 2017, buscando beneficiar principalmente os alunos de escolas públicas estaduais.

10.1.11 Projeto Gestão Limpeza

O Projeto Gestão Limpeza foi iniciado em março de 2015 com a pesquisa de avaliação para obter a percepção dos servidores em relação à limpeza e direcionar caminhos a serem traçados com os funcionários da limpeza, juntamente com o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.

A primeira pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do Fórum teve a participação de 100 gestores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos a esse serviço, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado na intranet do Fórum. Foi apurada na pesquisa uma avaliação negativa de 66% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza.

Em março de 2016, foi realizada uma nova pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do fórum que teve a participação de 109 servidores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos ao serviço de limpeza, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado na intranet do fórum e também enviado, via *e-mail*, para todos os servidores lotados no Fórum. Foi apurado na pesquisa uma avaliação positiva de 63% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza. A partir da pesquisa, foi possível coletar sugestões, elogios e críticas, que subsidiaram a criação de um plano de ação para o tratamento das oportunidades de melhorias. As unidades envolvidas com este projeto são o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

A seguir apresentamos o Plano de Ação do Projeto Gestão Limpeza para o ano de 2016:

Quadro 7 – Ações executadas pela Diretoria do Fórum no âmbito do Projeto Gestão Limpeza

Projeto Gestão Limpeza – Ações executadas

Sensibilização e Prevenção → Pesquisa de avaliação, análise do consumo de material, sensibilização dos supervisores e auxiliares, instituição de reuniões periódicas com os supervisores

Despoluição Visual → Regularização das placas de orientação, política de divulgação das informações e placas de proibido fumar

Acesso e Acessibilidade → Reparo do elevador central

Manutenção e Limpeza → Substituição das lixeiras quebradas, programa de desligamento das luzes internas do prédio, redistribuição dos auxiliares de limpeza, mutirão de limpeza do Fórum

Também foram realizadas ações contínuas e pontuais realizadas pela equipe do projeto, juntamente com a Diretoria do Fórum:

Troca do fornecedor do material de limpeza, resultando em melhoria na qualidade dos produtos

Fornecimento de novos uniformes e equipamentos de proteção individual (botas, luvas e máscaras) a todos os auxiliares de serviços gerais

Maior agilidade da substituição de auxiliares de serviços gerais que tenham faltado ao trabalho

Capacitação de profissionais para realizar a limpeza das vidraças externas, conforme as normas do Ministério do Trabalho, garantindo a segurança dos auxiliares

Mutirões de limpeza, realizados nas salas de audiências das Varas Cíveis e no Setor de Arquivo do Fórum

Retirada dos cartazes fixados nos corredores sem autorização

Troca de lixeiras quebradas

Envio de ofício circular, reforçando a proibição de fumar nas dependências do prédio, em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.294/96 (alterada pela Lei Federal nº 12.546/2011)

Intensificação da limpeza nas áreas externas, incluindo vidraças das fachadas, jardins, pátios e estacionamentos

Realizado treinamento com os auxiliares e a higienização de todos os aparelhos de gelágua do prédio, no total de 250 bebedouros

Higienização nos salões do Júri e Auditórios

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

10.1.12 Projeto "Oficina Pais e Filhos"

A Oficina Pais e Filhos é um projeto desenvolvido pelo CNJ, com base em estudos, práticas e projetos educacionais, que tem por finalidade auxiliar e sensibilizar, de forma preventiva e educativa, os pais no enfrentamento da ruptura familiar, por meio de recursos didáticos que os levam a compreender o momento por que estão passando, e de técnicas capazes de auxiliar a resolução autônoma de seus conflitos e orientar sobre os efeitos negativos de uma abordagem destrutiva com seus filhos.

As Oficinas de Pais e Filhos resultaram da parceria entre o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec), com o apoio e colaboração do Núcleo de Apoio à



Jurisdição (NAJ).

A Oficina foi projetada para acontecer em um único encontro, com duração de quatro horas, contendo apresentação de vídeos, período para questionamentos, discussões, práticas das habilidades desenvolvidas e atividades lúdicas apropriadas para crianças e adolescentes. São disponibilizadas quatro salas para os dias dos eventos, sendo duas para os pais, uma para as crianças e uma para os adolescentes.

Na Oficina de pais, os casais permanecem em salas separadas, a fim de evitar quaisquer conflitos, bem como para que a presença de um não iniba a participação do outro. Entretanto, as salas são propositadamente mistas, no intuito de criar oportunidade para que os homens ouçam o ponto de vista das mulheres e vice-versa. Na Oficina de filhos, há uma sala para crianças de 6 a 11 anos e uma para adolescentes de 12 a 17 anos.

A Oficina é idealizada pela psicóloga do Cejusc e realizada por uma equipe de dez voluntários, composta por psicólogos, pedagogos e mediadores capacitados em curso de formação de facilitadores, com carga horária de 21 horas.

Até o mês de dezembro de 2016, foram realizadas 19 edições do projeto, totalizando 466 adultos, 208 crianças e 112 adolescentes contemplados com a nova metodologia de trabalho dos conflitos familiares.

10.1.13 Projeto "Os Desafios da Parentalidade"

O projeto tem como objetivo o fortalecimento do diálogo por meio da interação entre os participantes. O grupo é formado por pais que se defrontam com o momento de ruptura familiar e enfrentam questões semelhantes. Assim, procura-se oferecer às partes um espaço seguro e terapêutico para expor suas angústias, dúvidas e possíveis soluções, assegurado o sigilo de tudo aquilo que for compartilhado.

Durante as oficinas, são disponibilizados formulários de solicitação de agendamento de aconselhamento psicológico, que consiste em uma técnica orientada para a ação, com foco no presente, de curta duração, centrada na prevenção e na resolução do problema do sujeito e processo de tomada de decisões, confronto com crises pessoais, melhoria das relações interpessoais, promoção de autoconhecimento e da autonomia pessoal e, ainda, nos sentimentos, pensamentos, percepções e na facilitação da transformação comportamental.

10.1.14 Projeto Geladoteca

Ao Cejusc incumbe, além da prática e incentivo à autocomposição dos conflitos, proporcionar ações de exercício da cidadania. Ciente do seu papel institucional, da hostilidade e do desconforto da espera pelas sessões de mediação e conciliação, sobretudo em razão da falta de humanização no atendimento e de climatização do Fórum, o Centro Judiciário, no intuito de propiciar um ambiente mais harmonioso aos jurisdicionados e de estimular o hábito da leitura como ferramenta do pensamento crítico, base para o exercício da cidadania, implantou o Projeto Geladoteca.

Referido projeto consiste na transformação de geladeiras obsoletas em bibliotecas, disponibilizadas na frente das salas de audiência, as quais contêm, em seu interior, material literário para todas as faixas etárias.

Para o desenvolvimento do projeto, o Cejusc recebeu duas geladeiras doadas pelo Departamento de Patrimônio do Tribunal de Justiça, que foram reformadas e pintadas pelos funcionários do Cejusc/FCB.

10.2 Gestão de Precatórios

As ações empreendidas pela Assessoria de Precatórios no tocante à gestão administrativa foram:

- Adequação da estrutura física desta Assessoria, passando a figurar com novo layout estabelecido por projeto apresentado e executado pela Secretaria de Administração (Secad);
- Projeto de capacitação interna, com o envolvimento de toda a equipe de trabalho, por meio de ciclo de palestas e debates, compreendendo o compartilhamento de matéria de interesse desta Assessoria;
- iii. Implementação, no Sistema de Automação do Judiciário SAJSG, de novos fluxos de trabalho, propiciando maior dinamismo e eficiência na tramitação dos feitos;
- iv. Promoção de melhorias no sistema SAPRE, em parceria com a Setin, objetivando agilizar o cadastramento e envio de novos requisitórios pelos juízos da execução;
- v. Compartilhamento do modelo de gestão atualmente adotado por esta Assessoria com os Tribunais de Justiça do Estado de Sergipe, do Rio Grande



- do Norte e de Roraima, por meio de visitas técnicas a este Tribunal de Justiça, promovendo integração e troca de experiências entre as diversas Cortes do país;
- vi. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sediou, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2015, a 1ª Reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, quando feita sua instalação, 1ª reunião de trabalho e eleição dos dirigentes para o biênio 2015-2016, ocasião em que foi aclamado como Secretário Geral o Magistrado Francisco Eduardo Fontenele Batista, Juiz Supervisor da Assessoria de Precatórios.

10.3 Secretaria de Administração

Durante o biênio que compreende os anos de 2015 e 2016, a Secad empreendeu ações que resultaram em inovação, melhoria nos procedimentos, redução de custos, enfim no alcance dos objetivos organizacionais deste Tribunal. Dentre as atividades desenvolvidas no período em questão, destacam-se:

- i. Aquisição de mobiliário para equipar 26 Cejuscs do Interior do Estado;
- ii. Melhoria dos procedimentos do leilão, por meio da elaboração do Termo de Referência para Cadastramento de Leiloeiros, culminando com o Leilão Público nº 01/2016;
- iii. Concepção do Manual de Gestão de Materiais, compreendendo, além da descrição detalhada dos procedimentos, a parte normativa pertinente. A versão 1.0 do manual foi disponibilizada em setembro de 2016;
- iv. Adesão, no ano de 2015, ao programa ECOELCE. Essa iniciativa inovadora permite ao TJCE a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia elétrica;
- Redução do custo dos contratos de locação de veículos do TJCE de 38,4%.
 Outras iniciativas foram adotadas, como a adoção de cartões eletrônicos para melhor controle dos abastecimentos dos veículos;
- vi. Readequação dos perfis de consumo de materiais dos setores do TJCE, do Fórum Clóvis Beviláqua e das comarcas do Interior do Estado. Esse trabalho teve como resultado em 2016 uma redução nos gastos em 19,57% em comparação com o ano anterior;

vii. Redução do custo do contrato de impressão de 67,5%, passando de R\$ 412.356.00 por ano, para R\$ 134.160,00.

10.3.1 Gestão de materiais

No intuito de proporcionar maior padronização das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração, foram mapeadas e manualizadas todas as atividades relacionadas à gestão de materiais no âmbito do TJCE, dando origem ao Manual de Gestão de Materiais, que regulamenta os procedimentos e padroniza as atividades dos setores de Almoxarifado e Patrimônio. O referido instrumento irá orientar e disciplinar a Política de Gestão dos Materiais de Consumo e Permanentes no âmbito do TJCE.

10.3.2 Desfazimento de bens permanentes

Durante o biênio 2015-2016, houve a desincorporação de 1.116 itens do acervo patrimonial do TJCE. Destaque-se que, no ano de 2015, aconteceu a doação de bens inservíveis à Secretaria Estadual de Justiça - Sejus e em 2016 aconteceu a baixa de 152 bens de informática em período de garantia, os quais apresentaram defeitos e foram substituídos por novos bens com valor e qualidade igual ou superior.

10.3.3 Orientação aos condutores

Primando pela capacitação constante, assim como para contribuição de um trânsito mais seguro, foi organizada palestra, em 22 de outubro de 2015, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, cuja temática foi desenvolvida pela servidora do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Ângela Maria, que falou sobre direção defensiva, acidentes evitáveis e não evitáveis, e multas. Também explicou sobre o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), educação no trânsito é direito de todos e sistema nacional de trânsito, entre outros assuntos. Em 18 de fevereiro de 2016, aconteceu uma segunda palestra com o tema "Violência Urbana x Violência no Trânsito" ministrada pelo agente de trânsito Alexandre de Oliveira Azevedo.



10.3.4 Manual de serviços postais

Tornou-se essencial a elaboração de um manual de procedimentos, com dicas e orientações de utilização dos serviços contratados, substituição dos cartões de postagem de cada unidade e criação de um novo banco de dados para o Sistema de Gerenciamento de Postagem, para uso eficiente dos serviços de postagem no Poder Judiciário e adequado controle por parte do Setor de Malotes, atividades em desenvolvimento nesta unidade.

10.4 Implantação de Painel de Informações protocolo/distribuição do TJCE

Instalação, no *hall* de entrada do Protocolo, de painel eletrônico informativo que apresenta, em tempo real, o quantitativo de processos protocolados e distribuídos, por período diário, semanal e mensal, com o intuito de promover transparência aos trabalhos daqueles setores, além de servir como instrumento de gestão.

10.5 Aprimoramento da Consulta jurisprudencial – Base de Julgados

Foi promovida a correção, aprimoramento e capacitação da ferramenta do sistema SAJSG, que permitiu a consolidação e a busca do inteiro teor das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, oferecendo aos assessores, magistrados e operadores do direito informações essenciais à fundamentação das decisões e à instrução processual.

10.6 Realização da I Semana de Direito Processual Civil, em colaboração com a Presidência e Vice-Presidência do TJCE

Com o objetivo de capacitar e atualizar os servidores do Tribunal de Justiça e o público em geral, foram proferidas palestras - no período de 2 a 6 de maio de 2016 – abordando temas do novo Código de Processo Civil, contando com a participação de diversos estudiosos e operadores de Direito, a saber: Montovane Colares (Juiz de Direito), Nagibe de Melo Jorge Neto (Juiz Federal), Elizabeth Alecrim Soares Coelho (mestre em Direito Constitucional), Damião Soares Tenório (Procurador do Estado), Emilio Viana (Juiz de Direito), Carlos Marden Cabral Coutinho (Procurador Federal), Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão (Consultor

Jurídico do TJCE), Daniel Gomes de Miranda e Pablo Nobre Aragão (Assessor de Desembargador).

10.7 Eventos

Seguem tabelas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 60 – Eventos de janeiro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
30 de janeiro	16h	Posse dos novos dirigentes do Poder Judiciário cearense	Auditório Tribunal Pleno

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 61 – Eventos de fevereiro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
2 de fevereiro	10h	Transmissão do Cargo de Corregedor	Auditório Corregedoria
3 de fevereiro	14h	Entrega de Certificados do Curso de Mediação	Hall 1° Andar
4 de fevereiro	14h	1ª Reunião para Elaboração do Plano Estratégico em TI 2015-2020	Auditório da Esmec
6 de fevereiro	10h	Posse do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	1º Salão do Júri
11 de fevereiro	17h	Posse do Diretor da Esmec	Auditório da Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 62 – Eventos de março – 2015

Data	Hora	Evento	Local
	9h	Visita de Alunos da Escola Municipal Antonio Correia Lima	TJCE
4 de março	14h	Visita de Alunos da Escola Estadual Dom Antonio Batista de Fragoso	TJCE
5 a 6 de março	9h30 às 18h	I Encontro Nacional de Ouvidores dos TJs	Aquário TJCE
6 de março	8h	Abertura das comemorações do Dia Internacional da Mulher e a Semana da Justiça pela Paz em Casa com a presença da Ministra Carmen Lúcia	Hall 1° andar
9 de março	9h	Reunião com a Ministra Nancy Andrighi – Corregedora Nacional de Justiça, e Magistrados das Varas de Execução Fiscal TJCE	Aquário TJCE
	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Manoel Rodrigues	TJCE
11 de março	14h	Visita de alunos da Escola Municipal Em-Professor José Parsifal Barroso	
12 de março	13h	Visita de alunos da Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa de Redenção-CE	TJCE
13 de março	16h	Encerramento da Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Mulher
18 de março	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Em-Professor Martinz de Aguiar	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal EM -Reitor Pedro Teixeira	TJCE



Data	Hora	Evento	Local
		Barroso	
26 de março	19h	Lançamento do livro "Vida Introspecta – poemas e devaneios" do Des. Francisco Bezerra Cavalcante	Esmec
27 de março	14h	Palestra sobre o novo CPC com Ministro Bruno Dantas – TCU, Fredie Didier, Min. Napoleão Nunes Maia e Dr. Juvêncio Vasconcelos	Esmec
31 de março	10h	Palestra "Gestão por Resultados e Competências – Resultados"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	14h30	Palestra de Magistrado na Escola de Ensino Fundamental e Médio - José Bezerra de Menezes	Escola

Tabela 63 – Eventos de abril – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1° de abril	11h	Assinatura de convênios do Projeto Aprendizes da Liberdade e Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social	Sala de Convivência
	9h	Reunião de Audiência de Custódia	Pleno Aquário
7 de abril	9h	Visita de alunos da EEFM Mário Hugo Cidrack	TJCE
7 de aoin	14h	Visita de alunos da EEFM Caic Raimundo Gomes de Carvalho	TJCE
8 de abril	10h	Reunião da Presidente com todos os Desembargadores	Restaurante dos Desembargadores
o de aom	16h	Solenidade de Posse da Desa. Lisete de Sousa Gadelha – Cejai e Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes – CIJ	Hall 1° andar
9 de abril	10h	Reunião da Presidente com todos os Magistrados da Capital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
10 de abril	10h	Reunião da Equipe Técnica do TJCE com todos os Servidores do TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
11 de abril	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macedo)
14 de abril	8h	Visita de Alunos da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	TJCE
14 de aoin	9h	Reunião da Desa. Lisete – Cejai com responsáveis por abrigos	Aquário
	8h30	Visita de Alunos da EM Colônia Z-8	TJCE
22 de abril	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício da Desa. Iracema Vale	Capela TJCE
	14h30	Visita de alunos da EM Dom Aloisio Lorscheider	TJCE
23 de abril	14h30	Palestra de Magistrado na EM Dom Fragoso	Escola (Av. Francisco Sá, 7945)
24 de abril	14h30	Palestra de Magistrado na EEFM Dr. César Cals	Escola (Av. Dom. Olímpio, 1800)

Tabela 64 – Eventos de maio – 2015

Data	Hora	Evento	Local
8 de maio	10h	Solenidade em homenagem às mães do Poder Judiciário cearense	Hall 1° andar
11 de maio	11h	Palestra do Dr. Vitor Valin pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio

			Lorscheider
	11h	Reunião da Cejai - Projeto OLA	Sala de Convivência
	1111	Redinao da Cejar 110jeto OE/1	
	12h	Culto em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Hall 1° andar
12 de maio	12h	Missa em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Capela Nossa Sra. de Fátima
	15h	Assinatura de convênio com Sejus de ressocialização de apenados	Sala Presidência
14 de maio	10h	Palestra Dra. Clarissa Nobre pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
14 de maio	14h	Palestra pessoal UNICEF pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
19 de maio	15h	Solenidade de lançamento do Selo de Responsabilidade Judiciária	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória
20 de maio	Dia Todo	Dia de Valorização do 1º Grau	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 a 29 de maio	9h30 às 12h	Curso de Licitação	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
26 de maio	17h	Solenidade de Posse das Juízas de Direito Lígia Andrade de Alencar Magalhães e Lira Ramos de Oliveira como Desembargadoras	Pleno TJCE
29 de maio	10h	Entrega dos Selos Precatórios (Responsabilidade Judiciária)	

Tabela 65 – Eventos de junho – 2015

Tubble 05 Eventos de Julio 2015					
Data	Hora	Evento	Local		
1° de junho	10h	Palestra "Clima e Água"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider		
	15h	Assinatura de convênio com Secretário de Segurança Pública	Sala da Presidência		
3 de junho	10h	Assinatura de convênio Justiça Restaurativa com a presença da Vice-Governadora	Sala da Presidência		
11 de junho	10h	Apresentação do Coral do TJCE em Homenagem ao Dia dos Namorados	Andar térreo		
12 de junho	16h	Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE		
29 de junho	10h	Apresentação do Coral TJCE e grupo de forró pé de serra de Guaiuba em homenagem às festas juninas	Hall 1° andar		

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 66 – Eventos de julho – 2015

Data	Hora	Evento	Local
6 de julho	9h30	Palestra "Desafios da Execução Estratégica"	Auditório Dom Aloísio
10 de julho	9h	1ª Audiência Pública do Poder Judiciário	Memorial Padre Cícero – Juazeiro do Norte
10 de julho	10h30	Reunião sobre Audiência de Custódia	Aquário
14 de julho	19h	Abertura do Curso de Direitos Humanos	Esmec
31 de julho	16h	Solenidade em homenagem aos comandantes do Exército brasileiro	Fórum das Turmas Recursais



Tabela 67 – Eventos de agosto – 2015

Data	Hora	Evento	Local
3 de agosto	10h	Solenidade de Abertura da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Fórum Clóvis Beviláqua
	8h às 18h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
7 de agosto	16h	Encerramento da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
	8h às 12h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
8 de agosto	13h às 18h	I Conferência Socioambiental dos Três Poderes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
13 de agosto	13h30	Posse do Juiz de Direito Saulo Belfort Simões	Pleno
21.1	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua ao Min. Ricardo Lewandowski	Auditório Pleno
21 de agosto	10h40	Audiência de Custódia com Min. Ricardo Lewandowski	Aquário
	8h às 18h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
22 de agosto	8h às 12h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
26 de agosto	14h	Palestra "Mediação de Conflitos e o Sistema de Justiça: Novos Rumos" com Professoras Lilian Sales e Alexandra Cartes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
27 de agosto	16h	Posse do Magistrado Heráclito Vieira de Sousa Neto como Desembargador	Pleno TJCE

 $Tabela\ 68-Eventos\ de\ setembro-2015$

Data	Hora	Evento	Local
1° de setembro	10h	5ª Reunião de Gestores de Precatórios	Aquário
2 de setembro	12h	Ato Ecumênico em Ação de Graças pelas Debutantes	Hall 1° andar
11 de setembro	20h	Baile de Debutante das crianças acolhidas pelos abrigos assistidos pela CEJAI	Clube dos Magistrados
15 de setembro	10h	Palestra sobre AVC com o Neurocirurgião Flávio Leitão Filho	Dom Aloísio Lorscheider
18 de setembro	14h	Solenidade em Comemoração aos 20 anos da JECC	Esmec
25 de setembro	10h	Visita da Ministra Nancy Andrighi – Corregedora Nacional de Justiça – Evento Governança Fiscal	Centro de Eventos

Tabela 69 – Eventos de outubro – 2015

	2.0000000000000000000000000000000000000							
Data	Hora	Evento	Local					
1° de outubro	12h	Missa em Ação de Graças por Santa Terezinha	Hall 1° andar					
13 de outubro	10h	Palestra com Dr. Luis Gonzaga Porto sobre Câncer de Mama	Auditório Dom Aloísio Lorscheider					
	15h	Reunião da Sefin com Cartorários da Capital e Região Metropolitana e seus fornecedores de Selo Extrajudicial Digital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider					
14 de outubro	10h	Palestra sobre Síndrome do Esgotamento Profissional	Restaurante dos Desembargadores					
19 de outubro	9h	Café da manhã com deputados da bancada federal	Restaurante dos Desembargadores					
22 de outubro	9h	Palestra sobre Segurança no Trânsito	Restaurante dos Desembargadores					

27 de outubro	9h	Palestra sobre Câncer de Mama	Fórum Clóvis Beviláqua
27 de outubro	14	Palestra sobre Assessoria de Corrida	Auditório Aquário
28 de outubro	10h	Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público	Hall 1° andar
28 de outubro	15h	Solenidade de aposição de fotos na galeria de ex-ouvidores gerais do TJCE	Ouvidoria do TJCE

Tabela 70 – Eventos de novembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
10 de novembro	10h	Solenidade comemorativa aos 20 anos do Coral TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23 de novembro	9h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
26 de novembro	19h	Abertura do Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social	Esmec
		"Diálogos pela paz: segurança com cidadania"	
27 de novembro	16h	Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 71 – Eventos de dezembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
3 de dezembro	9h as 12h	Reunião Seplag/Setin	TJCE – Aquário
3 de dezembro	15h	Chá oferecido pela Desa. Gladys	TJCE – Rest. Desembargadores
9 de dezembro	11h	Evento da Desa. Lisete – Entrega de prêmio aos parceiros que contribuíram para a realização do baile de debutantes	TJCE
10 de dezembro	11h	Natal do Poder Judiciário	TJCE
11 de dezembro	9h às 12h	I Fórum de Análise Estratégica	Fórum
11 de dezembro	14h às 17h	Audiência Pública 5ª Zona Judiciária	Fórum
16 e 17 de dezembro	9h às 17h	V Seminário de Auditoria	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 72 – Eventos de fevereiro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
12 de fevereiro	10h	Sessão Pública para escolha das Comarcas pelos 76 novos juízes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
18 de fevereiro	13h	Palestra "Violência Urbana x Violência no Trânsito"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23 de fevereiro	14h	Palestra sobre "A importância da Justiça sobre o Sistema Democrático Brasileiro"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 de fevereiro	9h	Sessão Extraordinária de Posse dos 76 novos juízes de direito	Auditório Pleno
26 de fevereiro	15h	Entrega do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo	Auditório Aquário



Tabela 73 – Eventos de março – 2016

Data	Hora	Evento	Local
3 de março	13h30	Posse de 2 novos Magistrados	Pleno
7 de março	11h30	Abertura da Semana do Dia Internacional da Mulher	Hall 1° andar
8 de março	10h30	Assinatura de convênios com universidades para instalação de Centros Judiciários	Sala de Convivência
8 de março	15h	Entrega dos atos do processo que consubstanciaram a criação da Lei Maria da Penha	Memorial do Poder Judiciário
24 de março	13h	Visita de alunos da Fametro	TJCE
31 de março	13h	Visita de alunos da Escola Profissionalizante de Rendenção	TJCE
31 de março	13h	Posse do Juiz João Paulo Barbosa Lima	Pleno TJCE

Tabela 74 – Eventos de abril – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 do obril	10h30	Palestra "Novos valores da Justiça Consensual face ao Novo CPC"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
5 de abril	14h	Palestra "A Institucionalização da Mediação de Conflitos no Brasil: um novo paradigma"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
8 de abril	9h30	Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Poder Judiciário	Aquário
14 de abril	13h30	Visita de alunos da Unifor	TJCE
28 de abril	13h	Visita de alunos da Fametro	TJCE
28 de abril	13h30	Posse do Juiz Substituto Rogaciano Bezerra Leite Neto como Juiz Substituto da Comarca de Madalena	Auditório Pleno
29 de abril	13h	Palestra Seplag	Aquário
30 de abril	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU

Fonte: Assessoria de Cerimonial

 $Tabela\ 75-Eventos\ de\ maio-2016$

Data	Hora	Evento	Local
2 a 4 de maio	Dia todo	Exposição de trabalhos artesanais confeccionados por adolescentes dos Centros Socioeducativos Martin Francisca e ADOC	Hall 1° andar
2 a 6 de maio	14h às 17h	I Semana de Direito Processual Civil	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
5 de maio	12h	Solenidade de Homenagem do Poder Judiciário às Mães	Hall 1° andar
6 de maio	15h	Palestra "Virtude, força e talento da mãe moderna" com o coach Manoel Carvalho	Auditório 2º andar
12 de maio	13h30	Visita de alunos da Fametro	TJCE
18 de maio	18h	Entrega da Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra	Esmec

Tabela 76 – Eventos de junho – 2016

Data	Hora	Evento	Local
1° de junho	10h	Palestra da Seplag Des. Carlos Alberto Mendes Forte	TJCE
1° de junho	15h	Assinatura de convênio com Secretário de SSPDS	TJCE

2 do junho	8h	Visita de Alunos EM Santa Maria	TJCE
3 de junho	14h	Visita de Alunos EM Alcides Pinto	TJCE
O do imbo	8h	Visita de Alunos EEFM Gal Murilo Borges	TJCE
9 de junho	14h	Visita de Alunos EEEP José de Barcelos	TJCE
10 do junho	8h	Visita de Alunos EM Claudio Martins	TJCE
10 de junho	14h	Visita de Alunos EM Zaira Montenegro	TJCE
12 de junho	16h	Solenidade de Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE
16 de junho	14h	Palestra com Magistrado na escola EEM Dep. Paulo Benevides	Escola
24 do impho	8h	Visita de Alunos EM Gal. Cordeiro Neto	TJCE
24 de junho	14h	Visita de Alunos EM Waldemar Barroso	TJCE
26 de junho	14h	Palestra com Magistrado na Escola EM 11 de Agosto	Escola

Tabela 77 – Eventos de julho – 2016

Data	Hora	Evento	Local
14 de julho	14h	Posse da Desa. Maria Edna Martins como Ouvidora do Poder Judiciário	TJCE
22 de julho	14h30	Palestra com Magistrado na escola EEFM Monsenhor Dourado	TJCE
29 de julho	9h	Visita de Alunos EEFM Jenny Gomes	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 78 – Eventos de agosto – 2016

Data	Hora	Evento	Local
2 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
3 de agosto	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
9 de agosto	8h30	Solenidade de Instalação da 3ª Câmara Criminal	TJCE
10 de egeste	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
10 de agosto	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
12 de agosto	8h30	Reunião do Comitê Estratégico (Desa. Nailde)	TJCE
17 de egeste	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
17 de agosto	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
24 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
24 de agosto	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
31 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Messejana	TJCE
31 de agosto	14h30	Visita de Alunos do Polo Messejana	TJCE

Tabela 79 – Eventos de setembro – 2016

Tabela 19 Eventos de Setembro 2010					
Data	Hora	Evento	Local		
1° de setembro	9h	Missa em Ação de Graças pelos 30 Anos de Magistratura da Desa. Lisete	TJCE		
	14h30	Visita de Alunos da Fametro	TJCE		
9 de setembro	14h	Evento do Des. Lincoln – Treinamento sobre inspeção extrajudicial	TJCE		
13 de setembro	10h30	Palestra "Gerenciamento de Projetos"	TJCE		



14 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
14 de setembro	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
16 de setembro	8h30	Cerimônia de Assunção de Magistrados no cargo de Juiz Recursal da Fazenda Pública – Fórum Dolor Barreira	TJCE
21 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
23 de setembro	18h30	Evento "Os Direitos Humanos das Mulheres"	Esmec
28 de setembro	10h30	Lançamento da Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais	Esmec
28 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE

Tabela 80 – Eventos de outubro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
	8h30	Visita de Alunos	TJCE
5 de outubro	9h	Inauguração do Cejusc	Fórum Clóvis Beviláqua
	13h30	Visita de Alunos	
7 de outubro	10h	Assinatura de convênio com Universidade Católica de Quixadá para criação de Cejusc	Gab. Des. Gladyson
/ de outubro	14h	Treinamento da Corregedoria com Juízes da Capital e do Interior (Inspeção Extrajudicial)	Auditório Dom Aloísio
11 de outubro	14h	Oficina de tempero naturais "Aprenda como reduzir o sódio em sua dieta" com equipe de nutricionistas do TJCE	Sala 1 Subsolo
19 de outubro	14h	Palestra "Portinari: do cafezal à ONU" com professor João Cândido Portinari	Auditório Dom Aloísio
20 de outubro	14h	Palestra "Autogestão e inteligência emocional no trabalho" com André Naberezny	Auditório Dom Aloísio
21 de outubro	Dia todo	Seminário Cejai e Rede Adotiva	Auditório Dom Aloísio
25 de outubro	9h	Palestra "Gestão de pessoas: a arte de lidar com gente, suas dificuldades e seus fascínios" com Dr. Nelson Nogueira	Auditório Dom Aloísio
26 de outubro	9h	Aula Espetáculo "Como fazer muitas coisas ao mesmo tempo e permanecer sadio e feliz" com Dr. Haroldo Guimarães	Auditório Dom Aloísio
26 de outubro	9h30	Evento comemorativo 12 anos da Ouvidoria TJCE	Aquário
	14h	Palestra: "Metodologias ativas de aprendizagem para nós e nossos filhos: a experiência filandesa em educação" com Igor Paim	Auditório Dom Aloísio
28 de outubro	10h	Palestra "As principais mudanças do novo Código de Processo Civil e seus impactos no Judiciário Estadual" com Dr. Nilsiton Rodrigues	Auditório Dom Aloísio
	14h	Roda de Conversa Literária "Contos e causos cearenses: conhecendo a história e as estórias do Ceará moleque" com Prof. Juarez Leitão e encerramento da Semana do Servidor	Auditório Dom Aloísio

Tabela 81 – Eventos de novembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
08 e 09 de novembro	8h	IX Seminário Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional	Esmec

16 de novembro	8h30	Visita de Alunos	TJCE
To de novembro	13h30	Visita de Alunos	TJCE
21 de novembro	9h	Abertura da Semana Nacional da Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
30 de novembro	15h	Evento comemorativo aos 20 anos do Juizado Móvel	Esmec

Tabela 82 – Eventos de dezembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 a 8 de dezembro	8h às 17h	Exposição de artesanatos confeccionados pelos adolescentes do Centro Socioeducativo	TJCE – 1° Andar
8 de dezembro	19h	Abertura do V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
9 de dezembro	8h às 18h	V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
10 de dezembro	8h às 12h	V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
14 de dezembro	8h	Reunião Comitê Estratégico Seplag	TJCE
14 de dezembro	15h	Evento Inaugural Videoconferência em Procedimentos Criminais	Fórum
15 de dezembro	16h	Entrega da Medalha do Mérito Judiciário Cearense – Clóvis Beviláqua	TJCE
15 e 16 de dezembro	8h às 18h	Seminário Anual da Auditoria	TJCE - Aquário
16 de dezembro	11h	Natal do Poder Judiciário	TJCE

11. VICE-PRESIDÊNCIA

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará apresenta o relatório consolidado com os resultados alcançados no biênio 2015-2016, sob a gestão do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes. Neste período, envidou-se incansável esforço com o desiderato de avançar na gestão dos processos físicos e virtuais com viso à melhoria qualitativa e quantitativa da prestação jurisdicional.

Pretende-se, precipuamente, demonstrar de forma simples e objetiva as principais atividades desenvolvidas no biênio antedito, bem como conferir publicidade às ações desempenhadas por esta unidade.

Para tanto, apresentam-se dados estatísticos relativos aos feitos de sua competência, em cuja senda estão inclusos os juízos de admissibilidade dos recursos extremos e seus respectivos incidentes; os feitos relativos à distribuição de urgência de processos; a apreciação de pedidos de providências urgentes face ao afastamento dos relatores no período estipulado no Regimento Interno, dentre os quais se encontram as liminares em *habeas corpus*, agravos de instrumento, mandados se segurança etc.; a análise de pedidos para atribuição de efeitos suspensivos aos recursos extremos pendentes de admissibilidade; além de outras competências, nos termos do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Merece registro o fato de que a Vice-Presidência recebeu novas e importantes atribuições na atual administração do Poder Judiciário cearense com o advento no novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 1° de agosto de 2016.

A seguir, serão deslindados os dados relativos às atividades desenvolvidas pelo Órgão diretivo no período em tela, mediante o levantamento de dados estatísticos e outras informações relevantes.

11.1 Estrutura funcional e distribuição de atribuições

Compõe-se a Vice-Presidência de dois juízes auxiliares, dois assessores, um assessor especial, uma chefia e um oficial de gabinete. Ao longo da gestão, a par dos apontados cargos, o Desembargador contou com a lotação de três servidores terceirizados e de dois estagiários na Vice-Presidência. O gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira



Mendes, composto por cinco servidores, trabalha em conjunto com a Vice-Presidência, a fim de otimizar e celerizar o desempenho das atividades.

Tão logo assumiu o Órgão diretivo, o Vice-Presidente resolveu, mediante a Portaria nº 1, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 6 de fevereiro de 2015, dispor sobre a estruturação e organização do Gabinete da Vice-Presidência, estabelecendo um regime inaugural de trabalho e dando outras providências, dentre as quais a constituição de uma forçatarefa integrada pelos assessores e servidores, dividida em equipes, com intercambiamento de competências, visando à racionalização das atividades judiciais e administrativas de competência originária do setor.

Posteriormente, com o advento do Novo Regimento Interno da Corte de Justiça, houve a publicação da Portaria nº 1, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 11 de agosto de 2016, com fins de adequação às novas previsões regimentais, oportunidade em que foram incluídas competências relativas à regência da distribuição dos processos no Tribunal, à aferição de urgência para a distribuição dos feitos, bem como à análise dos pedidos de desarquivamento e restauração de autos.

Disciplinou-se, em ambas oportunidades, a forma de atendimento aos jurisdicionados e aos procuradores judiciais, como também determinou-se que os processos serão analisados em obediência ao critério da antiguidade da conclusão, excetuando-se os casos que haja determinação pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça de exame urgencial; as ações repetitivas, assim identificadas; os processos que gozam de tramitação preferencial (idosos e portadores de doença grave, regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), prevista no art. 1.208 do Código de Processo Civil vigente.

11.2 Estatística processual

11.2.1 Procedimentos Administrativos

Durante o biênio em pauta, o Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes atuou como relator de um total de 3 procedimentos administrativos no Conselho da Magistratura.

11.2.2 Processos Distribuídos, Redistribuídos e Transferidos

Durante o biênio 2015-2016, nesta Corte de Justiça, foram distribuídos/redistribuídos 135.510 processos, conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 83 – Quantidade de processos distribuídos/redistribuídos

Processos	Quantidade
Distribuídos	81.202
Redistribuídos	54.308
Total	135.510

Fonte: CATI

11.2.3 Decisões Proferidas

Durante a atual gestão, foram proferidos 13.127 provimentos jurisdicionais, sendo 6.638 juízos prévios de admissibilidade de recursos constitucionais; 694 decisões diversas (decisões de não conhecimento, prejudicialidade, homologações de transações, desistências, interlocutórias etc.) e, ainda, 5.795 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. Abaixo, segue o detalhamento dos presentes dados:

Tabela 84 – Quantidade de decisões proferidas

The time of the manufacture of t	
Decisões proferidas	Quantidade
Recursos Especiais	4288
Recursos Extraordinários	1.668
Recursos Ordinários	682
Decisões Diversas	694
Despachos de mero expediente	5.795

Fonte: Vice-Presidência

É digno de relevo o fato de a atual gestão ter envidado esforços e logrado êxito em esgotar todo o acervo de processos físicos.

11.2.4 Processos com Pedidos de Distribuição de Urgência

Nos termos dos artigos 21, inciso V e 67, ambos do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, passou a ser da competência do Vice-Presidente presidir à distribuição dos processos no Tribunal. Desde a novel alteração, ocorrida em agosto



de 2016, foram apreciados 52 pedidos de distribuição de urgência, os quais seguem adiante detalhados:

Tabela 85 – Processos com pedidos de distribuição de urgência

Mês	Quantidade
Agosto	8
Setembro	9
Outubro	8
Novembro	13
Dezembro	14

Fonte: Vice-Presidência

11.2.5 Processos com Pedidos de Providências Urgentes

Consoante o previsto nos parágrafos §§6°, 7°, 8° e 9° do art. 74 do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, compete ao Vice-Presidente apreciar o pedido de providência que demande solução urgente quando do afastamento do(a) Desembargador(a) Relator(a) por período igual ou superior a 3 dias.

Em atendimento a essa previsão, foram apreciados 357 pedidos de providências urgentes em *Habeas Corpus*, 19 em Agravos de Instrumento, 3 em Mandados de Segurança, 1 em Exceção de Suspeição, 1 em Revisão Criminal, 1 em Tutela Antecipada Antecedente e 1 em Dissídio Coletivo de Greve. Analisou-se, ainda, 22 cautelares intentadas no efeito de atribuir efeito suspensivo aos recursos extremos. A seguir, apresenta-se quadro pormenorizado:

Tabela 86 - Processos com pedidos de providências urgentes

Processo	Quantidade
Habeas Corpus	357
Agravo de Instrumento	19
Mandado de Segurança	3
Cautelares	22
Exceção de Suspeição	1
Revisão Criminal	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Dissídio Coletivo de Greve	1

Fonte: Vice-Presidência

No que concerne ao índice de agilidade na apreciação de medidas de urgência, vale a pena consignar que o prazo de 5 dias úteis vem sendo observado com bastante rigor, atingindo o percentual de 100%.

11.3 Interinato

Durante o biênio 2015/2016, o Desembargador Vice-Presidente assumiu a Presidência da Corte de Justiça durante 153 dias por motivo de viagens oficiais, licenças e férias da Desembargadora Presidente. Presidiu, ainda, 05 Sessões do Tribunal Pleno, 30 Sessões do Órgão Especial e 33 Sessões Ordinárias do Conselho da Magistratura.

11.4 Ações e projetos setoriais

11.4.1 Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Nurer/ Criação do Nugep conforme disposto na Resolução 235, de 13 de julho de 2016 do CNJ

Em 31 de março de 2015 foi instituído, mediante a Portaria nº 740/2015, o Nurer – Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em consonância com a Resolução nº 160, de 19 de outubro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – encarregado do gerenciamento do acervo dos recursos decorrentes dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

O núcleo era vinculado à Vice-Presidência e composto pelo Secretário Judiciário, um servidor da Vice-Presidência, um servidor das Turmas Recursais dos Juizados Especiais e um servidor do Tribunal de Justiça, todos supervisionados pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência (Resolução nº 02/2013 e Portaria nº 2082/2015).

Dentre as funções relacionadas ao Nurer tinha-se a identificação, catalogação e atualização dos recursos representativos de controvérsias, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compilava, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que pudessem ser criados para possibilitar o gerenciamento de processos submetidos à sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos.



O Nurer tinha por objetivo monitorar e gerenciar processos submetidos à sistemática da repercussão geral ou recurso repetitivo, como forma de obstar o número excessivo de demandas e recursos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, e contribuir para a uniformização de procedimentos e melhoria da gestão dos Tribunais.

Entretanto, com o advento no novo Código de Processo Civil (art. 979, *caput*, § 1° e 3°, da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n° 235, de 13 de julho de 2016, que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência, determinou a criação do Nugep – Núcleo de Gerenciamentos de Precedentes.

Insta consignar que o Nugep – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes tem como principais atribuições:

- uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência;
- monitorar os recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de identificar controvérsias e subsidiar a seleção, pelo órgão competente, de dois ou mais recursos representativos da controvérsia;
- iii. alimentar o banco nacional de dados com informações da repercussão geral, dos casos repetitivos e dos incidentes de assunção de competência, com dados atualizados sobre os processos sobrestados no estado ou na região, conforme o caso, bem como nas turmas e colégios recursais e nos juízos de execução fiscal, identificando o acervo a partir do tema;
- iv. controlar os dados referentes aos grupos de representativos, padronizando, organizando e controlando o conjunto de processos encaminhados ao STF e ao STJ, nos termos do § 1º do art. 1.036 do CPC, bem como disponibilizar informações para as áreas técnicas do Tribunal quanto à alteração da situação do grupo, inclusive se admitido como Controvérsia ou Tema;
- v. comunicar imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça, para registro eletrônico, acerca de instauração e julgamento de incidente de julgamento de demandas repetitivas e recursos extraordinários e especiais repetitivos;
- vi. auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado;

- vii. informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos dos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8°; 1.039; 1.040 e 1.041 do CPC;
- viii. receber e compilar os dados referentes aos recursos sobrestados nas Turmas e
 Colégios Recursais e nos Juízos de Execução Fiscal;
- ix. elaborar e divulgar, mensalmente, "Boletim de Precedentes Judiciais", a ser enviado até o quinto dia útil do mês subsequente às unidades judiciárias;
- auxiliar o Coordenador do Nugep no gerenciamento, supervisão e avaliação das atividades programáticas deste núcleo;
- xi. informar ao Nugep do CNJ e manter na página do Tribunal na internet dados atualizados de seus integrantes, tais como nome, telefone e *e-mail*, bem como enviar esses dados, ao STF e ao STJ, sempre que houver alteração em sua composição;
- xii. coordenar as atividades dos departamentos, sistematizando a coleta, o armazenamento e a atualização das bases de informações gerenciais, em consonância com as orientações do Presidente, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre as atividades, metas e indicadores de desempenho do Nugep;
- xiii. informar ao Nugep do CNJ a existência de processos com possibilidade de gestão perante empresas, públicas e privadas, bem como agências reguladoras de serviços públicos, para implementação de práticas autocompositivas, nos termos do artigo 6°, VII, da Resolução CNJ 125/2010;
- xiv. encarregar-se das correspondências remetidas e recebidas, organizando e arquivando os documentos referentes ou destinados ao Nugep;
- xv. secretariar reuniões, incumbindo-se da redação e arquivamento de suas atas;
- xvi. prestar orientação aos órgãos e servidores do Tribunal de Justiça, em matéria ligada à área, no cumprimento de instruções e demais atos normativos institucionais;
- xvii. desempenhar outras atividades afins que lhe forem atribuídas pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pela Comissão Gestora do Nugep.

11.4.2 Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça

A Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça consiste em priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos. No âmbito da Justiça Estadual,



consubstancia-se em gerir estrategicamente as ações em massa, com a identificação e o monitoramento do acervo das demandas repetitivas.

Consoante a Portaria nº 1.594/2016, publicada do Diário da Justiça Eletrônico em 8 de setembro de 2016, o Vice-Presidente, Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, foi designado como gestor da Meta 7 do CNJ, estipulada para o Judiciário Nacional em 2016; e da meta relacionada ao Indicador nº 22 "Taxa de Congestionamento em Demandas Repetitivas" do Plano Estratégico 2015-2020.

11.4.3 Melhorias e adaptações do sistema SAJ-SG

Com o advento do novo Código de Processo Civil, restou expressamente consignada a previsão de cabimento de agravo interno em face das decisões monocráticas do Vice-Presidente em determinados casos. O novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará trouxe igualmente previsão disciplinando o assunto.

Nessa conjuntura, solicitou-se, por meio do Memorando nº 18/2016 – VP (CPA nº 8516715-23.2016.8.06.0000), direcionado à Secretaria Judiciária, a criação de fluxo de julgamento colegiado no sistema SAJSG para processos da Vice-Presidência. Dentro desse contexto, foram realizadas reuniões com a Secretaria Judiciária, nas quais foram propostas outras melhorias e adaptações no SAJSG a fim de otimizar o desempenho das atividades rotineiras do gabinete, as quais foram devidamente atendidas pela Secretaria, encontrando-se em fase de adaptação entre os setores responsáveis pelo envio e remessa de processos.

12. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Em atendimento à solicitação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que prevê a apresentação de relatórios da administração e das atividades do Tribunal, e, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, documenta as principais ações, projetos e resultados da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará ao longo de sua gestão no período de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016.

12.1 Gestão estratégica

12.1.1 Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento das Unidades

O Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por unidade foi instituído a partir da publicação da Portaria nº 2.034, de 11 de setembro de 2015, pela Presidência do TJCE. A Corregedoria, em cumprimento ao disposto no inciso VI do artigo 4º da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, onde está previsto que lhe compete monitorar, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Gestão, a taxa de congestionamento de processos judiciais e colaborar para a sua redução, participou da implantação do referido programa, determinando aos magistrados que indicassem servidores e diretores de secretaria para participarem dos treinamentos realizados em cada uma das zonas judiciárias, conjuntamente com a Secretaria de Planejamento, nos indicadores do CNJ, na atualização dos sistemas processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas e nos procedimentos padronizados de baixas processuais, assim como na orientação de atuação do Grupo de Redução do Congestionamento da Comarca de Fortaleza.

12.1.2 Realização do I Mutirão de Baixas Processuais

Objetivando a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi realizado, no período de 3 a 13 de novembro de 2015, o Mutirão de Baixas Processuais nas unidades judiciárias de 1º Grau. A ação foi coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tendo como resultado a realização de 14.147 baixas processuais.



12.2 Estatística Processual da Diretoria-Geral e Unidades

Tabela 87 - Portarias

Portarias 2015/2016	Quantidade
Sindicâncias instauradas *	10
Prorrogar prazo conclusão sindicância/PAD	32
Inspeções/correições	17
Reconduzir comissão sindicante	18
Outras	49
Total	126

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 88 – Provimentos

Provimentos 2015/2016	Quantidade
Diversos	21

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 89 - Editais

Editais 2015/2016	Quantidade
Formação de Colegiado do 1º Grau	9
Correições	1

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 90 - Certidões para juízes

rasera y secretases para junzes			
Certidões 2015/2016	Interior	Capital	Total
Fins gerais	16	13	29
Promoção/remoção	377	35	412
Permuta	6	2	8
Acesso desembargador	-	38	38
Vitaliciedade	46	-	46
Juiz Corregedor	1	1	2
Total geral	446	89	535

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 91 – Informações

Informações 2015/2016	Quantidade
Em procedimentos administrativos	62

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

12.2.1 Estudos Realizados

No ano de 2015, foram elaborados dois relatórios voltados para apresentar os dados estatísticos concernentes à produtividade dos magistrados, convergindo para as hipóteses de respondência, sob os aspectos do tempo em que se deu a respondência e do número de unidades pelas quais o juiz respondeu, a saber: "Análise da produtividade dos magistrados em respondência nas comarcas de entrância inicial nos meses de março a junho de 2015" e "Análise da produtividade dos magistrados em função do número de respondências simultâneas nas comarcas de entrância inicial no período de março a junho de 2015".

Em 2016, foi desenvolvido estudo sobre a taxa de congestionamento das unidades, com o fito de balizar a elaboração do cronograma das inspeções judiciais a serem realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, dando origem ao relatório "Análise da taxa de congestionamento e tempo de inspeções das unidades judiciárias".

Ao encontro da Meta 1/2016 do Conselho Nacional de Justiça, realizou-se análise comparativa do número de processos distribuídos/entrados em relação ao de processos arquivados nas unidades com acervo integralmente digital, o que consubstanciou o relatório "Análise do quantitativo de processos arquivados em relação aos processos entrados nas unidades judiciárias virtualizadas na comarca de Fortaleza".

Considerando os casos em que o magistrado não apresenta nos relatórios estatísticos nenhum despacho, sentença, decisão interlocutória, acordo ou audiência no período de referência, foi concebido o relatório "Análise da prestação jurisdicional zerada dos magistrados de 1º grau no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015".

Por derradeiro, registra-se o relatório "Análise da produtividade nas comarcas de entrância inicial preenchidas com a nomeação dos 76 magistrados ingressos no Poder Judiciário por meio do concurso de 2014" (Edital nº 01/2014 - DJE de 21 de fevereiro de 2014), o qual ainda se encontra em fase de conclusão.

12.2.2 Conselho da Comunidade

O Conselho da Comunidade está previsto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, tendo seu funcionamento regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 96, de 27 de outubro de 2009. Consoante os registros disponíveis no sistema informatizado SGEC, o Poder Judiciário estadual possui 90 comarcas com Conselho da Comunidade instalado e em plena atividade.



12.2.3 Correição Permanente

No intuito de dar cumprimento ao determinado no art. 56 do Código de Organização Judiciária e na Recomendação nº 12/2013 do CNJ, foi editado o Provimento nº 12/2015/CGJ, no qual restou regulamentado o procedimento de correição judicial anual realizada pelos juízes no âmbito das suas unidades judiciárias, sendo registrado o seguinte quantitativo:

Tabela 92 – Quantidade de inspeções internas realizadas

Entrância	Quantidade de inspeções internas realizadas
Inicial	97 unidades judiciárias
Intermediária	84 unidades judiciárias
Final	193 unidades judiciárias

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

12.2.4 Inspeções Realizadas

Considerando as prescrições contidas no art. 59, VI e XIII do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, bem como o disposto nos artigos 14, IV, V, VIII, X, 16, I, 71 a 75 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, foram realizadas no biênio 2015-2016, dados até dezembro/2016, 297 inspeções. Destas, 151 unidades judiciárias foram inspecionadas no ano 2015 e 146 no ano de 2016.

As inspeções judiciais foram realizadas pelos juízes auxiliares, Ricardo Bruno Fontenelle, Rômulo Holanda Veras, Demetrio Saker Neto, Roberta Ponte Marques Maia, Mirian Mota Randal Pompeu e Agenor Studart Neto (exerceu a atividade na CGJ até o dia 29 de janeiro de 2016).

Para a seleção das comarcas a serem inspecionadas no ano de 2015 foi utilizado o critério temporal, onde eram inspecionadas as unidades com mais tempo desde a última inspeção. Já para a definição das inspeções do ano de 2016, foi desenvolvido relatório, no qual foi apresentada uma relação de comarcas para inspeção, após a análise em conjunto do critério temporal e do Estudo Técnico nº 03/2015 realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag/TJCE, que contemplou o diagnóstico do congestionamento das unidades judiciárias.

12.3 Produtividade e Atividades da Auditoria

12.3.1 Inspeções Extrajudiciais

A Auditoria da CGJ realizou 338 inspeções, nas serventias extrajudiciais da Capital e do Interior do Ceará, correspondendo na cobertura de 49,71% dos 680 cartórios ativos. Nesse trabalho, verificou-se, dentre outras atribuições, a regularidade do repasse das custas extrajudiciais do Fermoju pelos delegatórios ao TJCE e a conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e de registro; bem como a regularidade da atividade e o cumprimento das obrigações legais. Sempre orientando e conduzindo o responsável às medidas corretivas necessárias.

12.3.2 Retorno para o TJCE das Verbas do Fermoju

Em decorrência das ações implantadas pela Auditoria da Corregedoria no processo de fiscalização dos cartórios, em especial às verbas relativas a atos praticados sem o devido repasse das custas do Fermoju, foi detectado como devido ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a importância de R\$ 4.836.866,60 em 2015 e R\$ 1.846.464,30 em 2016, até o 8º ciclo. Saliente-se que falta consolidar os valores identificados nas serventias inspecionadas no 9º ciclo de 2016, conforme evolução demonstrada no gráfico a seguir nos três últimos biênios:

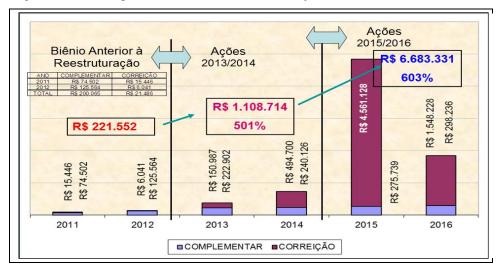


Figura 11 - Retorno para o TJCE das Verbas do Fermoju

Fonte: Sistema Sisguia On-line

Informação: Complementar - Recolhimento relativo aos atos não informados que necessitam de selos. Correição - Recolhimento relativo aos atos não informados que não necessitam de selos.



12.3.3 Outras Atividades de Rotina Realizadas pela Auditoria da CGJ

Além do planejamento das inspeções extrajudiciais, execução, finalização com a produção de relatórios, o acompanhamento da regularidade das ocorrências verificadas e recomendação de apuração de caráter disciplinar quando ensejado, foram realizadas pela Auditoria da CGJ as seguintes atividades sistemáticas no biênio 2015-2016:

 Assessoramento nos processos administrativos que tramitam na CGJ e outras demandas, referentes ao serviço notarial e de registro, sendo produzidas as seguintes peças e documentos:

Tabela 93 – Peças e documentos

Ano	Informações	Relatórios	Ofícios	Memorandos	Pareceres	Total Geral
2015	661	175	160	45	-	1.041
2016	737	159	181	81	1	1.159

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

- ii. Acompanhamento e controle acerca do cumprimento de obrigações acessórias pelos cartorários, como: prestação de informação sobre aquisições de imóveis rurais por pessoas estrangeiras; prestação de contas dos cartórios sob intervenção; atualização das informações no Sistema Justiça Aberta do CNJ e acompanhamento dos *status* de vacância das serventias, para fins de comunicação da necessidade de realização de concurso público à Presidência do Tribunal de Justiça;
- iii. Atendimento de magistrados, cartorários e cidadãos que procuram à CGJ/CE pessoalmente, por telefone ou por endereço eletrônico da Corregedoria, acerca de dúvidas sobre a prática, o controle e a fiscalização no serviço notarial e de registros.

12.4 Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação

12.4.1 Implantação do Sistema Eficiência.jus

Por meio da implantação do sistema Eficiência.jus, a Corregedoria pretende mudar o método de acompanhamento da produtividade dos magistrados e das unidades judiciárias.

O sistema é resultado de uma parceria entre a Corregedoria, a Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (Uece). A ferramenta disponibilizará à CGJ relatórios gerenciais por unidade, por comarca, por competência e por entrância, a partir de gráficos de evolução e tabelas, onde poderão ser extraídos desses documentos subsídios para avaliação de fluxo processual, estoque e produção do juiz e sua unidade.

O sistema Eficiência.jus tem por base a metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA), que permite a comparação entre as unidades produtivas que utilizam os mesmos tipos de insumos para a obtenção de bens e serviços, gerando índices de eficiência relativa. Isso facilitará o diagnóstico, por parte da gestão do Judiciário, de onde será preciso implementar melhorias e o que pode ser tomado como modelo para as demais estruturas.

Em agosto de 2016, o Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto apresentou a nova ferramenta no 4º Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário, em Aracaju - Sergipe, juntamente com o diretor do Departamento de Informações Gerenciais da Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça do Ceará, Sérgio Mendes de Oliveira.

Em outubro de 2016, foi iniciada a implantação do referido sistema, que atualmente encontra-se na fase de validação dos dados recebidos do SGEC, que deve ser concluída até dezembro do corrente ano. A expectativa é que em janeiro de 2017 o sistema esteja em pleno funcionamento.

12.5 Otimização de Procedimentos

12.5.1 Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria

Em junho de 2015, foi instituído, pelo Corregedor-Geral da Justiça, um Grupo de Trabalho para a elaboração do Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). Os trabalhos foram desenvolvidos sob a coordenação do Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto, objetivando conferir maior eficiência operacional e efetividade às ações prestadas, por meio da racionalização e padronização das rotinas e procedimentos internos.

O manual de rotinas apresentou as orientações básicas para o desenvolvimento dos principais fluxos de trabalho realizados na CGJ, descrevendo-as passo a passo, inclusive, por meio de fixação de roteiro. O documento é um material de consulta para os servidores que executam as ações.



O Grupo de Trabalho que elaborou o material foi composto pelas servidoras Aruza Albuquerque de Macedo (assessora jurídica); Márcia Aurélia Viana Paiva (auditora); Rafaella Lopes Ferreira (diretora-geral da Corregedoria); Flávia Cavalcante Dantas (analista judiciária) e Raonya Oliveira Barreto (chefe de Serviços de Processos Administrativos).

Foram mapeados 9 fluxos: certidão — magistrado, consulta, vitaliciedade, declaração de bens — magistrado, sindicância, relatório inspeção judicial, representação, pedido de providências e promoção/remoção/acesso.

O Manual de Procedimentos Internos da CGJ está disponível no portal da CGJ (corregedoria.tjce.jus.br).

12.6 Comunicação

12.6.1 Novo portal da Corregedoria-Geral da Justiça

O novo *site* da Corregedoria-Geral da Justiça foi disponibilizado para os usuários da Justiça, juízes e cartorários em fevereiro de 2016. O portal conta com uma área exclusivamente direcionada ao serviço extrajudicial, na qual é possível acessar documentos diversos, identificar endereços e telefones dos cartórios, além de facilitar o acesso aos sistemas Justiça Aberta, Malote Digital, Portal Extrajudicial (PEX), Sisguia Extrajudicial e Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, de forma ágil, com um *layout* dinâmico.

Outra ferramenta desenvolvida foi a identificação das notícias por meio do "QR Code". Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do "QR Code", compartilhar notícias por *smartphones* ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

A mudança organizou também o conteúdo de forma mais clara e objetiva aos usuários, cartorários e jurisdicionados. O novo *site* foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Corregedoria-Geral da Justiça e Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

12.7 Ações e Projetos Setoriais

12.7.1 Projetos da Corregedoria Nacional da Justiça

12.7.1.1 Projeto "Pai Presente"

O Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. A declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. Em ambos os casos, é preciso comparecer ao cartório de registro civil mais próximo para dar início ao processo.

O reconhecimento de paternidade foi facilitado pelo Provimento nº 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, que institui um conjunto de regras e procedimentos para agilizar esse tipo de demanda.

A iniciativa busca aproveitar os 7.324 cartórios com competência para registro civil do país, existentes em muitas localidades onde não há unidade da Justiça ou postos do Ministério Público (MP), para dar início ao reconhecimento de paternidade tardia. A partir da indicação do suposto pai, feita pela mãe ou filho maior de 18 anos, as informações são encaminhadas ao juiz responsável. Este, por sua vez, vai localizar e intimar o suposto pai para que se manifeste quanto à paternidade, ou tomar as providências necessárias para dar início à ação investigatória.

Caso o reconhecimento espontâneo seja feito com a presença da mãe (no caso de menores de 18 anos) e no cartório onde o filho foi registrado, a família poderá obter na hora o novo documento.

No âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, o projeto foi coordenado pela Juíza Corregedora Auxiliar Roberta Ponte Marques Maia. Foram realizadas as seguintes ações: expedição de ofício aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Fortaleza/CE, para que encaminhassem a esta Corregedoria-Geral a relação de registros de nascimento apenas com a maternidade reconhecida, lavrados nos últimos 5 anos. Em seguida, foi determinada a expedição de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Educação a fim de que encaminhassem a esta Casa a relação de alunos matriculados na rede municipal de ensino que não tivessem declarada a paternidade no Registro Civil. Na ocasião foi informado que mais de 11 mil alunos não possuíam paternidade declarada.

Diante desse grande contingente de crianças/adolescentes sem o devido registro do



pai na Certidão de Nascimento, a Corregedoria-Geral da Justiça verificou a necessidade de realizar o I Mutirão do Projeto Pai Presente a fim de divulgar e estimular o reconhecimento voluntário de paternidade na Comarca de Fortaleza.

A primeira etapa do I Mutirão do Projeto Pai Presente, nos termos da Portaria nº 12/2016/CGJCE, foi realizada entre os dias 16 a 27 de maio do corrente ano, no Fórum Clóvis Beviláqua, com a participação das Juízas de Direito Titulares das Varas de Registro Público de Fortaleza, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da Universidade Fanor DeVry. Foram realizados 75 reconhecimentos voluntários de paternidade.

Concomitantemente à realização do I Mutirão da Comarca de Fortaleza, esta Corregedoria-Geral expediu a Portaria nº 16/2016-CGJCE, instituindo a mobilização do Projeto Pai Presente nas Escolas Municipais da Comarca de Fortaleza, abrangendo os 6 distritos do município, nos bairros Jangurussu, Barra do Ceará, Aerolândia, Rodolfo Teófilo, Itaperi e Bom Jardim. Nesse momento, foram garantidos 112 reconhecimentos voluntários de paternidade e realizados, pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen), 33 exames de DNA.

A segunda etapa do I Mutirão do Projeto Pai Presente e a primeira etapa do II Mutirão do Projeto Pai Presente, nos termos da Portaria nº 25/2016/CGJCE, também aconteceram dos dias 18 a 29 de julho do corrente ano, no Fórum Clóvis Beviláqua. Nessa oportunidade, foram realizadas 221 audiências de mediação, 100 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará - Lacen) e 63 reconhecimentos voluntários de paternidade.

A segunda etapa do II Mutirão do Projeto Pai Presente aconteceu dos dias 19 a 28 de setembro do corrente ano, no Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), no Fórum Clóvis Beviláqua. Na ocasião, foram realizadas 164 audiências de mediação. Durante a ação, ocorreu um primeiro atendimento aos pais e foram garantidos 33 reconhecimentos voluntários de paternidade, bem como 37 exames de DNA realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen.

Importante destacar, também, a realização do I Mutirão do Projeto Pai Presente na Comarca de Pacatuba, nos termos da Portaria 18/2016/CGJCE. Na 1ª Vara da Comarca de Pacatuba, foram realizadas 10 audiências de mediação, 2 reconhecimentos voluntários de paternidade e 6 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen). Na 2ª Vara da Comarca de Pacatuba, foram realizadas 3 audiências de mediação, 1 reconhecimento voluntário de paternidade e 2 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen).

12.7.1.2 Erradicação do Sub-Registro de Nascimento

O Programa de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento foi implementado em 2010, e já emitiu mais de 50.300 certidões de nascimento no Ceará. O programa permite que as certidões de nascimento sejam emitidas na própria unidade de saúde onde o parto aconteceu. No Estado, esse serviço está disponível nas maternidades de mais de 20 comarcas do Interior e nas principais de Fortaleza. Na lista da Capital estão: Gastroclínica, Unimed, Antônio Prudente, Hospital Geral (HGF) e Dr. César Cals de Oliveira.

O programa consiste na utilização de sistema informatizado interligando maternidades e cartórios de Registro Civil. Todos os cartórios de Registro Civil de Fortaleza ofertam o serviço. Na Corregedoria-Geral da Justiça o programa foi coordenado pelo Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto.

No ano de 2016, em parceria com o Ministério Público estadual, a Secretaria de Educação do Município de Fortaleza e a Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Ceará (Arpen-CE), por meio dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, foram realizados mutirões nas escolas da Capital, contemplando os 6 distritos nos quais o Município de Fortaleza se divide, onde foram emitidos 12 registros de nascimento.

12.7.1.3 Justiça Plena

O Programa Justiça Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. Os trabalhos são coordenados pela Corregedoria Nacional de Justiça e pelas Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados.

O programa conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ordem dos Advogados do Brasil e Associações de Magistrados.

No início de 2015, estavam sendo monitorados 24 processos. O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, e a coordenadora do programa no Ceará, Juíza Corregedora Auxiliar, Mirian Porto Mota Randal Pompeu, realizaram diversas reuniões com os magistrados responsáveis pelos processos monitorados. O objetivo foi



acompanhar e dar apoio administrativo à gestão dos feitos, de modo que ao final de 2016, o quantitativo de processos monitorados foi reduzido para 19 ações.

12.7.1.4 Outros Projetos e Ações

Durante a gestão 2015-2016, a CGJ-CE participou também das seguintes iniciativas:

- Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, que visa desenvolver iniciativas com o fim de atender à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme Resolução 194 do CNJ;
- ii. Núcleo de Cooperação Judiciária do Poder Judiciário cearense, que tem como objetivo dar mais fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para cumprimento de atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária;
- iii. Comissão para analisar os dados coletados pela Auditoria da CGJCE e apresentar sugestões para subsidiar a realização de concurso público para outorga de delegação às serventias extrajudiciais vagas no Estado (Portaria nº 27/2016 - CGJCE, DJe de 25 de julho de 2016);
- iv. Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza, que visou priorizar os processos enquadrados nas Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ, orientando que fosse utilizado o Manual de Baixas Processuais;
- v. Participação no Grupo de Trabalho responsável pelas atividades do Programa "Integra", que tem como objetivo aperfeiçoar a integração de informações do sistema de Justiça Criminal entre o Poder Judiciário e a Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Poder Executivo), oriundo do Convênio de Cooperação Técnica nº 20/2011 (Portaria nº 1169/2015, Dje de 20 de maio de 2015);
- vi. Grupo de Trabalho para Implantação do Sistema de Videoconferência (Portaria nº 1265/2016, Presidência TJCE, DJe de 25 de julho de 2016);

- vii. Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense (Portaria nº 1376/2015, Presidência TJCE, DJe de 17 de junho de 2015)
- viii. Representação da Corregedoria na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE;
- ix. Representação da Corregedoria quanto à Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE;
- x. Grupo de Trabalho com a atribuição de atuar diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e portadores das doenças graves (Portaria nº 38/2016/CGJCE, DJe de 26 de setembro de 2016);
- xi. Comitê Gestor de Segurança da Informação (Portaria nº 353, de 28 de março de 2016, atribuições de caráter normativo, consultivo e fiscalizador);
- xii. Comissão Permanente de Acessibilidade (Portaria nº 1896/2016, DJe de 27 de novembro de 2016);
- xiii. Comissão para avaliar a necessidade dos livros obrigatórios das Secretarias das Varas com sistema informatizado (Portaria nº 41/2016, DJe de 7 de outubro de 2016);
- xiv. Comissão para atualização do Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário, bem como para elaboração do Manual de Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Portaria nº 37/2016, DJe de 13 de setembro de 2016).

12.7.2 Produção Normativa

No exercício da função de orientação, a Corregedoria-Geral do Estado do Ceará, durante o biênio 2015-2016, publicou os seguintes provimentos:

Ano de 2015:

- Provimento nº 1/2015 Regula a aplicação do Convênio de Cooperação Técnica nº 185/2014, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Universidade de Fortaleza (Unifor). Publicado no DJe, de 14 de janeiro de 2015 (págs. 35-36);
- ii. Provimento nº 2/2015 Altera a Seção VI, do Capítulo V, do Título V, e dá nova redação ao art. 454, ambos do Provimento nº 8, de 2014, expedido pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará. Publicado no DJe, de 15 de



- janeiro de 2015 (pág. 13);
- iii. Provimento nº 3/2015 Orienta o preenchimento dos dados estatísticos junto ao Sistema de Gerenciamento de Estatística da Corregedoria SGEC, inclui nos formulários Foro Criminal Novo e Infância e Juventude Novo, respectivamente, itens para registro do "Total de sentenças de extinção da punibilidade por prescrição" e "Total das sentenças de prescrição da pretensão socioeducativa", bem como, dá outras providências. Publicado no DJe, de 30 de janeiro de 2015 (págs. 30-55);
- iv. Provimento nº4/2015 Atualiza formulários Fiva e Ficovi. Publicado no DJe,
 de 23 de fevereiro de 2015 (págs. 37 74);
- v. Provimento nº 5/2015 Dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de Informações de Protestos - CERINFO. Publicado no DJe, de 23 de junho de 2015 (págs. 20 – 22);
- vi. Provimento nº 6/2015 Altera o artigo 333 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral no Estado do Ceará Provimento nº 08/2014/CGJ-CE. Publicado no DJe, de 20 de julho de 2015 (págs. 7 8);
- vii. Provimento nº 7/2015 Acrescenta o primeiro parágrafo ao artigo 190 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, relativo à lavratura de registro e emissão de certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde em que ocorra o falecimento e Institutos Médicos Legais. Publicado no DJe, de 25 de agosto de 2015 (pág. 11);
- viii. Provimento nº 8/2015 Altera os parágrafos 1º, 3º e 4º do Art. 3º e o parágrafo 1º do Art. 5º do Provimento nº 05/2015, que dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de informações de Protestos CERINFO. Publicado no DJe, de 17 de setembro de 2015 (pág.12);
- ix. Provimento nº 9/2015 Altera o art. 4º do Provimento nº 06/2008, que dispõe sobre a autorização judicial para utilização de cadáveres não reclamados, para efeitos de estudos e pesquisas na forma da Lei nº 8.501/92. Publicado no DJe, de 2 de outubro de 2015 (pág.13);
- x. Provimento nº 10/2015 Institui a medalha Desembargador Carlos Facundo, atribuída aos Juízes de Direito do Estado do Ceará, como forma de premiar aqueles que se destacam, durante o ano, na Prestação Jurisdicional. Publicado no DJe, de 25 de novembro de 2015 (págs. 30 31);

- xi. Provimento nº 11/2015 Dispõe sobre o envio do Relatório Estatístico Mensal por parte do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza Vara Única Privativa de Audiências de Custódia e dá outras providências. Publicado no DJe, de 1° de dezembro de 2015 (págs. 17 20);
- xii. Provimento nº 12/2015 Regulamenta o procedimento de inspeção judicial anual no âmbito das Unidades Judiciárias de primeira instância, vinculadas ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para os fins do art. 56, da Lei nº 12.342/1994 (Código de Organização Judiciária) e da Recomendação CNJ nº 12/2013. Publicado no DJe, de 30 de novembro de 2015 (págs. 18 20);
- xiii. Provimento nº 13/2015 Regulamenta o procedimento de inspeção extrajudicial ordinária anual no âmbito das unidades extrajudiciais do Estado de Ceará, pelos Juízes Corregedores Permanentes. Publicado no DJe, de 18 de dezembro de 2015 (págs. 41 64) ADENDO Publicado no DJe, de 29 de junho de 2016 (pág. 14).

Ano de 2016:

- Provimento nº 01/2016 Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação. Publicado no DJe, de 13 de janeiro de 2016 (págs. 35 – 36);
- ii. Provimento nº 2/2016 Dispõe sobre o procedimento referente a registro e autuação de processos disciplinados pela Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente ECA), nas Comarcas do Estado do Ceará. Publicado no DJe, de 3 de fevereiro de 2016 (pág. 16);
- iii. Provimento nº 3/2016 Altera o Código de Normas Notarial e Registral do Ceará (CNNR) - Provimento nº 08/2014-CGJ/CE, sobre o reconhecimento da usucapião extrajudicial e seus procedimentos. Publicado no DJe, de 2 de agosto de 2016 (págs. 13 – 20);
- iv. Provimento nº 4/2016 Dispõe sobre a prioridade na tramitação de processos e dá outras providências. Publicado no DJe, de 23 de agosto de 2016 (págs. 5 6);
- v. Provimento nº 5/2016 Dispõe sobre a obrigatoriedade da escorreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário



- do Estado do Ceará, e dá outras providências. Publicado no DJe, de 12 de setembro de 2016 (págs. 18 19);
- vi. Provimento nº 6/2016 Altera o Código de Normas Notarial e Registral Provimento nº 08/2014-CGJ/CE, estabelecendo procedimento extrajudicial para Registro da Alienação Fiduciária de Bens Imóveis da Propriedade em nome do Fiduciário. Publicado no DJe, de 13 de setembro de 2016 (págs. 11 16);
- vii. Provimento nº 7/2016 Altera o artigo 10º e institui o artigo 11 do Provimento nº 03/2015, desta Corregedoria, bem como dá outras providências. Publicado no DJe, de 29 de setembro de 2016 (págs. 05 06);
- viii. Provimento nº 8/2016 Dispõe sobre o registro de certidão de óbito realizado pelos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais no Serviço de Verificação de Óbito SVO no Município de Fortaleza. Publicado no Dje, de 5 de outubro de 2016 (págs. 22 23);
- ix. Provimento nº 9/2016 Altera o § 1º do Art. 59 do Provimento nº 08/2014 Código de Normas Notarial e Registral do Estado do Ceará para excluir a obrigatoriedade de inscrição no Livro "E" das sentenças que decretem a separação judicial e o divórcio. Publicado no DJe, de 3 de novembro de 2016 (págs. 22 23).

12.8 Acompanhamento da Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinar no Estado contra Servidores, Notários e Registradores

Por intermédio do Ofício Circular nº 173/2016/CGJCE, foi solicitado a todas as unidades judiciárias do Estado que nos informasse a quantidade de sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra servidores, notários e registradores em tramitação.

Desta forma, com as respostas recebidas até novembro de 2016, contabilizamos nas Comarcas do Interior o total de 126, destes sendo 34 procedimentos em desfavor de servidores e 92 em face de cartorários.

No tocante aos dados da Capital, tramitam atualmente 14 sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

12.9 Acompanhamento da Formação de Colegiados

Trata-se de medida destinada à proteção dos magistrados no exercício da competência criminal, sobretudo em casos de ameaças ou riscos decorrentes da atividade jurisdicional relacionada a processos e procedimentos envolvendo crimes praticados por organizações criminosas.

Considerando o teor da Resolução nº 04/2014 do Órgão Especial, compete a Corregedoria-Geral da Justiça analisar, bem como operacionalizar as solicitações referentes à formação de colegiados.

Durante a gestão 2015-2016, foram formados 7 colegiados, quais sejam, Vara Única de Jaguaretama, 2ª Vara da Comarca de Granja, 2ª Vara da Comarca de Russas, 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú, 1ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza, 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia e 2ª Vara da Comarca de Iguatu.

13. OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, instituída pela Resolução nº 23, publicada em 25 de agosto de 2004, tem como atual gestor o Excelentíssimo Desembargador Francisco Gomes de Moura, que assumiu regularmente suas funções a partir de 27 de julho de 2015, conforme Portaria nº 1.626/2015, de 22 de julho de 2015.

A Ouvidoria hodiernamente se constitui nos "olhos e ouvidos da sociedade", prestando relevantes serviços no sentido de dirimir ou esclarecer os mais variados questionamentos levantados pelos usuários do Poder Judiciário, garantindo transparência e visibilidade às suas ações, bem como buscando estreitar os laços entre a sociedade e o Tribunal de Justiça no que concerne à otimização da prestação jurisdicional no âmbito do aludido Órgão.

A Ouvidoria não dispõe de poder correicional, não interfere e nem substitui as atribuições da Corregedoria, mas tem se tornado um importante canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário e representa um espaço de efetiva construção da cidadania, ambiente de diálogo direto e personalizado com os demandantes, ou seja, promovendo ações que visem à melhoria contínua do atendimento às demandas, colaborando na tomada de decisão destinada a simplificar e modernizar os processos de entrega da Justiça, bem como elevando os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário.

A Ouvidoria passa, portanto, na elaboração de seus trabalhos, a ser o próprio termômetro relativo à eficiência da prestação dos serviços jurisdicionais, sendo atuante e operante no que se propõe, por meio dos seus objetivos, os quais se destacam: receber as reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informação que lhes são demandados e, quando cabível, realizar o encaminhamento aos órgãos competentes; garantir, a todos quantos a procurem, o retorno das providências adotadas a partir da sua intervenção e dos resultados alcançados, sugerindo medidas para o aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas demandas que lhes são prepostas, bem como por meio da realização de pesquisas de satisfação.

Durante a gestão do Desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, de fevereiro a julho de 2015, verificou-se, dentre as demandas, o elevado número de manifestações por *e-mail* e WhatsApp. Na gestão do atual Ouvidor, as demandas de maior número são as recebidas por *e-mail* e telefone, conforme a evolução dos quadros estatísticos comparativos mensais abaixo:



Tabela 94 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria – 2015

Forma de Recebimento	Fev.	Mar.		Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
E-mail	356	513	363	361	346	512	320	340	352	350	297	4.110
Correio	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Presencial	3	5	3	3	6	2	2	4	7	6	2	43
Telefone	9	7	12	91	88	103	143	115	108	137	140	953
WhatsApp	0	53	111	114	126	141	106	0	0	0	0	651
CPA	6	15	48	29	35	0	0	0	0	0	0	133
Sistema	0	16	26	24	5	7	20	19	31	30	19	197
E-mail ouvidoria Mulher	0	0	3	7	12	5	6	11	11	8	5	68
Total Manifestação	374	609	566	629	618	771	598	490	509	531	463	6.158
Reclamações	139	219	161	412	213	175	167	156	210	183	187	2.222
Sugestões	0	1	1	1	3	1	0	0	3	2	3	15
Elogios	0	5	1	2	0	7	0	2	2	0	1	20
Críticas	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3
Informações	134	127	246	72	228	308	236	178	148	206	158	2.041
Outros	85	215	120	113	141	236	135	138	124	115	104	1.526
Agradecimento	14	41	35	24	30	40	33	15	18	19	9	278
Denúncia	2	1	2	4	3	4	1	0	4	5	1	27
Total	374	609	566	629	618	771	598	490	509	531	463	6.158

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Tabela 95 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria - 2016

1 abcia 93 – Wali	Tabela 93 – Walifiestações recebidas pela Ouvidoria - 2016												
Forma de Recebimento	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
E-mail	348	412	420	436	370	448	391	367	458	349	386	230	4.615
Correio	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	5
Presencial	5	2	8	6	0	2	3	9	1	3	2	1	42
Telefone	110	122	190	193	174	193	182	167	160	167	150	90	1.898
Sistema	18	26	34	38	23	36	33	24	27	18	34	13	324
FAX	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Manifestação	482	562	653	675	567	680	609	568	646	537	572	343	6.894
Reclamações	180	203	268	256	248	242	225	232	199	205	230	120	2.608
Sugestões	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Elogios	0	0	0	1	1	2	0	3	0	0	0	0	7
Críticas	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Informações	175	144	183	190	165	216	179	185	159	167	155	102	2.020
Outros	103	186	179	193	134	182	174	131	269	147	161	115	1.974
Agradecimento	15	17	17	34	17	27	29	15	14	12	18	4	219
Denúncia	6	12	4	1	2	10	2	2	4	6	7	2	58
Total	482	562	653	675	567	680	609	568	646	537	572	343	6.894

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Durante esse período, 13.052 pessoas mantiveram contato com a Ouvidoria. Diante de uma análise comparativa em percentual com relação ao total das manifestações recebidas, verificamos que durante o período em tela, obtivemos 37,10% de reclamações, 0,15% de sugestões, 0,20% de elogios, 0,05% de crítica, 31,12% de pedidos de informações, 0,65% de denúncias, 26,82% de manifestações diversas e 3,80% de agradecimentos.

Dentre os diversos assuntos abordados, as reclamações geralmente dizem respeito à morosidade no andamento processual em primeira e segunda instância. No tocante aos pedidos de informação, são evidenciados, dentre outros, a consulta processual, expedição de segunda via de registro cartorário, como certidão de nascimento, custas processuais, valores de custas, emissão de certidões negativas, edital de concurso, endereços cartorários e estágios.

Vale ressaltar que além do recebimento dessas demandas, a Ouvidoria tem como projeto a elaboração de um Manual de Atendimento ao Jurisdicionado, em parceria com a Seplag e o Telejustiça, visando aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.

Na atual gestão, foram realizadas audiências públicas em todas as 9 Zonas Judiciárias, 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a/8^a e 9^a, respectivamente nas cidades de Juazeiro do Norte (10/7/2015), Iguatu (30/11/2016), Quixadá (12/11/2015), Limoeiro do Norte (28/7/2016), Fortaleza (11/12/2015), Itapipoca (10/11/2016), Sobral (18/9/2015) e Crateús (3/3/2016).

13.1 Outras Atividades

Dentre as várias atribuições desempenhadas pelo Desembargador Ouvidor nesta Ouvidoria podemos citar a realização de audiências públicas, palestras no Tribunal de Justiça, participação em Seminários Estaduais e Nacionais, o atendimento à Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação – LAI, de 18 de novembro de 2011, onde o TJCE instituiu o Serviço de Informação ao Cidadão por meio da Portaria nº 980/2012, implantado, de igual modo, por intermédio do Provimento nº 20, de 13 de junho de 2012.

Podemos citar também a elaboração de campanhas de divulgação das atividades da Ouvidoria por meio de cartazes e fôlderes; o recebimento de pedidos de informações de cunho geral e o repasse, quando possível, aos órgãos competentes; a coordenação dos trabalhos de Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação; a participação na elaboração do novo portal da Ouvidoria juntamente com o setor da informática, viabilizando o acesso à Ouvidoria e aos trabalhos do SIC; e adesão ao projeto do CNJ para capacitação dos servidores da Ouvidoria, no sentido de orientar os demandados a buscarem os meios consensuais de solução de conflitos e conciliação (nos termos do Ofício nº 1.003/2016- GAPRES).



Vale destacar, que no mês de outubro do ano em curso, por ocasião dos 12 anos da Ouvidoria do Poder Judiciário, foi realizada uma palestra com o tema "A Importância da Ouvidoria Judiciária na Eficiência da Prestação Jurisdicional", ministrada pela Jornalista Adísia Sá. Com o objetivo de dar visibilidade e transparência às atividades da Ouvidoria do TJCE, elabora-se uma estatística mensal.

No tocante a sua estrutura funcional, a Ouvidoria do Poder Judiciário é composta atualmente por um Desembargador Ouvidor, três servidoras do quadro, um coordenador de cargo comissionado, uma servidora à disposição e uma estagiária, sendo perceptível o comprometimento de todos com a sociedade por meio do pronto atendimento aos jurisdicionados que procuram seus serviços, objetivando amenizar conflitos no âmbito do Poder Judiciário.

14. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Atuaram como Diretores da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), no biênio 2015-2016, os desembargadores Paulo Francisco Banhos Ponte (de fevereiro de 2015 a abril de 2016, tendo como Coordenador-Geral o juiz Aluísio Gurgel do Amaral Júnior) e Heráclito Vieira de Sousa Neto (de junho de 2016 a janeiro de 2017, atuando como Coordenador-Geral o juiz Marcelo Roseno de Oliveira).

Durante a gestão dos dois desembargadores, a Escola apresentou um significativo avanço em suas atividades pedagógicas e administrativas, com destaque para a implantação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, fruto de parceria com a Uece; a oferta de três novos cursos de Especialização, além da realização do V Curso de Formação Inicial de Magistrados.

Ao longo de 2016, a Escola comemorou três décadas de criação. Para marcar esta passagem, a Esmec desenvolveu atividades voltadas para a reafirmação de sua importância para os que fazem a Justiça do Estado do Ceará. As principais ações foram: entrega da Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra para sete personalidades que vêm colaborando com a excelência da Instituição; edição especial da Revista Themis, lançada em dezembro de 2016; e realização do V Encontro da Magistratura Cearense, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), de 8 a 10 de dezembro de 2016, constante de palestras e atividades culturais.

A Esmec intensificou ações de responsabilidade socioambiental, bem como a política de parceria interinstitucional, materializada em vários convênios assinados e na presença marcante na Rede Estadual de Escola de Governo do Ceará, da qual o Diretor da Esmec, desembargador Paulo Ponte, chegou a ser o Coordenador-Geral, oportunidade em que reestruturou o Plano Estratégico daquela entidade, que congrega 14 escolas de governo.

Em 2016, foi implantado o Grupo de Pesquisa Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário, que realizou 12 reuniões, a cargo de professores convidados, com claro fomento da atividade de pesquisa a que a Escola deve estar voltada.

A Esmec promoveu também vários cursos de aperfeiçoamento, seminários, palestras, lançamento de livros e outras atividades, em sua sede e nos Polos de Aprendizagem, que serão apresentados, resumidamente, no presente Relatório.



14.1 Gestão de pessoas

A Esmec vem incentivando a formação continuada de seus colaboradores, por meio de cursos presenciais ou a distância (EaD), ofertados pela própria Instituição ou por parceiros. No biênio, os servidores receberam treinamento de técnicos da Setin-TJCE para operacionalização do sistema Sesmec (de 28 de setembro a 1° de outubro de 2015).

Todos os servidores detentores de cargo de chefia na Esmec participaram, em 2016, do Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG), organizado pela Divisão de Educação Corporativa do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Além das capacitações, a Direção da Escola propiciou um ambiente favorável ao desempenho laboral, a partir do atendimento das necessidades materiais (mobiliário, equipamentos de informática, acesso à internet e ferramentas/programas utilizados na otimização dos serviços, material de expediente etc.) e do apoio operacional ao seu corpo funcional.

14.2 Gestão financeira e orçamentária

A Esmec não atua, isoladamente, como ordenadora de despesas, sendo seus gastos efetivados a partir de recursos do Fermoju ou previstos no orçamento anual do TJCE. A Lei nº 15.833/15, que trata da reforma administrativa do TJCE, estabeleceu que a Esmec poderá obter recursos externos de assistência técnica e financeira para desenvolver sua programação, bem como estabelecer taxas de inscrição e custeio de cursos, seminários etc., cujos recursos serão arrecadados pelo Fermoju.

14.3 Gestão estratégica

Foi elaborado um Plano Estratégico da Esmec, para o biênio 2016-2017, sob a orientação da professora Regina Estela Benevides de Lima (Analista de Gestão de Tecnologia da Informação e colaboradora da GesPública, da Seplag/CE). A construção do plano foi iniciada em janeiro e concluída em maio de 2016, quando foram definidos o alinhamento estratégico (missão, visão, valores etc.) da Escola, os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores, além dos planos de ação para o biênio.

O documento foi submetido, no final de 2016, à consideração da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE e, após revisões e adequações, estará apto a ser implantado a partir de 2017.

14.4 Modernização e gestão de tecnologia da informação

14.4.1 Modernização do auditório

O auditório Des. José Maria de Queirós, da Esmec, vem passando por reformas e modernização de suas instalações. Entre o final de 2015 e início de 2016, o equipamento recebeu as seguintes benfeitorias: substituição da mesa de som, aquisição de caixas de som, restauração do amplificador, novos microfones de mesa, nova mesa de honra (bancada móvel) e pintura de paredes internas. Ressalte-se que muitas dessas melhorias foram feitas mediante doações, o que não implicou em quaisquer custos para a Escola ou para o Tribunal.

14.4.2 Tecnologia da informação

A Escola não possui um responsável pela gestão de TI. Os problemas surgidos nos equipamentos e no acesso à rede, bem como as necessidades da Esmec na área, são atendidos pelo pessoal da Cati ou diretamente pela Setin-TJCE.

14.5 Otimização de procedimentos

14.5.1 Implantação do sistema de virtualização das rotinas acadêmicas da Esmec (Sesmec)

O sistema começou a ser operado no final de 2015, e tem por objetivo agilizar os serviços na Secretaria Executiva e Assessoria Pedagógica, reduzindo a utilização de papel e permitindo acessar registros e promover resgates (muito mais seguros e céleres) de notas, frequências e demais dados dos corpos docente e discente da Instituição.

14.5.2 Cadastro de professores

Com vistas a facilitar a contratação direta de docentes que não integram os quadros do Judiciário (colaboradores externos), de alto nível e notória especialização, que possam



contribuir ministrando aulas nos cursos da Esmec, a Instituição, em cumprimento ao estabelecido no Edital nº 01/2013, abriu novo prazo de credenciamento, ampliando o seu Banco de Formadores.

14.5.3 Revista Themis

A partir do Volume nº 13, referente ao ano de 2015, o periódico passou a contar com duas novidades: recebimento de artigos em fluxo contínuo, com a adoção do sistema double blind review (duplo cego) nas avaliações; e a disponibilização on-line, em um site específico (http://revistathemis.tjce.jus.br), podendo ser acessada também a partir do Portal Esmec, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). A publicação da Revista ganhou mais agilidade ao deixar de ser produzida exclusivamente no formato impresso. Com isso, o periódico tornou-se apto a alcançar uma grande quantidade de leitores pela sua disponibilidade na rede mundial de computadores, o que a torna qualificada para receber artigos de todos os estados do Brasil e mesmo do exterior. Tais iniciativas credenciam a Themis para a obtenção do *Qualis*, o selo de qualidade da Capes.

14.5.4 Publicações apenas on-line

No Portal Esmec, podem ser encontrados relatórios de gestão e informativos (jornais/revistas) no formato PDF. No atual biênio, devido a restrições orçamentárias, que levaram o Parque Gráfico do Tribunal a limitar suas impressões, a Esmec disponibilizou em seu Portal o seu Jornal nº 4 e o Relatório de Gestão do Des. Paulo Ponte apenas na versão *on-line*.

14.5.5 Consulta

Numa iniciativa inédita, a Esmec, por meio de um *link* específico em sua página na internet, procurou ouvir magistrados e servidores do Judiciário sobre os cursos de suas preferências. Entre 31 de março e 30 de abril de 2015, estes públicos puderam escolher os cursos que gostariam de ver ofertados pela Escola, além de terem respondido a outros questionamentos.

14.6 Infraestrutura e segurança

14.6.1 Melhorias na infraestrutura da Escola

Aquisição de novo mobiliário para a Assessoria Pedagógica; reestruturação do *layout* da sala da Biblioteca, com a implantação de três pontos de internet e três cabines para leitura dos alunos, além da aquisição de 1.146 obras (livros e periódicos) no período de 6 de fevereiro de 2015 a 16 de novembro de 2016.

14.6.2 Segurança

A Esmec passou a dispor de dois policiais no período da manhã, mantendo-se um segurança à noite. Além disso, sempre que ocorrem grandes eventos na Escola, a Secretaria Executiva solicita ao TJCE reforço policial.

14.7 Comunicação

Durante o biênio, foram intensificados e otimizados os canais de comunicação já existentes, com o objetivo de melhorar e ampliar a divulgação das atividades da Escola. Exemplos:

- i. Dinamização e maior interação do Portal Esmec, que vem obtendo grande aceitação dos internautas, tanto nos comentários enviados para o *link* Fale Conosco, como na Enquete disponibilizada na página principal do Portal, que chegou em novembro de 2016 com mais de 800 votos computados, obtendo-se 86% de aprovação dos participantes (conceitos muito bom e bom);
- ii. Novo *layout* do Portal, elaborado pela equipe da Setin e Ascom/TJCE, com objetivo de padronizar o endereço eletrônico da Esmec, tornando-o semelhante aos portais do TJCE e da Corregedoria. O novo desenho foi finalizado em novembro de 2016;
- Maior utilização do sistema de envio de informações (por meio do sistema SMS) para magistrados, fruto da parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM);



- iv. Disseminação de informações para *e-mail* de magistrados, imprensa e outros públicos, com o objetivo de divulgar para o maior número possível de pessoas as ações da Escola e dar total transparência às atividades desenvolvidas;
- v. Envio constante de informações e fotos para a Assessoria de Comunicação do TJCE, além de *banner* para intranet do Tribunal, objetivando a divulgação de eventos da Escola.

14.8 Ações e projetos setoriais

14.8.1 Cursos

14.8.1.1 Mestrado

Fruto de uma parceria com a Universidade Estadual do Ceará, e total apoio do TJCE, a Esmec lançou seu primeiro curso de pós-graduação *strictu sensu*: Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP), com 40 vagas destinadas a magistrados e outros profissionais do Direito. As aulas foram iniciadas em 7 de março de 2016. Por meio deste curso de excelência, que goza de conceito 5 na Capes/MEC (nota máxima para programas de mestrado), nossos mestrandos têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em planejamento e políticas públicas, os quais levarão para o seu cotidiano de trabalho, redundando em benefícios inestimáveis à Justiça do Ceará.

14.8.1.2 Especialização

Depois de cinco anos, a Esmec voltou a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* em 2015. Foram abertas 180 vagas para os cursos de Especialização em Direito e Processo Constitucional (turma VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (turma IV) e Processo Penal (turma III). A aula magna foi proferida pelo ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 4 de setembro de 2015, que falou sobre "A Responsabilidade Civil do Estado na Jurisprudência do STJ". Neste mesmo dia, foi lançado o I Fórum Cultural da Esmec, com a apresentação da Camerata da Unifor e exposição de obras de consagrados artistas cearenses, tais como Aldemir Martins, Antonio Bandeira, Barrica e Sérvulo Esmeraldo.

14.8.1.3 Formação inicial de Magistrados

O V Curso de Formação Inicial de Magistrados, destinado aos juízes aprovados no último concurso do TJCE, constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento. Foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Portaria-Enfam nº 48/2016) e possui carga horária total de 521 h/a. O Curso teve início com o Módulo Nacional (41 h/a), ministrado por professores da Enfam, entre 11 e 15 de abril de 2016, na Esmec. O Módulo Local (480 h/a), devido ao grande número de magistrados, está sendo ofertado para duas turmas: a primeira formada por 29 juízes, que tiveram aulas (com ênfase para a prática judicante) na Esmec de 7 de outubro a 16 de dezembro de 2016; a segunda será composta por 40 juízes, que terão aulas no período de 1º de fevereiro a 12 de abril de 2017. A Esmec dispõe de 25 magistrados formadores, que foram capacitados pela Enfam para ministrar aulas no curso de Formação Inicial.

14.8.1.4 Aperfeiçoamento

Foram realizados os seguintes cursos na Esmec, promovidos pela Escola ou em parceria, a maior parte dos quais credenciados pela Enfam: Direito da Infância e Juventude (30 h/a), Lei Maria da Penha e a Violência Doméstica contra a Mulher (30 h/a), Direitos Humanos (25 h/a), O Novo Processo Civil Brasileiro (50 h/a), Técnica de Interrogatório (15 h/a), Teoria do Direito - Preparatório Mestrado e Doutorado em Direito da UFC (60 h/a), Fase Postulatória e Intervenção de Terceiros no Novo CPC (30 h/a), Direito Registral Imobiliário e Notarial (40 h/a), Preparação à Seleção do Mestrado e Doutorado em Direito da UFC (48 h/a), Mapas Mentais (8 h/a), Direito Tributário (15 h/a), Básico de Justiça Juvenil Restaurativa (30 h/a), Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (60 h/a), Ações Eleitorais Cíveis e Inelegibilidades (40 h/a), Os Juízes Eleitorais e a Legitimidade das Eleições (30 h/a), Facilitadores da Oficina da Parentalidade (21 h/a), Curso Básico de Direito à Saúde (20 h/a), Curso de Finanças Públicas e Orçamento (15 h/a), Curso de Metodologia Jurídica da Decisão (15 h/a), Curso "O Judiciário como Ator Político e a Democracia" (20 h/a), Mediação e Conciliação do Nupemec – aulas presenciais (várias turmas no biênio), Formação de Instrutores em Mediação Judicial - CNJ (40 h/a), Capacitação de Juízes Leigos (30 h/a), Programa de Desenvolvimento de Gestores (da SGP-TJCE, várias turmas) e cursos a distância (Administração Judiciária, Tutela do Direito de Resposta, Fundamentos das Decisões Judiciais e Formação de Formadores).



14.8.2 Palestras, seminários e encontros

Eventos realizados pela Esmec ou por parceiros, no auditório da Escola ou em salas de aula:

- i. Ciclos de Palestras sobre o novo CPC Uma realização conjunta da Justiça Federal no Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE), Esmec e Escola Superior do Ministério Público (ESMP). O primeiro ciclo, realizado na Esmec, no dia 27 de março de 2015, teve mais de 1.500 pessoas inscritas. No III Ciclo, também na Esmec (dia 27 de agosto de 2015), foi lançado o concurso de artigos jurídicos Prêmio Professor Miramar da Ponte, que recebeu trabalhos científicos relacionados com novo CPC (Lei Federal nº 13.105/2015). Os autores dos melhores trabalhos receberam certificados e tiveram seus artigos jurídicos publicados na Revista Themis, volume 13;
- ii. Entrega da Medalha Des. Júlio Carlos - Em solenidade conduzida pela desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sete personalidades foram agraciadas com a Medalha Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, na noite de 18 de maio de 2016, no auditório da Esmec. Receberam a comenda, em razão de sua contribuição para o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades administrativas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão da Esmec, por categorias, as seguintes personalidades: jurista Paulo Bonavides (categoria Corpo Docente), desembargador Roberto Portugal Bacellar (Professor Visitante), servidora Euwláudia de Figueiredo Fontenele Sampaio Cunha (Corpo Funcional) e aluna Leila Maria Bezerra D'Almeida Dumont (Corpo Discente); além dos seguintes Colaboradores: Napoleão Nunes Maia Filho (Ministro do STJ), Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães (Juiz do TJMG, que falou em nome dos agraciados) e Jackson Coelho Sampaio (Reitor da Uece);
- iii. IX Seminário Internacional Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional com a temática "A justiça social ambiental em um contexto de crise global", realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2016, com a presença de renomados palestrantes nacionais e internacionais. Carga horária de 10 h/a. Durante o evento foram lançados os volumes 5 e 6 do periódico "Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional";

- iv. I Congresso Cearense dos Direitos das Pessoas com Deficiência Promoção
 OAB-CE, dias 24 e 25 de setembro de 2015;
- v. I Encontro "Diálogos pela Paz, Segurança e Cidadania" Iniciativa do Fórum de Reconstrução Social, realizado nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2015;
- vi. Autonomia Financeira do Poder Judiciário Palestra, promovida pela ACM, no dia 11 de setembro de 2015, e ministrada pelo professor José Maurício Conti (USP):
- vii. Reunião com ex-diretores e ex-coordenadores da Esmec promovida pelo Des. Paulo Ponte, dia 11 de março de 2015, para trocar experiências e ouvir sugestões para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos da Escola;
- viii. I Conferência sobre Trabalho Infantil do Município de Fortaleza realizada dia 23 de maio de 2016 e organizada pelo procurador Antonio de Oliveira Lima, do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- ix. Sucessão de cônjuge e do companheiro: principais polêmicas e aspectos processuais frente ao novo Código de Processo Civil, palestra do professor Rodrigo Toscano de Brito, promovida pelo IBDFAM-CE, em 12 de agosto de 2016;
- x. Encontro Cearense de Justiça Restaurativa promovido em parceria com a
 TDH e TJCE, dia 3 de junho de 2015;
- xi. Estado de Direito versus Governo dos Juízes palestra do Prof. Dr. Leonardo Avritzer, dia 15 de julho de 2016, promoção do Mestrado em Políticas Públicas (Esmec/Uece);
- xii. Abrindo a Caixa Preta: Por que a Justiça não funciona no Brasil? Palestra do juiz federal Nagibe de Melo Jorge Neto, em 7 de outubro de 2016;
- xiii. Lançamento da 18ª edição da Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais dia 28 de setembro de 2016, com a presença do editor do periódico, o jurista Paulo Bonavides;
- xiv. Comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha Palestras realizadas em parceria com o MPPPP, no dia 23 de setembro de 2016, com as professoras Marinina Gruska (Os desafios para a efetivação dos direitos humanos das mulheres na sociedade brasileira), Tania Maria Batista de Lima e Maria Helena de Paula Frota (A importância dos 10 anos da Lei Maria da



- Penha). Neste evento, foi lançado o Volume 13 da Revista Themis, referente ao ano de 2015;
- xv. O Impacto do novo Código de Processo Civil nos Juizados Especiais palestra do Prof. Daniel Miranda, em 8 de abril de 2016;
- xvi. Encontros dos Juizados Especiais Foram realizadas na Esmec várias reuniões da Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Poder Judiciário Estadual, presidida pelo desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, em 2015 e 2016, quando foram discutidos assuntos como Processo Judicial Eletrônico, padronização de procedimentos nos JECC, novo CPC e Fonaje. Destaque-se o evento em comemoração aos 20 anos da Lei nº 9.099/1995 (que cria os Juizados Especiais) no dia 18 de setembro de 2015, e o curso de formação para 64 Juízes Leigos, de 2 a 23 de outubro de 2015. A Coordenadoria dos Juizados da Capital, à frente a juíza Ijosiana Serpa, também realizou reuniões e capacitações na Esmec, sobretudo em torno do PJE;
- xvii. Eventos do TRE/CE Balanço das eleições municipais de 2016 (dia 16 de novembro de 2016); reunião multidisciplinar envolvendo juízes e chefes de cartório de 71 zonas eleitorais da Capital e do Interior do Estado, para esclarecimentos sobre as eleições (15 de julho de 2016); e VIII Ciclo de Debates Eleições 2016 (19 e 20 de maio de 2016);
- xviii. Debate com candidatos à presidência da ACM realizado em 21 de outubro de 2016, com mediação do juiz Mantovanni Colares Cavalcante;
- xix. Comitê Executivo de Saúde Reuniões mensais na Esmec, a partir de 23 de setembro de 2016, organizadas pela juíza Helga Medved, coordenadora do Comitê;
- xx. Provas de juiz substituto O concurso, que selecionou 70 novos juízes substitutos para o TJCE, teve etapas realizadas na Esmec. Um total de 118 participantes fizeram provas psicotécnicas e orais, em maio de 2015.

14.8.3 Outras atividades

14.8.3.1 Lançamento de livros

Foram lançadas as seguintes obras, no auditório da Esmec:

- Vida introspecta: poemas e devaneios, do Des. Francisco Bezerra Cavalcante (26/3/15);
- ii. Um plano desabusado para o sistema prisional, da juíza Maria Marleide Maciel Queiróz (6/5/15);
- iii. Teoria geral do direito processual penal: estudo unificado com a doutrina e a
 jurisprudência do STF e STJ, do promotor de justiça Ionilton Pereira do Vale
 (11/6/15);
- iv. Direito à saúde: ativismo judicial, políticas públicas e reserva do possível, da Profa. Denise dos Santos Vasconcelos Silva (13/8/15);
- v. Garantias Constitucionais e Segurança Jurídica, do presidente da OAB nacional, Marcus Vinicius Furtado (26/8/15);
- vi. Geopolítica da violência urbana: diagnóstico multifacetado e propostas sistêmicas para a segurança pública do Ceará, do advogado Laércio Noronha Xavier (10/12/15);
- vii. Padre Ibiapina: histórias maravilhosas, do juiz José Flávio Bezerra Morais (11/3/16);
- viii. Impasses da Democracia no Brasil, do prof. Leonardo Avritzer (15/7/16);
- ix. Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil, da Profa. Marinina Gruska Benevides (23/9/16);
- x. Abrindo a Caixa Preta: Por que a Justiça não funciona no Brasil?, do juiz federal Nagibe de Melo Jorge Neto (7/10/16);
- xi. A guerra ao crime e os crimes da guerra: uma crítica descolonial às políticas beligerantes no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, do Prof. Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior.

14.8.3.2 Grupo de pesquisa

O Grupo de Pesquisa "Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário", organizado pela Esmec, realizou 12 encontros em 2016, nos quais discutiu temas de grande relevância para a Justiça Estadual. Professores convidados apresentaram e debateram os resultados das pesquisas e dos projetos concluídos, além de abrirem espaço para a discussão de novos problemas de pesquisa, questões metodológicas e epistemológicas. O Grupo está sendo cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq),



encontrando-se atualmente sob a liderança do Prof. Dr. José Joaquim Neto Cisne, Secretário de Planejamento do TJCE. Nos encontros, foram debatidos os seguintes temas:

- Caminhos para a Institucionalização da Pesquisa numa Instituição de Ensino -Prof. Me. Raphael de Jesus Campos de Andrade/UFC (19/2/2016);
- ii. Pesquisa Fenomenológica em Escolas de Magistratura Prof. Dr. Raimundo Hélio Leite/UFC (4/3/2016);
- iii. A Ausência do Poder Judiciário como Objeto de Pesquisa da Administração Prof. Dr. Leonel Gois Oliveira/Esmec (18/3/2016);
- iv. Dimensões do Conhecimento no Poder Judiciário Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente/Uece, que discutiu o texto de Boaventura de Sousa Santos "Brasil: a democracia à beira do caos e os perigos da desordem jurídica" (1°/4/2016);
- v. Inovações do Poder Judiciário Cearense na Atual Gestão Prof. Dr. José
 Joaquim Neto Cisne/Esmec (8/4/2016);
- vi. Formação e Avaliação de Juízes no Poder Judiciário Estadual do Ceará Prof.
 Dr. Flávio José Moreira Gonçalves/Esmec (6/5/2016);
- vii. Judiciário e Complexidade Profa. Dra. Germana Belchior/FA7 (13/5/2016);
- viii. Dez anos de CNJ: reflexões do envolvimento com a melhoria da eficiência do Judiciário brasileiro Prof. Dr. Leonel Gois Oliveira/Esmec (20/5/2016);
- ix. Pensamento Constitucional Brasileiro Prof. Dr. Martônio Mont'Alverne Barreto Lima/Unifor (3/6/2016);
- x. Cultura Organizacional e Gestão por Processos: reflexões acerca da virtualização do judiciário cearense Prof. Dr. João Paulo Braga/Esmec (10/6/2016);
- xi. Medição da eficiência de magistrados e de unidades judiciárias no Ceará: o sistema Eficiência.jus Prof. Me. Sérgio Mendes de Oliveira Filho/Esmec (17/6/16);
- xii. Análise de Jurisprudência sobre Tráfico de Pessoas Profa. Dra. Mércia Cardoso de Souza/Esmec (24/6/2016).

14.8.3.3 Polos de Aprendizagem

A Esmec reuniu, dia 10 de abril de 2015, os juízes coordenadores dos polos de Crato, Sobral e Iguatu, para o planejamento de cursos e eventos nessas cidades, bem como a

realização de pesquisa sobre a necessidade de cursos para magistrados e servidores nos Polos. Foram desenvolvidas as seguintes ações no biênio:

- i. Polo do Crato Coordenado pelo juiz Ângelo Bianco Vettorazzi, o Polo promoveu uma série de atividades em 2015 e 2016, integrando-se às comemorações do bicentenário da Comarca de Crato, e em comemoração aos dois anos de criação do Polo (que aconteceu em 17 de outubro de 2016). Foram realizados o Ciclo de palestras sobre o novo CPC (entre agosto e novembro de 2015); a palestra "Ferramentas de gestão aplicadas ao Judiciário" (1° de abril de 2016), o Ciclo de Palestras de Direito Eleitoral (entre julho e agosto de 2016); e o Ciclo de Palestras sobre Direito Processual Civil (de 26 de agosto a 4 de novembro de 2016);
- ii. Polo de Iguatu Comandado pelo juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa, o Polo firmou convênio de cooperação com o campus multi-institucional (Uece/Uva e Urvca) de Iguatu, no dia 20 de julho de 2015, para realização de cursos e eventos em parceria. No dia 22 de setembro de 2015, o Polo foi oficialmente instalado, com a palestra "O Novo Código de Processo Civil" e o lançamento do livro "Teoria e Filosofia do Direito". No dia 28 de outubro de 2015, o Polo realizou a palestra "Gestão de Conflitos, Mediação e Conciliação no Sistema de Justiça".

14.8.3.4 Responsabilidade socioambiental

i. Ações sociais em beneficio das comunidades do entorno da Esmec (Édson Queiroz, Dendê etc.): Casamento coletivo para 17 casais, em 13 de novembro de 2015; oferta de Língua Portuguesa e Cidadania, Inglês Básico e maquiagem; Unidade Móvel do TRE/CE, no dia 24 de setembro de 2015, prestou serviços gratuitos aos eleitores (emissão de títulos ou obtenção da 2ª via, biometria etc.); palestra "Educação sexual: alertas, cuidados e prevenções" para alunos do nível médio da escola estadual Dom Antonio de Almeida Lustosa, dia 28 de setembro de 2015; Audiência pública promovida pelo vereador Vicente de Paulo Pinto Costa, no auditório da Esmec, na noite de 18 de fevereiro de 2016, debateu assuntos de interesse da comunidade do bairro Edson Queiroz; e envio de livros, CDs e revistas, frutos de doação, para montagem da biblioteca comunitária do Dendê;



ii. Ações ambientais: Plantio de 150 mudas de árvores nativas, realizado no dia 24 de junho de 2015, por iniciativa da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, com a presença do secretário estadual do Meio Ambiente, Artur Bruno; Doação de jornais, garrafas pet vazias e outros materiais para as oficinas de reciclagem do Conselho Comunitário Celina Queiroz e escolas; e implantação do Programa de Sustentabilidade do entorno da Esmec, que compreende várias ações de responsabilidade ambiental, dentre as quais a realização de pleitos na Prefeitura para limpeza, iluminação da área e instalação de equipamentos públicos, como o Ecoponto.

14.8.3.5 Convênios

Foram assinados convênios de cooperação técnica, objetivando sobretudo a oferta de cursos e eventos diversos, com as seguintes instituições: Justiça Federal, Ministério Público estadual, Escola Superior do MP, Ordem dos Advogados (OAB/CE), Tribunal Regional Eleitoral e sua Escola Judiciária (EJE/TRE-CE), Defensoria Pública do Ceará, Vice-Governadoria do Estado, Rede Estadual de Escolas de Governo, Prefeitura de Fortaleza, Associação Cearense de Magistrados (ACM), Secretaria Estadual de Justiça (Sejus), Universidades (Unifor e Uece) e a organização *Terre des hommes*.

14.8.3.6 Rede de Escolas de Governo do Ceará

A Esmec, no biênio, teve participação ativa nos encontros promovidos pela Rede de Escolas de Governo do Ceará, entidade que congrega 14 instituições, tendo seu diretor, o desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, sido escolhido Coordenador Geral em 12 de agosto de 2015, ficando à frente da Rede até 27 de abril de 2016. Neste período, foram definidos importantes eventos para as escolas, concluída a criação do Portal da Rede e posto em prática o Plano Estratégico do colegiado.

14.8.3.7 Eventos nacionais

A Direção da Esmec esteve presente nos principais eventos promovidos pela Enfam, em Brasília, bem como nos encontros do Copedem, nos anos de 2015 e 2016.

